

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SOCIEDADE,
CULTURA E FRONTEIRAS - NÍVEL DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS

SUSANA KAREN HANS SASSON

OS ENTRECORTADOS CAMINHOS DO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO MUNICÍPIO DE
FOZ DO IGUAÇU/PR: UM ESTUDO A PARTIR DO CENTRO DE REFERÊNCIA
ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)

FOZ DO IGUAÇU – PR

2014

SUSANA KAREN HANS SASSON

**OS ENTRECORTADOS CAMINHOS DO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO MUNICÍPIO DE
FOZ DO IGUAÇU/PR: UM ESTUDO A PARTIR DO CENTRO DE REFERÊNCIA
ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)**

Dissertação apresentada a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras, área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. João Jorge Correa

SUSANA KAREN HANS SASSON

OS ENTRECORTADOS CAMINHOS DO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU/PR: UM ESTUDO A PARTIR DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível de Mestrado, área de concentração em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ademir Nunes Gonçalves
Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO
Membro Titular

Prof. Dr. José Carlos dos Santos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
Membro Titular

Prof. Dr. João Jorge Correa
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
Orientador

Foz do Iguaçu, 30 de abril de 2014.

A Deus. O único que promete o fim da violência sexual
contra crianças e adolescentes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus, pai e amigo, que escolheu me conceder vida, saúde e fé para concluir essa dissertação.

Ao Nilton, que foi amigo, namorado, noivo e esposo, e em meio à tormenta permaneceu comigo, me auxiliando no aprendizado da perseverança. Durante a superação desta etapa não há dúvidas: você foi a minha mais valiosa aquisição.

Ao meu professor, orientador e apoiador Dr. João, que, podendo escolher outro caminho, escolheu acreditar. Contigo aprendi que, respeito acadêmico e interdisciplinaridade ainda são possíveis. E prometo não me esquecer disso.

À minha psicóloga, Carolina Potrich Jaques, que nas horas de maior dificuldade, me auxiliou na compreensão de cada situação e de sua influência sobre a minha vida. A crença de que as limitações eram passíveis de ser superadas se fortaleceu, e se concretiza hoje na apresentação desse trabalho.

Ao colegiado do Programa e à UNIOESTE, pela oportunidade proporcionada de conhecimento acadêmico, que, contudo, não se aproxima ao conhecimento de vida adquirido.

À Secretaria Municipal de Assistência Social e ao CREAS, por oportunizarem a pesquisa realizada. Vocês tornaram possível dar vida e voz àquilo que era invisível. E sei que
isso não tem preço.

Interdisciplinaridade é ver no outro, qualquer que seja o seu grau de escolarização ou status social, um sujeito imprescindível, sem o qual nem a vida e nem o conhecimento seriam possíveis.

Susana Sasson

SASSON, Susana Karen Hans. **Os entrecortados caminhos do atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência sexual no município de Foz do Iguaçu**: um estudo a partir do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

RESUMO

Política social e violação de direitos são duas faces de uma mesma moeda. Não podem existir separadamente. A primeira só existe porque a segunda, em determinado momento histórico, chegou ao seu limite, e os sujeitos cujos direitos foram cerceados tentaram para que tais políticas fossem criadas pelo Estado. Dessa maneira, ao longo do processo de vitimização da Infância, foram construídos mecanismos protetivos direcionados ao segmento, inclusive dentro da política de Assistência Social. O CREAS foi o equipamento criado a fim de atender crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, reestabelecendo seus vínculos familiares. A interdisciplinaridade é um dos requisitos indispensáveis para o atendimento neste órgão. Por ocasião da pesquisa, os dados foram coletados junto ao CREAS. O objetivo foi conhecer a especificidade, a periodicidade e a duração dos atendimentos às vítimas no ano de 2012, bem como demais órgãos que tenham atuado nos casos, dentre outros dados. A partir das informações coletadas nas pastas de atendimento, acredita-se ser possível construir um entendimento concreto a respeito das deficiências na política de Assistência Social, e, de maneira mais ampla, na rede de atendimento, apontando para a urgente necessidade de reestruturá-la. Delimitou-se enquanto problema de pesquisa e objetivo a ser atingido o identificar a importância da interdisciplinaridade na consolidação de um atendimento integral às vítimas de violência sexual. Durante a pesquisa, percebeu-se que as vítimas não têm sido acolhidas pelo conjunto de órgãos necessários ao seu atendimento inicial e acompanhamento posterior. No atendimento realizado, a interdisciplinaridade não é preconizada. Os atendimentos não são periódicos ou duráveis, considerando que a grande maioria das vítimas conta com apenas um atendimento. Na verdade, alguns atendimentos são extremamente duráveis, mas durabilidade sem frequência, sem atuação planejada, é procrastinar a resolução do problema. O Estado necessita estruturar suas políticas, seus equipamentos. Os recursos públicos precisam ser geridos a fim de, prioritariamente, subsidiar recursos humanos suficientes e habilitados para um atendimento com tal complexidade. A academia, enquanto responsável pelo processo de ensino-aprendizagem fornecido aos técnicos, necessita começar a materializar a aludida “formação interdisciplinar para atuação em instituições públicas e privadas, no diagnóstico e acompanhamento de políticas públicas”. Pensar projetos mais exógenos e menos endógenos dentro das áreas de conhecimento. Assim, a contribuição para uma lógica baseada na coletividade dentro dos serviços públicos será evidente. Por fim, a teoria que se quer sustentar é a de que há estratégias a serem desenvolvidas no âmbito das políticas sociais a fim de oferecer efetivo atendimento às vítimas, a despeito da impossibilidade de resolução do problema da violência. O que impede que tais estratégias sejam operacionalizadas é a falta de priorização política desse atendimento, o que reflete nas precárias condições de trabalho vivenciadas pelos serviços. Dessa maneira, a política tem condições sim de sair da abstração e materializar-se na vida dos sujeitos ao qual se destina.

PALAVRAS-CHAVE: interdisciplinaridade, CREAS, violência sexual contra crianças e adolescentes.

SASSON, Susana Karen Hans. **Os entrecortados caminhos do atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência sexual no município de Foz do Iguaçu**: um estudo a partir do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

RESUMEN

La política social y la violación de los derechos son las dos caras de la misma moneda. No pueden existir por separado. La primera sólo existe porque la segunda, en un momento dado de la historia, llegó a su límite, y los sujetos cuyos derechos fueron acortados tensiono, por lo que dichas políticas fueron creadas por el Estado. Así, durante todo el proceso de victimización de la niñez, se construyeron los mecanismos de protección dirigidos al segmento, incluyendo en el interior de la política de Asistencia Social. Lo CREAS fue el equipo que se creó para atender a los niños y adolescentes víctimas de violencia sexual, restableciendo de sus lazos familiares. La interdisciplinariedad es uno de los requisitos previos para el atendimento en este órgano. Durante el estudio, los datos se obtuvieron de lo CREAS. El objetivo fue determinar la especificidad, la frecuencia y duración de los atendimientos a las víctimas en 2012, bien como los demás órganos que tengan actuado en los casos, entre otros datos. A partir de la información recogida en los protocolos de atendimento, se cree que es posible construir un entendimiento concreto sobre las deficiencias en la política de Asistencia Social, y, más ampliamente, en la red de servicios, que apunta a la urgente necesidad de reestructurarla. Se delimitó como problema de investigación y meta a ser alcanzada identificar la importancia de la interdisciplinariedad en la consolidación de una atención integral a las víctimas de violencia sexual. Durante la investigación, se dio cuenta de que las víctimas no han sido atendidas por todos los órganos necesarios para su atención inicial y atención posterior. En los servicios prestados, no se tiene la interdisciplinariedad como presupuesto. Los atendimientos no son periódicos o durables, teniendo en cuenta que la gran mayoría de víctimas tiene apenas uno. Es la verdad que algunos atendimientos son extremadamente durables, pero la durabilidad sin frecuencia y sin actividades programadas es procrastinar la resolución del problema. El Estado tiene que estructurar sus políticas, sus equipos. Los recursos públicos deben ser administrados con el fin de apoyar principalmente los recursos humanos suficientes y cualificados para un servicio con tal complejidad. La universidad, mientras que responsable del proceso de enseñanza-aprendizaje de los técnicos, necesita materializar " la formación interdisciplinaria para trabajar en las instituciones públicas y privadas, en el diagnóstico y en el acompañamiento de las políticas públicas". Pensar proyectos más exógenos y menos endógenos dentro de las áreas de conocimiento. Por lo tanto, la contribución a una lógica basada en la colectividad dentro de los servicios públicos se hará evidente. Por último, la teoría de se quiere sostener es que existen estrategias que se desarrollarán en el contexto de las políticas sociales con el fin de ofrecer una atención eficaz a las víctimas, a pesar de la imposibilidad de resolver el problema de la violencia. Impide que este tipo de estrategias se practiquen la falta de priorización política de este tipo de atención, lo que refleja las condiciones precarias de trabajo experimentadas por los servicios. Por lo tanto, la política tiene condiciones de salir de la abstracción y se materializar en la vida de los sujetos al que se destina.

PALAVRAS-CHAVE: interdisciplinariedad, CREAS, violencia sexual contra niños y adolescentes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1 – Casos em atendimento nos órgãos municipais	60
---	----

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Órgãos de Atendimento às Vítimas.....	72
Gráfico 2 – Especialidades Participantes do Atendimento.....	73
Gráfico 3 – Quantidade de atendimentos em 2012	76
Gráfico 4 – Periodicidade dos atendimentos em 2012	77
Gráfico 5 – Durabilidade Total Aproximada dos atendimentos.....	78
Gráfico 6 – Tipo de Violência	80
Gráfico 7 – Relação entre Agressor e Vítima.....	81
Gráfico 8 – Idade das Vítimas	83
Gráfico 9 – Sexo das Vítimas	84
Gráfico 10 – Escolaridade das Vítimas	86
Gráfico 11 – Uso de Substâncias Psicoativas.....	86
Gráfico 12 – Incidência de Substâncias Psicoativas.....	87
Gráfico 13 – Bairro das Vítimas.....	88
Gráfico 14 – Arranjo Familiar das Vítimas	89
Gráfico 15 – Integrante de Programa Social	89
Gráfico 16 – Programa Social das Vítimas	90
Gráfico 17 – Idade do Agressor.....	91
Gráfico 18 – Sexo do Agressor	92
Gráfico 19 – Escolaridade do Agressor.....	93
Gráfico 20 – Bairro do Agressor	93
Gráfico 21 – Profissão do Agressor.....	94

LISTA DE ABREVIATURAS

AIDS.....	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
Art.....	Artigo
CAP's.....	Caixas de Aposentadoria e Pensão
CAPS.....	Centro de Atenção Psicossocial
CAPSad.....	Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas
CAPSi.....	Centro de Atenção Psicossocial Infantil
CRAS.....	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS.....	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT.....	Conselho Tutelar
DST.....	Doença Sexualmente Transmissível
ECA.....	Estatuto da Criança e do Adolescente
FOZHABITA.....	Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu
HMCC.....	Hospital Ministro Costa Cavalcanti
IAP's.....	Institutos de Aposentadoria e Pensão
IML.....	Instituto Médico Legal
LOAS.....	Lei Orgânica de Assistência Social
MS.....	Ministério da Saúde
NOB.....	Norma Operacional Básica
NOB-RH.....	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
NUCRIA.....	Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes
ONU.....	Organização das Nações Unidas
PAEFI.....	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PBF.....	Programa Bolsa Família
PETI.....	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS.....	Política Nacional de Assistência Social
PSE.....	Proteção Social Especial
PSF.....	Programa Saúde da Família
SAE.....	Serviço de Atenção Especializada
SDP.....	Subdivisão Policial
SGD.....	Sistema de Garantia de Direitos
SINAN.....	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SME.....	Secretaria Municipal de Educação
SUAS.....	Sistema Único de Assistência Social
UBS.....	Unidade Básica de Saúde
UNIOESTE.....	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	REFLEXÕES SOBRE INTERDISCIPLINARIDADE	18
1.1	DE ONDE PARTIR	20
1.2	O CONCEITO	24
1.3	A PROPOSTA.....	28
1.4	INTERDISCIPLINA E INTERSETORIALIDADE	37
2	POLÍTICA SOCIAL E O ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NOS PARÂMETROS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	42
2.1	POLÍTICA SOCIAL: ALGUNS FUNDAMENTOS PARA A ANÁLISE.....	43
2.2	CONSTRUÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA DA PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	49
2.3	VIOLÊNCIA SEXUAL E A REPERCUSSÃO NA VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	53
2.4	FLUXO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU	58
2.5	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS NÍVEIS DE PROTEÇÃO SOCIAL	62
2.6	O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	65
3	CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL ATENDIDAS PELO CREAS EM FOZ DO IGUAÇU	69
3.1	INTERDISCIPLINARIDADE E INTERSETORIALIDADE NO ATENDIMENTO	71
3.2	QUANTIDADE, PERIODICIDADE E DURABILIDADE DOS ATENDIMENTOS.....	76
3.3	MODALIDADE DE VIOLÊNCIA SEXUAL PERPETRADA E RELAÇÃO ENTRE OS ENVOLVIDOS	80
3.4	DADOS DA VÍTIMA	83
3.5	DADOS DO AGRESSOR	90
	CONCLUSÃO	95
	REFERÊNCIAS	100

INTRODUÇÃO

O mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras ao longo de quase quatro anos de reflexões, discussões e vivências proporcionadas à pesquisadora, apresentou diante dela a necessidade de aprofundamento sobre duas questões que têm permeado sua vida acadêmica, na medida em que se imbricam e se esclarecem mutuamente: interdisciplinaridade e violência. A importância dessa relação se mostra na constatação de que, como poderá ser percebido neste trabalho, não há efetiva intervenção sobre a segunda, se a primeira não estiver necessariamente envolvida.

A realidade tem demonstrado que não apenas no que concerne à violência, mas no tocante a tantas outras questões complexas, a tantos outros objetos “híbridos”¹, as propostas de trabalho são cada vez mais individuais e fragmentadas, e as soluções apresentadas são de abrangência restrita (disciplinares) e paliativas. Contudo, a solução de muitos entraves está justamente num modo oposto de sociabilidade. E a impressão que se tem é que muitos profissionais e pesquisadores têm consciência disso, mas não sabem de fato as posturas e metodologias a serem adotadas em direção a uma proposta interdisciplinar.

Isso decorre porque, na verdade, a interdisciplinaridade se caracteriza por uma prática ainda em andamento, num movimento constante de reconstrução. O fazer interdisciplinar ainda não é algo de fato experimentado e praticado pelos diferentes campos do saber. “Ela é antes algo pressentido, desejado e buscado, mas ainda não atingido” (SEVERINO, 2010, p. 11).

De acordo com Silva (2008, p. 106), numa concepção de interdisciplinaridade histórico-dialética, é necessário que “o ser humano engajado num trabalho interdisciplinar, que tenha por princípios a incerteza e a inconclusão do conhecimento humano, reconheça a complexidade do momento atual e procure superar os limites epistemológicos, psicossociológicos e institucionais”. “Se algo é inerente à prática interdisciplinar é a condição de que se deve buscar a complementação entre os diversos tipos de conhecimentos disponíveis” (LEIS, 2011, p. 117). Neste trabalho, essa é a proposta que se busca fomentar, discutir e esclarecer, a fim de que a mesma contribua na intervenção profissional face a violência sexual contra crianças e adolescentes², a qual é histórica, multicausal e de resolução complexa, dada a profundidade de suas consequências.

¹ Vide capítulo 1, p. 35.

² De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990).

O interesse da pesquisadora pelo tema da violência sexual perpetrada contra crianças e adolescentes é antigo, e iniciou-se na graduação em Serviço Social, momento em que foi possível participar de práticas de pesquisa e extensão que tiveram como objetivo prevenir situações violentas. Durante a pós-graduação *latu sensu* em “Metodologia para o Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes”, a oportunidade se deu no sentido de verificar as expressões dessa modalidade de violência na escola e os desafios enfrentados por esta instituição e seus professores, ao lidar com ela.

Em sentido *lato*, a violência se expressa de modo estrutural, tendo por fundamento a exploração do homem pelo homem, e a profunda desigualdade da divisão da riqueza social. De aí decorre toda sorte de violências a ela adjacentes, como aquela denominada por violência interpessoal. A manifestação desta se dá nas relações mais pessoais e diretas travadas entre os diferentes sujeitos sociais, os quais estabelecem entre si processos de hierarquização, subordinação e exploração do mais forte sobre o mais fraco. A violência interpessoal permeia todas as classes sociais, expressando-se em uma transformação da diferença em desigualdade, em uma coisificação e negação da condição humana dos sujeitos que por ela padecem.

As relações adulto/criança-adolescente, especialmente, costumam apresentar traços característicos de violência interpessoal, pois, em função do estágio de desenvolvimento psicossocial mais avançado da pessoa adulta, esta tem a possibilidade de subjugar, mais facilmente, aquele sujeito que se encontra em situação de desvantagem física, psíquica e sexual. A violência interpessoal contra a Infância³ entra em cena tanto em ambiente familiar como fora dele, caracterizando-se como intra e extrafamiliar. No entanto, é no ambiente familiar que a violência interpessoal encontra o seu *locus* privilegiado de desenvolvimento, onde o “silêncio” e a cumplicidade entre os envolvidos perpetuam tais práticas e dificulta as formas de denúncia.

A violência intrafamiliar contra a Infância pode ser compreendida como:

[...] todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (GUERRA, 2005, p. 32).

³ O termo Infância, utilizado aqui com letra maiúscula, se refere ao período de tempo compreendido entre 0 a 18 anos, conforme consenso internacional constante na Convenção Internacional de 1989 – ONU, mas desde o século XIX utilizado como marco para a menoridade (ARIÈS, 1981; RIZZINI, 2008).

A partir do conhecimento que se construiu a respeito da temática, a violência sexual pôde ser definida como “todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa” (AZEVEDO E GUERRA, 2000, p. 42).

Desde os tempos antigos, a Infância foi marginalizada, discriminada e violentada devido à compreensão de sua “insuficiência” perante o mundo adulto. Isso serviu para justificar um exercício de poder ilimitado da pessoa adulta sobre a criança. A criança não era reconhecida como sujeito/pessoa e sim como objeto submetido à dominação, prática que era legitimada socialmente. Essa forma de poder abusivo do adulto, que se afirmou ao longo de vários séculos, e que costumou ultrapassar limites que conferem à condição de dignidade a uma pessoa, é o que tem designado a presença da violência perpetrada contra crianças e adolescentes (ARIÈS, 1981).

Contudo, conforme foram se dando os avanços nas legislações a nível internacional e nacional, consolidando assim o chamado “Sistema de Garantia de Direitos” brasileiro, estratégias de prevenção, atendimento e enfrentamento foram sendo criadas, a fim de inibir as práticas violadoras e oferecer o respaldo necessário a agressores e vítimas, por intermédio de políticas sociais. Materializam esses avanços documentos como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Uma das políticas sociais criadas foi a de Assistência Social, construída e materializada em serviços socioassistenciais a fim de, dentre outras atribuições, prestar atendimento às famílias com vínculos fragilizados ou rompidos, entre as quais se encontram as famílias das vítimas de violência sexual. De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social, em seu artigo primeiro: “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993).

Dentro da Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre as unidades de referência para a oferta de serviços, se encontra o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em lócus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos. Presta atendimento e acompanhamento individualizado,

especializado e continuado, o qual pressupõe acolhida, escuta qualificada e compreensão da situação vivenciada por cada família/indivíduo, considerando seu contexto de vida familiar, social, histórico, econômico e cultural (BRASIL, 2011b).

O município de Foz do Iguaçu, a sua maneira, também procurou aderir às estratégias nacionais de proteção à Infância dentro da política de Assistência Social. Contudo, a violação de direitos permanece, e deixa o seu rastro de destruição na vida de crianças e adolescentes. Por quê? Onde está o entrave que faz com que o atendimento prestado não chegue de fato aos seus destinatários?

Como profissional responsável pelo acompanhamento de tais políticas no âmbito municipal, a autora, após iniciar sua atuação como assistente social do Ministério Público do Estado do Paraná, na comarca de Foz do Iguaçu, recebeu a solicitação por parte da 9ª Promotoria de Justiça, para que procedesse à avaliação do atendimento prestado pela “rede” de políticas públicas às vítimas de violência sexual no município. Nesta intervenção percebeu-se que, apesar da intersetorialidade necessária para a operacionalização de um atendimento com tal complexidade, os órgãos por ele responsáveis não atuam de maneira ordenada, planejada e articulada. Não há conhecimento desses órgãos a respeito da continuidade e conclusão dos atendimentos prestados à vítima, entre outras situações que tornam esse atendimento fragmentado, paliativo, uma procrastinação da resolução do problema.

Por esse motivo, por ocasião da pesquisa de Mestrado, buscaram-se dados em um dos equipamentos que realizam atendimento às vítimas, o CREAS, considerado a porta de entrada para as situações de violência sexual dentro da política de Assistência Social, no intuito de mensurar o acompanhamento realizado a crianças e adolescentes no ano de 2012. O objetivo foi conhecer, a partir dos registros do CREAS, a especificidade, a periodicidade e a duração desses atendimentos, bem como outros órgãos que tenham atuado nos casos, dentre outros dados. A partir das informações coletadas, acredita-se ser possível construir um entendimento concreto a respeito das deficiências na política de Assistência Social, e, de maneira mais ampla, na rede de atendimento, apontando para a urgente necessidade de sua reestruturação.

Com a finalidade de apreender a relação entre a falta de interdisciplinaridade e a dificuldade de prestação de um atendimento contínuo, delimitou-se enquanto problema de pesquisa o seguinte questionamento: **Qual a importância da interdisciplinaridade na consolidação de um atendimento integral e continuado às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual?**

O objetivo geral do trabalho consistiu em identificar a importância da interdisciplinaridade na consolidação de um atendimento integral e continuado às crianças e

adolescentes vítimas de violência sexual. O objetivo geral desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos: refletir e problematizar a respeito do conceito de interdisciplinaridade, relacionando-o com o conceito de intersetorialidade; considerar a violência sexual contra crianças e adolescentes e como, a partir desta se constrói uma política de proteção a nível nacional e internacional direcionada a estes sujeitos; compreender a política de Assistência Social e os níveis de proteção por ela criados a fim de prevenir e principalmente atender às vítimas de violência sexual; analisar uma proposta de atendimento dentro da política de Assistência Social às vítimas de violência sexual a nível municipal, considerando sua dificuldade de prestação de um atendimento integral e continuado; apontar a interdisciplinaridade enquanto alternativa diante da falta de efetividade dos atendimentos prestados.

Em razão do problema que se propôs a conhecer, entendeu-se que a modalidade de pesquisa mais adequada seria a qualitativa⁴. A pesquisa caracterizou-se ainda por bibliográfica, documental e contou também com o recurso da observação participante⁵. A pesquisa documental foi utilizada para a coleta de dados empíricos através de ficha construída especificamente para este fim.

A coleta de dados no CREAS ocorreu entre os meses de julho a outubro de 2013. Foram aproximadamente 68 horas de pesquisa. Elegeram-se o ano de 2012 por tratar-se do último ano fechado, possuindo dados já consolidados. O levantamento inicial consistiu em encontrar nas agendas do ano de 2012 das quatro técnicas que ali atuam (duas psicólogas e duas assistentes sociais) as crianças e adolescentes vítimas de violência neste ano, dado que tal informação não se encontrava sistematizada. No órgão investigado, não há banco de dados ou controle rigoroso dos atendimentos realizados.

Diante do significativo número de vítimas encontradas no ano de 2012, bem como em face de dados de atendimento de outros órgãos encontrados nas pastas das vítimas, optou-se, a fim de poder avaliar os dados com melhor qualidade e em função do limitado tempo disponível, pelo redirecionamento da pesquisa, passando a avaliar a interdisciplinaridade existente entre os equipamentos da “rede” de atendimento às vítimas a partir das próprias

⁴A pesquisa qualitativa “se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2010, p.21-22).

⁵ “Definimos *observação participante* como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente” (MINAYO, 2010, p. 70 – grifo da autora).

pastas de atendimento do CREAS, e não a partir do levantamento em cada um desses equipamentos, como havia sido proposto inicialmente.

Para a apresentação do movimento de pesquisa, o Trabalho se divide em três capítulos. O primeiro capítulo conceitua, discute e problematiza a interdisciplinaridade, relacionando-a com a intersetorialidade. Articulando esses conceitos ao estudo da violência sexual, algumas questionamentos são lançados: até que ponto, na atual condição do processo ensino-aprendizagem, será possível propiciar a aludida “formação interdisciplinar para atuação em instituições públicas e privadas, no diagnóstico e acompanhamento de políticas públicas”? Há solução para a quebra desse ciclo violento? Há possibilidade de mudança na lógica de atendimento nos serviços públicos passando de uma lógica corporativista, fragmentada e paliativa para uma lógica baseada na coletividade?

De posse dessa discussão, parte-se então, no segundo capítulo, para o estudo da violência contra a Infância e dos mecanismos de proteção construídos historicamente em relação a esse segmento. Aborda-se a Política Social e dentro dela a política de Assistência Social, com suas especificidades no atendimento às vítimas. Mediante a compreensão do conceito de interdisciplinaridade anteriormente apresentado, se quer lançar os fundamentos de um pensamento claro a respeito da permanência da violência sexual na vida de crianças e adolescentes apesar da execução de políticas direcionadas a combatê-la. Isso conduzirá as seguintes reflexões: há estratégias a serem desenvolvidas no âmbito das políticas sociais a fim de oferecer efetivo atendimento às vítimas? O que impede que tais estratégias sejam operacionalizadas? A política tem condições de sair da abstração e materializar-se na vida dos sujeitos ao qual se destina? O interdisciplinar pode contribuir neste sentido?

No terceiro capítulo faz-se a análise do atendimento prestado às crianças e adolescentes vítimas de violência em Foz do Iguaçu a partir dos estudos realizados no CREAS, apontando os prejuízos que a ausência de um atendimento devidamente estruturado e a ausência de interdisciplinaridade pode gerar para as vítimas. São considerados dados relativos atendimento em si, analisando alguns aspectos de sua interdisciplinaridade e intersetorialidade, bem como de durabilidade e periodicidade. A fim de compreender o universo adentrado, também se apresentam dados referentes às vítimas e agressores, buscando delinear um perfil desses sujeitos e suas necessidades por atendimento por parte das políticas sociais.

A interdisciplinaridade tem encontrado resistências para a sua concretização, seja na academia, seja nos espaços públicos ou privados de atendimento à população. Refletir sobre ela em seus diferentes aspectos e trazê-la para o centro das discussões é fundamental para que

sua implementação se torne possível. Quando sua importância for de fato compreendida, aumentarão as chances de que, os órgãos de atendimento às vítimas não se tornem, com tanta frequência, revitimizados.

1 REFLEXÕES SOBRE INTERDISCIPLINARIDADE

[Na interdisciplinaridade] os problemas se estabelecem em função de um diálogo rigoroso e claro, e de uma capacidade cognitiva e construtiva de coletividades participativas que produzem conhecimentos nos quais as relações, as interações, as interfaces e as sinapses são tão importantes quanto as coletividades ou grupo de trabalhadores simbólicos que as produzem, seja na tela dos computadores, seja com resinas que os aproximam do virtual ao real, e do trabalho intelectual ao manual e ao político (CASANOVA, 2006, p. 24).

A opção de iniciar o primeiro capítulo desta dissertação abordando o conceito de interdisciplinaridade e suas implicações teórico-metodológicas e práticas está intimamente ligada ao espaço em que se encontra a pesquisadora: o mestrado interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras da UNIOESTE. Tal opção é ainda historicamente conformada por um momento em que este Programa procura estabelecer sua proposta interdisciplinar, não sem dificuldades. E vivenciar este processo com certeza traz a tona diversos questionamentos e reflexões a respeito do que de fato é a interdisciplinaridade e de como ela pode ser materializada, seja nas práticas de ensino, pesquisa e extensão, seja no fazer profissional.

Analisando o Projeto Político-Pedagógico do Programa (UNIOESTE, 2007), não é possível encontrar uma definição clara a respeito de sua proposta interdisciplinar. O projeto se refere a seus estudos como pertinentes a conceitos de democracia, identidade, políticas públicas, sociedade civil, movimentos sociais e cidadania, para citar alguns. Entre os objetivos do curso encontramos a “formação interdisciplinar para atuação em instituições públicas e privadas, no diagnóstico e acompanhamento de políticas públicas”. O Projeto expressa, em sua construção teórica, um problema vivenciado na realidade: ainda não há uma real apreensão do conceito como um conceito passível de ser operacionalizado.

O Programa traz para suas salas de aula, ainda que timidamente, autores que discutem a interdisciplinaridade. Mas não há discussões que procurem articular o conceito, seja com o cotidiano da pós-graduação, seja com as dissertações dos mestrandos. Num espaço com tal riqueza, onde é possível ter contato com profissionais das mais diversas áreas de formação como Letras, Serviço Social, Psicologia, Sociologia, Turismo, Enfermagem, História, Direito, Ciências Contábeis e Pedagogia - isso apenas para mencionar as especialidades da turma de ingresso da pesquisadora -, não há de fato troca interdisciplinar. Não há atividades em grupo que busquem a interação de conhecimentos e conhecedores, com vistas a lançar novos olhares sobre os objetos estudados. Muitos dos trabalhos de conclusão apresentados não possuem um olhar interdisciplinar, sendo que não há preocupação do discente nesse sentido, bem como

também não há questionamento por parte dos docentes. Sendo assim, questiona-se: até que ponto, na atual condição do processo ensino-aprendizagem, será possível propiciar a aludida “formação interdisciplinar para atuação em instituições públicas e privadas, no diagnóstico e acompanhamento de políticas públicas”?

Além das situações vivenciadas no programa de mestrado, a pesquisadora propôs-se a tais reflexões em virtude do problema de pesquisa estudado, que apontava para uma dificuldade no atendimento continuado às vítimas de violência, dificuldade essa que expressava, preliminarmente, uma falta de interdisciplinaridade entre os órgãos e profissionais da rede de atendimento e proteção a essas vítimas. Passou-se a pensar, por esse motivo, na formação acadêmica desses profissionais e na compreensão que possuíam a cerca da necessidade do trabalho interdisciplinar na resolução de problemas complexos, como é o caso da violência sexual perpetrada contra crianças e adolescentes. Passou-se a questionar então se tal compreensão seria possível, dado que a mesma não vem sendo fomentada nos cursos de graduação, tampouco num Programa que assume para si a característica da interdisciplina. A grande questão colocada para a pesquisadora foi: há solução para a quebra desse ciclo violento? Há possibilidade de mudança na lógica de atendimento nos serviços públicos passando de uma lógica corporativista, fragmentada e paliativa para uma lógica baseada na coletividade?

Acredita-se que fomentar a reflexão e discussão do conceito auxiliará no sentido de pensar as práticas acadêmicas e profissionais na perspectiva interdisciplinar. Dessa maneira, o pensamento abaixo se constrói numa perspectiva dialética. Na medida em que se reflete a respeito da formação profissional, se pensa nos reflexos desta sobre a profissionalidade, profissionalidade essa que não consegue, justamente pela carência em tal formação, pensar e construir uma prática de atendimento interdisciplinar. A atuação onde há ausência de interdisciplinaridade revelar-se-á ineficaz, e violadora de direitos. Essa atuação despontou no estudo que ora se propõe, e conseqüentemente na academia, a qual, em matéria de prática interdisciplinar ainda não tem muito a oferecer para esses profissionais que lidam cotidianamente com situações de violência. Trará a academia possibilidades às vítimas de violência sexual?

1.1 DE ONDE PARTIR

Antes de qualquer coisa, importa situar a categoria interdisciplinaridade no contexto do conceito de totalidade⁶, pois esse é o desafio fundamental ao se adotar um enfoque interdisciplinar. “À necessidade de dividir e articular a pesquisa e o ensino do conhecimento sobre o mundo [...] acrescenta-se a de compreender o ‘conjunto’, a ‘totalidade’ ou o ‘universo’ em que se inserem as distintas disciplinas, especialidades ou faculdades e seus esforços interdisciplinares” (CASANOVA, 2006, p. 12, grifos do autor). O mundo real, ao qual cabe estudar, é total, múltiplo e complexo.

Edgar Morin (2006, p. 14) entende por complexidade um todo com componentes inseparáveis, tramados em um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Segundo ele “a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade” (MORIN, 2005, p. 38). Assim, um estudo interdisciplinar pressupõe a busca de uma temática em profundidade, interagindo com suas especificidades e permitindo que elas alterem a visão inicialmente construída a respeito dessa mesma temática.

Encarada sob um viés totalizante, a questão da interdisciplinaridade precisa ser apreendida dentro da própria forma do homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social. A sociedade capitalista, dividida em classes sociais cujos interesses são antagônicos, produz o ser social e sua consciência, marcada por esta mesma fragmentação. A produção e a divulgação do conhecimento também não se fazem alheias aos conflitos, antagonismos, e relações de força que se estabelecem entre as classes. A produção do conhecimento é ela mesma parte e expressão dessa luta. O processo de conhecimento vem então marcado pelos interesses, concepções e condições de classe do investigador. Assim, no quadro da materialidade das relações capitalistas de produção da existência, a interdisciplinaridade também sofre diante de tal fragmentação⁷ e alienação (FRIGOTTO, 2008, p. 46).

A não atenção a este tecido histórico dentro do qual se produz o conhecimento tem levado a tratar a questão da interdisciplinaridade como sendo um recurso didático capaz de

⁶ “[...] compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a causalidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias, coloca-se em antítese à posição do empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e causais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade” (KOSIK, 1926, p. 41).

⁷ “A concepção fragmentária da Ciência, tal qual foi consolidada pelo Positivismo no contexto do mundo contemporâneo, relaciona-se de forma íntima com um processo de divisão técnica do trabalho humano, que arrasta consigo uma correspondente divisão social do trabalho, diluído no taylorismo da ação técnico-profissional. Isso tem graves consequências na estruturação da sociedade e na alocação do poder político entre as classes sociais” (SEVERINO, 2010, p. 16).

integrar as dimensões particulares dos diferentes campos científicos numa totalidade harmônica (FRIGOTTO, 2008). Diferentemente, a interdisciplinaridade pressupõe unidade na diversidade. Consideram-se os olhares das diversas disciplinas na abordagem dos diferentes aspectos do real. Não há eliminação das diferenças, mas sim reconhecimento e convivência, ciente de que estas diferenças e especificidades se complementam, contraditória e dialeticamente (SEVERINO, 2010, p. 20).

É interessante notar que a sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que restringe o livre desenvolvimento da interdisciplinaridade, considerando especialmente o individualismo e concorrência sobre o qual as relações se desenvolvem neste sistema, acaba por deslocar o cotidiano das atividades profissionais para situações complexas para as quais as disciplinas convencionais não mais respondem adequadamente (FAZENDA, 2008, p. 96). “Ora, os desenvolvimentos próprios de nosso século e de nossa era planetária nos confrontam, inevitavelmente e com mais e mais frequência, com os desafios da complexidade” (MORIN, 2006, p. 14).

Assim, é possível afirmar que o modo capitalista de produção impõe limites ao trabalho interdisciplinar, mas não impõe seu *limite*, fadando-o ao fracasso. A interdisciplinaridade ainda é muito mais almejada que de fato experimentada, sendo ainda um desafio a ser superado. Isso não permite supor que ela não possa se concretizar neste modo de produção, mas sim em outro, pois efetivamente não foi levada a cabo em nenhum desses cenários. Tal suposição seria um tanto cômoda num processo crescente de discussão, reflexão e implantação da prática interdisciplinar, ficando ela condicionada à mudança de organização societária.

Inserida a discussão neste contexto, volta-se o olhar para a Revolução Industrial (final do século XIX e século XX), onde de maneira mais intensa o conhecimento passa a ser utilizado para fins de produção e acumulação de bens. Sem preocupação com a totalidade, o trabalho passa a ser fragmentado, dividindo-se em diversos momentos dos quais o homem é alijado, obstruindo o reconhecimento de seu trabalho no produto final. Trabalho manual e trabalho intelectual são divididos. Ampliam-se cada vez mais o número de disciplinas, bem como de especialidades dentro das próprias disciplinas, a fim de subsidiar os processos produtivos.

A multiplicação das áreas de especialização trouxe maior rigor e precisão no conhecimento dos objetos científicos, e propiciou o avanço das ciências como nunca antes. Mas, ao mesmo tempo, a especificidade fragmentou a atividade científica, gerando uma tremenda falta de comunicação entre os ditos especialistas. Perdeu-se de vista o caráter

abstrato e provisório dos recortes disciplinares, os quais se transformaram em territórios bem delimitados, cada vez mais excludentes entre si (CASANOVA, 2006).

Essa excessiva fragmentação disciplinar acabou por produzir, em contrapartida, um movimento a favor do estudo da totalidade nas ciências naturais e humanas. Em 1930, houve uma tentativa de aproximar ou mesmo “demolir” as disciplinas. É em 1937 que a palavra interdisciplina aparece pela primeira vez, escrita pelo sociólogo Louis Wirtz. Esse movimento suscitou o problema das “interfaces de conhecimentos” entre duas ou mais disciplinas, em uma mesma especialidade ou em especialidades diferentes (CASANOVA, 2006, p. 19; 29).

A interdisciplinaridade começa a ser vinculada a alguns problemas derivados do encontro das ciências físicas e naturais com a tecnologia apenas na década de 1940. Passou, desde então, a ser retoricamente entendida como uma condição fundamental do ensino e da pesquisa na sociedade contemporânea, mas sem que isso implicasse assumir grandes mudanças no plano institucional por parte das agências de pesquisa e das universidades (LEIS, 2011, p. 107). O autor afirma que esse processo de reconhecimento mais retórico do que real possa ter contribuído no surgimento de um uso excessivo do termo, banalizando-o. Por esse motivo, deve haver prudência a fim de evitar definições apressadas sobre o conceito de interdisciplinaridade. Conforme afirma Japiassu (1976), o uso comum do termo atualmente, longe de ser um progresso real, talvez seja mais o sintoma da situação patológica em que se encontra o saber, referindo-se a exagerada fragmentação das disciplinas.

Foi a partir de tais movimentos de apelo à totalidade que se restabeleceu a necessidade de alcançar uma cultura geral, permitindo ao especialista o vínculo entre a cultura básica e a especialização. “A vinculação criadora da cultura geral e da especialização se reafirmou ao longo do século XX, ainda que nem sempre tenha conseguido manter equilíbrio entre uma e outra” (CASANOVA, 2006, p. 20), sendo este ainda o grande desafio.

Como dito, as mudanças de ordem material acarretaram também profundas transformações no trabalho científico, derivando em uma revolução científica que deu fim aos paradigmas que haviam dominado até então. Os novos pressupostos teóricos e metodológicos, as chamadas “novas ciências”, levaram à reformulação do trabalho disciplinar e da pesquisa avançada em ciências e humanidades. Na revolução científica do século XX, buscou-se, sem sucesso, unir todas as disciplinas em torno de um método e uma atitude que estivesse acima de todas as ideologias (CASANOVA, 2006, p. 30).

A despeito do fracasso dessa tentativa unificadora, dela surgiram novas formas de pensar, umas que “aceitaram a complexidade como variedade de relações articuladas; outras que reconheceram o direito às diferenças e à autonomia diante das forças dominantes,

hierárquicas e homogeneizadoras”. Priorizou-se a busca por interfaces, tanto dentro de uma mesma disciplina como entre disciplinas, propiciando o surgimento de novas especialidades (CASANOVA, 2006, p. 31; 36).

Esse novo contexto introduziu possibilidades de manejo metodológico e técnico que permitem passar do “todo” para as “partes” e das “partes” para o “todo”, “mediante procedimentos de tipo qualitativo e quantitativo, com elementos de reflexão teórica, experimental e empírica que mudam de níveis de abstração nos processos de pesquisa, análise, reflexão e ação” (CASANOVA, 2006, p.36).

Tal dialética é essencial nos esforços empreendidos para o conhecimento da realidade humana, dado que não existem estudos interdisciplinares fora de seu contexto epistemológico e cultural (LEIS, 2011, p. 117). As atitudes interdisciplinares variam de acordo com a cultura e a comunicação de cada época, cultura essa que é identificada pelos seus sistemas de explicações, filosofias, teorias, ações e pelos comportamentos cotidianos. Edgar Morin corrobora com essa visão:

A supremacia do conhecimento fragmentada de acordo com as disciplinas impede frequentemente de operar o vínculo entre as partes e a totalidade, e deve ser substituída por um modo de conhecimento capaz de apreender os objetivos em seu contexto, sua complexidade, seu conjunto (MORIN, 2005, p. 14).

O desenvolvimento da interdisciplina no século XX não só redesenha os problemas da cultura geral e da especialização, da divisão do trabalho intelectual, e das interseções e cruzamentos de disciplinas. Também não está associado apenas a uma revolução científica e tecnológica cujas implicações alteram as formas costumeiras de construir conceitos e realidades. A interdisciplina também conduz ao problema da busca de alternativas diante do próprio sistema dominante (CASANOVA, 2006, p. 46).

Contudo, para que proliferem tais alternativas, faz-se necessária uma postura do pesquisador que não apenas se dedique a transmissão do conhecimento advindo de sua disciplina, mas que se dedique também a pesquisar e criar novos mundos e novos atores com legados científicos que busquem acabar com a dominação e a exploração. Os caminhos para compreender e modificar o mundo atual e construir uma sociedade alternativa pressupõem conhecimentos que não podem limitar-se ao conhecimento de especialistas, somente.

A junção de disciplinas e a *busca do todo* a partir de situações concretas exigem que se articule estreitamente a docência-pesquisa-ação e a construção-criação de novos sujeitos histórico-sociais que, por sua vez,

proponham a busca, a construção e a criação de um mundo alternativo menos injusto e menos opressivo, as possibilidades técnico-políticas de alcançá-lo, os obstáculos presentes no sistema capitalista para consegui-lo e os obstáculos às mudanças do sistema capitalista (CASANOVA, 2006, p. 47, grifo do autor).

1.2 O CONCEITO

A interdisciplinaridade se caracteriza por uma prática em andamento, um movimento constante de reconstrução, e não conta com uma definição que seja consensual. Há uma dificuldade real na tentativa de se conceituar a interdisciplinaridade. “[...] até hoje não conseguimos definir com precisão o que vem a ser essa vinculação, essa reciprocidade, essa interação, essa comunidade de sentido ou essa complementaridade entre as várias disciplinas” (SEVERINO, 2010, p. 11).

Diante do termo, gera-se como que um sentimento de incerteza e de esperança. Incerteza porque o fazer interdisciplinar ainda não é algo de fato experimentado e praticado pelos diferentes campos do saber. “Ela é antes algo pressentido, desejado e buscado, mas ainda não atingido” (SEVERINO, 2010, p. 11). A esperança se coloca na medida em que a interdisciplinaridade é vista como solução para a fragmentação do conhecimento, a fim de preservar a integridade do pensamento e a unidade do saber (FAZENDA, 1992; SEVERINO, 2010).

Para Leis, a interdisciplinaridade é um conceito abrangente e pode ser definido da seguinte forma, a qual se adotou para fins de sua compreensão neste trabalho:

A interdisciplinaridade pode ser definida como um ponto de cruzamento entre atividades disciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares, com lógicas e histórias diferentes. Ela tem a ver com análises especializadas e fragmentadas e com sínteses totalizadoras e abrangentes; com visões marcadas pela lógica racional, instrumental e crítica ou subjetiva, assim como com a integração de conhecimentos disciplinares e com avanços cognitivos qualitativos; com diversos contextos culturais nacionais e também com diversos contextos disciplinares nas grandes áreas do conhecimento; e, por último, ela tem a ver não apenas com um trabalho em equipe, mas também com um individual, como é o caso de pesquisadores que possuem uma formação individual interdisciplinar consistente (LEIS, 2001, p. 118).

Atualmente, não há como falar de uma teoria da interdisciplinaridade⁸, sendo necessário respeitar a diversidade dos enfoques existentes. Independentemente da definição adotada, a interdisciplinaridade não é uma alternativa fácil de ser seguida. Está na contramão de toda a formatação disciplinar à qual são submetidos os acadêmicos durante sua formação inicial, o que exige uma construção metódica do trabalho interdisciplinar, num movimento de “reconstrução intelectual” (RAYNAUT; ZANONI, 2011, p. 144).

A tendência secular é de disciplinaridade. “A especialização científica é o modo dominante de fazer ciência e de exercer o poder através da ciência” (PIMENTA, 2008, p.65). As disciplinas existem e seus conceitos, métodos e modalidades de validação do conhecimento constituem a fundamentação de nossa capacidade de conhecer o mundo. Sendo assim, antes de abater as fronteiras disciplinares é preciso, mais modestamente, tentar tornar possível o diálogo e a colaboração entre as disciplinas tal como existem, sem colocar em questão, logo de início, suas fundamentações teóricas e metodológicas (RAYNAUT, 2011, p. 87).

Qualquer processo que associa, em torno da observação de um mesmo objeto científico ou do tratamento de uma questão comum várias especialidades reconhecidas como distintas pela instituição acadêmica, deveria então ser considerado interdisciplinar – mesmo no caso de disciplinas que pertencem à mesma grande área científica. O mais importante é considerar a contribuição trazida pelo cruzamento de enfoques e olhares diversificados, e da busca de uma convergência das diversas contribuições. “Tornar as barreiras menos estanques, desenvolver as trocas e os intercâmbios entre visões distintas, são em si, um fator significativo de inovação” (RAYNAUT; ZANONI, 2011, p. 145).

A fim de lançar luz sobre o significado da interdisciplinaridade, faz-se necessário distingui-la dos conceitos de disciplina e indisciplina. Para Casanova (2006, p.12), o oposto de disciplina é a indisciplina, e a interdisciplina seria outra alternativa à disciplinaridade. Sendo assim, há necessidade de um cuidado na quebra dos paradigmas disciplinares, a fim de que ao invés de um trabalho interdisciplinar, não se caia num trabalho indisciplinado, pouco rigoroso.

Para o autor, a disciplina permite um conhecimento profundo de determinado aspecto da realidade, e é fundamental como busca do rigor, não devendo ser, por esse motivo,

⁸ Contudo, na dinâmica dos estudos interdisciplinares, é necessário definir com clareza a base teórica e as escolhas metodológicas, a fim de que as informações produzidas não sejam incomunicáveis entre si (LEIS, 2011, p. 119).

renunciada. O que se deve evitar são as “disciplinas” opressivas⁹ e a indisciplina, atuando na construção de “disciplinas” libertadoras, as quais terão por objetivo “articular as distintas especialidades do saber para ver o que escapa ao saber hegemônico que seja significativo quando se quer conhecer algo [...] ou construir algo [...]”. O ideal é que se possa alcançar ao mesmo tempo a delimitação rigorosa que a disciplinaridade traz a um objeto científico, bem como a perspectiva integradora ofertada pela interdisciplinaridade. A esse ideal, o autor denomina “especialidades interdisciplinares” (CASANOVA, 2006, p. 12).

Outro conceito comumente utilizado é o da multidisciplinaridade, aqui compreendida como sinônimo da pluridisciplinaridade, a qual não implica integração, mas sim superposição dos diversos conhecimentos disciplinares convocados para a realização de determinado estudo. Isso não quer dizer que este conceito não possa representar uma etapa importante em uma direção interdisciplinar. Contudo, os estudos multidisciplinares não constituem um avanço, pois não se dão na perspectiva de uma integração totalizadora. A somatória mecânica de perspectivas disciplinares, como é o caso da multidisciplinaridade, não implica nenhuma tensão conceitual ou teórica, coisa que acontece no trabalho interdisciplinar (LEIS, 2011, p. 109).

Já a abordagem transdisciplinar, de maneira praticamente inversa à concepção multidisciplinar que aborda a realidade privilegiando quase que exclusivamente a dimensão empírica, privilegia a dimensão teórica, tentando transcender as disciplinas na direção de conceitos e teorias comuns a todos os campos. Diferentemente, a interdisciplinaridade pretende, antes de tudo, que uma síntese teórica dos conceitos se concretize. “Os estudos interdisciplinares demandam uma pesquisa equilibrada, que permaneça equidistante, tanto da multidisciplinaridade como da transdisciplinaridade” (LEIS, 2011, p. 109-110).

Leis faz importante afirmação a respeito da relação entre interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade:

A prática da interdisciplinaridade não supõe uma negação das bases epistemológicas das disciplinas, como no caso da transdisciplinaridade, mas também não pretende deixar intacto o monopólio epistemológico das disciplinas, como no caso da multidisciplinaridade. [...] a prática da interdisciplinaridade supõe o equilíbrio de dois aspectos, por um lado, uma visão integradora de diversas disciplinas e, por outro, um salto cognitivo que

⁹ “A disciplina como autoritarismo pode se converter em uma ‘aprendizagem da ignorância’ e em um freio ao enriquecimento das especialidades e da cultura geral. E mais: amiúde com o pretexto de lutar contra a indisciplina e pelo rigor, luta-se contra a interdisciplina e contra as especialidades interdisciplinares que permitem alcançar maior rigor no conhecimento de relações opressoras e maior eficácia e ativação das relações e dos vínculos libertadores” (CASANOVA, 2006, p. 15).

não esteja pressuposto em qualquer somatória de abordagens disciplinares (LEIS, 2011, p. 110).

Neste autor, para além de um consenso a respeito do conceito de interdisciplinaridade, o importante é que o conhecimento avance através de suas diferentes manifestações, pois, a busca pelo conhecimento não exclui, *a priori*, nenhum enfoque. Como a própria vida humana, o conhecimento avança melhor em um contexto plural. No entanto, Leis destaca a importância de se reconhecer a diferença entre pluralismo e relativismo.

Enquanto esse último dissolve a objetividade do conhecimento em um contexto de variantes disciplinares que não dialogam entre si, o pluralismo permite que a objetividade seja construída como hipótese de convergência a partir de sucessivas abordagens interdisciplinares e multidimensionais (LEIS, 2011, p.118)

O pluralismo admite posturas e métodos profissionais diferenciados entre as quais se trava o diálogo, pressupondo o respeito às diferenças. A ameaça que o outro representa não pode ser empecilho ao diálogo. Para Carlos Nelson Coutinho, pluralismo é:

[...] sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento de nossa posição e, de modo geral, da ciência; não é apenas tolerância de quem tem a verdade no bolso e tolera a existência do diferente (COUTINHO *apud* MUNHOZ, 2008, p. 127).

Assim sendo, posturas fechadas em si mesmas, que apresentem visível intolerância às demais devem ser vistas com cautela quando se trata de definir práticas interdisciplinares.

Qualquer demanda por uma definição unívoca do conceito de interdisciplinaridade deve ser rejeitada, por tratar-se de uma proposta que, inevitavelmente, é feita a partir de alguma das culturas disciplinares existentes. Em outras palavras, a excessiva preocupação com a procura de um marco teórico-metodológico definitivo para a interdisciplinaridade não é algo propriamente interdisciplinar (LEIS, 2011, p. 113-114).

Para além de uma definição, o que se tem são movimentos “impulsionadores” da interdisciplinaridade, que dão a ela enfoques diferenciados. De acordo com Leis (2011, p.115), tais movimentos poderiam se resumir em três. Um primeiro movimento estaria associado à cultura científica francesa, fixado em dimensões epistemológicas dos saberes disciplinares e na racionalidade científica, o qual pode ser qualificado como lógico-racional,

centrado na busca de significado (portanto, abstrato). Um segundo estaria associado à cultura científica anglo-americana, de tipo metodológico, que remete a uma preocupação marcada pela lógica instrumental, orientada pela busca da funcionalidade social (portanto, profissionalizante). E um terceiro estaria associado a uma “cultura científica brasileira emergente”, que privilegia as dimensões humanas e afetivas, expressando uma lógica subjetiva dirigida à procura do próprio ser.

Segundo o autor, essas três visões de interdisciplinaridade são tipos ideais e não realidades fechadas em si mesmas. A interdisciplinaridade deve ser concebida de forma a integrar essas três visões. “Se algo é inerente à prática interdisciplinar é a condição de que se deve buscar a complementação entre os diversos tipos de conhecimentos disponíveis” (LEIS, 2011, p. 117).

A interdisciplinaridade é sempre um processo de diálogo entre disciplinas firmemente estabelecidas em sua identidade teórica e metodológica, mas conscientes de seus limites e do caráter parcial do recorte da realidade sobre a qual operam. Isso implica, por parte dos pesquisadores, respeitar o saber produzido por outras disciplinas, recusando qualquer hierarquia *a priori* entre elas, relativa ao poder explicativo dos fatos sobre os quais trabalham. Implica também, fundamentalmente, o desejo de aprender com os outros e na ausência de toda postura defensiva de um território de poder simbólico ou institucional. É um caminho que cada um tem de percorrer e descobrir pessoalmente. O mais importante é a vontade e o desejo iniciais de se abrir para outras perspectivas, outros questionamentos. [...] A interdisciplinaridade nunca pode ser imposta do exterior. Ela parte necessariamente da consciência viva, em cada um, dos limites da sua própria disciplina e dos desafios a serem superados para responder à complexidade do mundo atual (RAYNAUT, 2011, p. 103-104).

1.3 A PROPOSTA

Até aqui, já é sabido que há uma tendência histórica de compartimentação das disciplinas, não estando a grande maioria dos profissionais habituados a submeter-se a discussões com outras áreas do conhecimento, a não ser que, determinada situação em seu cotidiano, ameace sua própria identidade profissional, por lhe ser complexa. Neste caso, há interesse em recorrer a outras áreas, de modo pontual e empírico, em busca de conhecimentos aos quais não dominam, a fim de que a imagem a seu respeito não seja comprometida.

Contemporaneamente há uma tendência geral que faz com que os pesquisadores se “entrinchem” nas suas especialidades ou subespecialidades, compartilhando seus

conhecimentos apenas no interior de seu próprio círculo. Contudo, essas separações se dão muito menos por condições ontológicas objetivas do que pelos hábitos dos próprios pesquisadores. Esses hábitos, do ponto de vista epistemológico, se cristalizam em paradigmas científicos (KUHN, 1989) e nos departamentos universitários (LEIS, 2001, p. 113).

Tais pesquisadores e profissionais não estão preparados para a partilha e interação que a interdisciplinaridade reclama. Muitos deles possuem inclusive o mesmo objeto de estudo, mas não conseguem aproximar-se a fim de complementar a análise uns dos outros. Permanecem disputando o prêmio de melhor compreensão da realidade, em detrimento dos avanços a serem alcançados, muitos deles fundamentais para a vida em sociedade. Diante de tal situação, quer-se, neste tópico, compreender na proposta interdisciplinar as possibilidades de modificação deste quadro.

Os movimentos em direção ao trabalho interdisciplinar permitiram, e ainda permitem, apontar para os conhecimentos gerais que devem ser adquiridos por qualquer pesquisador, independentemente de sua especialidade, ou mesmo trazer novas perspectivas aos problemas de comunicação entre especialistas de áreas distintas com linguagens, técnicas, teorias e métodos próprios.

Munhoz (2008) aponta que o trabalho interdisciplinar leva ao enriquecimento de cada área do saber, pela incorporação de resultados, partilha de métodos e técnicas; leva também a ampliação da consciência crítica. Contribui significativamente para o fim do imperialismo disciplinar e da departamentalização da ciência.

A principal preocupação filosófica e epistemológica da interdisciplinaridade está ligada diretamente às consequências epistemológicas do método positivista. Trata-se de, justamente, superar as implicações do método positivista, firmemente instalado na estrutura acadêmica, para se estabelecer, nas palavras de Japiassu (1976, grifo nosso), uma **epistemologia da convergência**.

O trabalho interdisciplinar não se efetiva se não for possível transcender a fragmentação e o plano fenomênico, heranças fortes do empirismo e do positivismo. Ele também não se efetiva se cair no reducionismo¹⁰ estruturalista. Tratada a interdisciplinaridade no plano do movimento do real, não há contradição entre delimitação de objetos e problemáticas e o caráter unitário do conhecimento (FRIGOTTO, 2008).

Segundo Japiassu “o objetivo utópico do trabalho interdisciplinar é a unidade do saber, unidade problemática, mas que parece constituir a meta ideal de todo saber, que pretende

¹⁰ “[...] não pode explicar racionalmente uma evolução nova, de natureza qualitativa: tudo aquilo que é novo pode ser reduzido a condições e hipóteses, ao velho” (KOSIK, 1926, p. 35).

corresponder às exigências do progresso humano” (JAPIASSU *apud* SAMPAIO *et al*, 2010, p. 82). Severino aponta que essa tendência à preservação da unidade do saber identifica-se com o próprio início do conhecimento:

[...] na sua gênese propriamente epistemológica, assim como na sua finalidade fundamental, a atividade da consciência é como que guiada por essa exigência de unidade. E essa origem fundante de todo Saber já devia nos convencer da significação da relevante prioridade e da naturalidade da expressão interdisciplinar do conhecimento. [...] a exigência da unidade se impõe como força originária (SEVERINO, 2010, p.13).

Também numa perspectiva de totalidade, a interdisciplinaridade vai ao encontro do método dialético¹¹ de produção do conhecimento. Auxilia no processo de busca da “essência” do objeto de pesquisa, contribuindo para o desvendamento da “pseudoconcreticidade”, a qual se materializa nos fenômenos que povoam o cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, com sua regularidade, imediatismo e evidência, e penetram na consciência, assumindo um aspecto independente e natural. A “coisa” emerge de um todo que a circunda, na maioria das vezes não expresso e não percebido explicitamente. “Precisamente este todo não percebido explicitamente é a luz que ilumina e revela o objeto singular, observado em sua singularidade e no seu significado” (KOSIK, 1926, p. 31).

De acordo com Silva (2008, p. 106), numa concepção de interdisciplinaridade histórico-dialética, é necessário que “o ser humano engajado num trabalho interdisciplinar, que tenha por princípios a incerteza e a inconclusão do conhecimento humano, reconheça a complexidade do momento atual e procure superar os limites epistemológicos, psicossociológicos e institucionais”. Sua proposta é de uma interdisciplinaridade baseada numa “epistemologia da complexidade¹²” na qual a rigidez da lógica clássica deverá ser substituída pela dialógica.

¹¹ “A dialética compreende a realidade como um todo que possui sua própria estrutura (não é caótica), que se desenvolve (não é imutável, nem dada de uma vez por todas); que vai se criando (não é um todo perfeito e acabado, é histórica e social). Para Kosik (1986: 52), a totalidade concreta numa concepção dialético-materialista do conhecimento do real é um processo que compreende alguns momentos indivisíveis: o primeiro é a destruição da pseudoconcreticidade (ou seja, da fetichizada e aparente objetividade do fenômeno) e o conhecimento de sua autêntica objetividade; o segundo é o reconhecimento do caráter histórico do fenômeno; e o terceiro é o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, de sua função objetiva e de seu lugar histórico” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 41).

¹² Principal categoria da concepção histórico-dialética da interdisciplinaridade, sinaliza para os perigos da fragmentação do conhecimento em pesquisas disciplinares, fragmentação essa que fomenta, de certa forma, o pensamento simplificador, o qual “[...] é incapaz de conceber a conjunção de uno e do múltiplo (*unitas multiplex*): ou ainda unifica abstratamente ao anular a diversidade sem conceber a unidade (MORIN *apud* SILVA, 2008, p. 109).

Todo projeto institucional que almeja a promoção da interdisciplinaridade deve levar em conta os obstáculos decorrentes do próprio recorte disciplinar existente. Há um amplo leque de situações concretas que possuem um potencial interdisciplinar, devendo-se partir dessa realidade e não de uma definição dogmática e rígida da interdisciplinaridade. Deve-se pensar em termos de processos (favorecer a flexibilidade e os intercâmbios) e não de estrutura (substituir o recorte existente por uma nova grade concebida por antecedência). (RAYNAUT; ZANONI, 2011, p. 149).

Para Fazenda, um projeto interdisciplinar deverá em primeiro lugar possuir um movimento dialético que “[...] é próprio da atitude interdisciplinar – rever o velho para torná-lo novo ou tornar o novo velho”. Deverá contar ainda com “[...] o recurso da memória como possibilidade de releitura crítica e multiperspectival dos fatos ocorridos nas diferentes práticas”, e ainda a parceria “[...] que revela o compartilhar de falas, dos espaços, das presenças [...]” (FAZENDA *apud* SILVA, 2008, p. 115).

Num projeto desse viés, a premissa predominante é a do respeito expresso e espontâneo ao modo de ser de cada um, ao caminho que cada um empreende em busca de sua autonomia – portanto, **a interdisciplinaridade decorre mais do encontro entre indivíduos do que entre disciplinas**. Um auxílio nesse processo pode advir da escolha de cientistas com paradigmas mais abertos à interdisciplinaridade (PIMENTA, 2008, p. 71-72).

O projeto, a intencionalidade, o rigor são características importantes de uma forma de pensar e de agir interdisciplinarmente (FAZENDA *apud* SILVA, 2008, p. 117). Pressupõe reunião em torno de um mesmo objeto de pesquisa, circundado por uma situação problema visualizada por todos os pesquisadores envolvidos, “onde a ideia de projeto nasça da consciência comum, da fé dos investigadores no reconhecimento da complexidade do mesmo e na disponibilidade destes em redefinir o projeto a cada dúvida ou a cada resposta encontrada” (FAZENDA, 2008, p. 98).

A primeira etapa de um trabalho interdisciplinar deve consistir em evidenciar as divergências existentes entre os vários cientistas no que diz respeito à interpretação do questionamento oriundo da demanda social. Se esse trabalho inicial de esclarecimento não for realizado, a pesquisa terá por base um consenso fictício, que conduz a contradições e conflitos no momento da construção de uma problemática e uma metodologia em que se articulem as contribuições dos vários especialistas (RAYNAUT, 2011, p. 98). Segundo o autor, não se trata de chegar a uma linguagem comum, mas sim de aceitar a diversidade, na medida em que se reconhece o que o outro diz e se procura maneiras de interligar abordagens distintas. Um esforço de reflexão e de intercâmbios epistemológicos é imprescindível.

A etapa de reflexão crítica sobre os conceitos, os paradigmas, as consequências do fracionamento disciplinar, não tem como objetivo substituí-los, extinguindo o recorte disciplinar e constituindo um saber unificador. Por mais legítimo que seja o processo de reunificação dos saberes, ele enfrenta dificuldades “para ultrapassar uma retórica axiomática e propor procedimentos concretos de pesquisa” e pode criar mais confusão do que esclarecimento, não ajudando de maneira efetiva a explicar a complexidade do real. Distanciar-se de modo crítico em relação ao recorte disciplinar pode ser compatível com a permanência das disciplinas, apoiada em uma diversidade de instrumentais teóricos e metodológicos (BOUVERESSE *apud* RAYNAUT, 2011, p. 101).

Superada esta etapa, a necessidade é de um trabalho conjunto de elaboração de uma problemática comum, onde cada pesquisador contribua para alimentá-la. Isso não quer dizer que cada um não terá oportunidade de criar problemáticas próprias e alimentá-las com a multiplicidade de conhecimento que o processo interdisciplinar oferece. “Cada um deve ter a oportunidade de experimentar o fato de que a confrontação com outros campos disciplinares, outros questionamentos, constitui um incentivo para renovar o olhar sobre seu próprio campo disciplinar” (RAYNAUT, 2011, p. 102).

Diferentes autores (FAZENDA; PIMENTA, D’AMBROSIO, para citar alguns) tomam a interdisciplinaridade no Ensino como objeto para a reflexão, dado ser ali que, com mais intensidade, teoria e prática são tomadas como categorias de análise, visando à formação de profissionais para a intervenção no mundo do trabalho.

Segundo Pimenta (2008, p. 64), em nenhum outro espaço há tantas possibilidades de interdisciplinaridade e tantos obstáculos ao seu florescimento como nas universidades. Neste espaço, “o conhecimento disciplinar e conseqüentemente a educação, têm priorizado a defesa de saberes concluídos, inibindo a criação de novos saberes e determinando um comportamento social a eles subordinado” (D’AMBROSIO, 2008, p. 79). Contudo, se não houver interdisciplinaridade no Ensino, como se pensar a interdisciplinaridade nos diferentes campos de atuação? É possível a um profissional assumir uma postura interdisciplinar sem que a tenha apreendido em seu processo formativo? A própria falta de interlocução nos diferentes locais de atuação profissional - alguns dos quais estudaremos neste trabalho, no que se refere ao atendimento de vítimas de violência -, pode ser interpretada como uma das consequências de uma academia que não realiza trocas significativas entre suas áreas de conhecimento.

Diante disso, é possível afirmar que a interdisciplinaridade tem encontrado resistências para a sua concretização. Entre elas, Casanova (2006, p. 49) cita a resistência corporativa, e

aquelas advindas das autoridades acadêmicas e dos círculos dominantes. Há também aquelas concernentes ao temor por parte dos pesquisadores de violar os próprios paradigmas ou crenças científicas, ou a falta de conceitos e metodologias que permitam trocas significativas e “seguras”.

Para Pimenta (2008, p. 69-70), uma primeira dificuldade apresentada à implantação do trabalho interdisciplinar relaciona-se com a própria estrutura atual do conhecimento, composto por um grande número de ciências, uma grande quantidade de especializações dentro da mesma ciência, bem como uma grande quantidade de paradigmas dentro da mesma especialidade de uma ciência.

O mesmo autor aponta enquanto alternativa para a superação desta dificuldade “o trabalho em grupo com cientistas de outras áreas do saber”, no sentido de conhecer diferentes pontos de vista e apreender outros materiais e metodologias, e assim, aglutinar esforços no sentido de inovar práticas educativas e profissionais. Há necessidade de que seja fornecida ao cientista uma referência daquilo que está para além do seu horizonte disciplinar. Isso só poderia acontecer durante seu processo educativo, através da possibilidade de frequentar disciplinas de outros cursos. “O trabalho coletivo, com diálogo interdisciplinar pedagógico, crítico e informativo, cria a nova cultura geral de nosso tempo e suas novas especialidades” (CASANOVA, 2006, p. 41).

Contudo, o simples conhecimento de outras áreas do saber, para além de ampliar horizontes, não predispõe necessariamente a uma atitude interdisciplinar, e quando o faz, em sua timidez dentro de um campo do saber que não é seu, o jovem pesquisador muitas vezes acaba por não ousar, não explorar de maneira ampla as possibilidades que tal campo oferece. Assim, é de suma importância que a alternativa do trabalho em grupo com diferentes áreas do saber seja de fato estabelecida, principalmente em programas interdisciplinares, seja em trabalhos acadêmicos, seja na construção de dissertações e teses em que diferentes profissionais possam dar significativa contribuição a partir de seu olhar disciplinar, rompendo, ao mesmo tempo, a fronteira que esse olhar estabelece. Ou se não, continuará a se ver trabalhos disciplinares, repletos de tentativas interdisciplinares.

Outra dificuldade apresentada por Pimenta (2008, p. 70), é a de que cada ciência tende a ter um léxico próprio, “isto é, um significado específico para cada termo, quase sempre diferente do atribuído por outras ciências”. Segundo ele, a fim de minimizar os prejuízos de tal situação, o próprio grupo de trabalho interdisciplinar pode elaborar um glossário da terminologia utilizada em cada uma das ciências ou mesmo, o que demanda menos tempo e trabalho, utilizar dicionários disciplinares existentes no mercado.

Outras dificuldades são aquelas que giram em torno de atitudes pessoais como “vaidade intelectual, falta de curiosidade e de imaginação”, para as quais se necessita “modéstia, predisposição e liberdade intelectual”. A interdisciplinaridade pressupõe também um profundo exercício de humildade. Outra qualidade importante a ser encontrada no pesquisador interdisciplinar é a imaginação. “A imaginação ajuda a colocar problemas, a descortinar métodos, a antecipar soluções. [...] O exercício da interdisciplinaridade exige a imaginação” (PIMENTA, 2008, p. 72).

Além de todas as necessidades postas à postura interdisciplinar, é possível afirmar que boa dose de segurança é necessária por parte do pesquisador, em sua área de conhecimento. Isso porque não se abre ao olhar de outrem aquilo do qual não se tem convicção e argumentos para ir em sua defesa. Além do perfil do pesquisador, importa ressaltar que o ambiente físico acadêmico também deve possuir um perfil interdisciplinar.

Pimenta (2008, p.73) indica ainda alguns desafios de natureza institucional, como o predomínio da disciplinaridade na comunidade científica, e o fato de que a investigação disciplinar ainda tem resultado mais garantido que a interdisciplinar. “A interdisciplinaridade ainda é, apesar do aumento da frequência, um *acto* de rebeldia, uma ruptura da e na reprodução, o desbravar de um novo caminho”. Não basta, por exemplo, uma estrutura curricular com justaposição de disciplinas, se não houver um processo vivificador de discussão, que explicita as correlações e reciprocidades de significação (SEVERINO, 2010, p. 20).

Apesar de as estruturas disciplinares continuarem sendo o principal suporte da universidade, deve-se admitir que o atual sistema universitário brasileiro precisa sofrer uma reformulação em função das necessidades derivadas do trabalho interdisciplinar. Urge a necessidade de se abandonar progressivamente interesses corporativos que impedem de assumir decisivamente uma reforma curricular e institucional nas universidades e agências de fomento. Faz-se necessário multiplicar espaços nas instituições de ensino superior que formem pesquisadores e docentes com condições de estabelecer pontes e construir sínteses sobre a fragmentação existente nas diversas áreas do conhecimento. A contribuição trazida pelos estudos interdisciplinares obriga a repensar o estatuto atual das disciplinas. Não se trata de combater os estudos disciplinares, mas de redefinir suas fronteiras. A construção da interdisciplinaridade no século XXI implica eliminar os bolsões ideológicos que existem dentro das atuais propostas político-pedagógicas disciplinares, e das interdisciplinares também, especialmente no campo das ciências humanas (LEIS, 2011, p. 119-121).

Cada vez mais, disciplinas compartilham questões e objetos de estudos em comum e estabelecem intercâmbios e colaborações que ultrapassam os limites formais que as separavam. “A necessidade de resolver prioritariamente os problemas práticos, sem se ater inicialmente em fazer progredir o conhecimento em si, contribui muito para relativizar as fronteiras entre especialidades”. Nesse caso, o intercâmbio entre disciplinas ocorreria espontaneamente, sem pretensão teórica ou epistemológica. (RAYNAUT; ZANONI, 2011, p. 146-147).

Nas universidades, acredita-se que um passo inicial e decisivo na construção de uma postura interdisciplinar seria montar o tripé que até hoje não se encontra de fato articulado e estabelecido: o do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Nenhum desses momentos do processo de aprendizagem deve ser privilegiado em detrimento de outro. A universidade não deve servir aos interesses da sociedade capitalista em prejuízo da formação do acadêmico, privilegiando, por exemplo, a pesquisa científica. Articular esses três momentos, estabelecendo trocas fecundas entre os conhecimentos por eles proporcionados é de fato fundamental. A interdisciplinaridade entre esses três pilares, não garantirá um Ensino, Pesquisa e Extensão mais adequados, mas trará novas formas de pensar a partir de uma reflexão mais ampla, crítica e aprofundada.

A expectativa posta em relação ao pós-graduando em interdisciplinaridade é que este seja capaz de compreender a importância e a necessidade de se romper com os limites impostos pela especialização científica, abrindo-se a uma relação de reciprocidade e de mutualidade entre as disciplinas; que corresponda a uma atuação social efetiva numa realidade de mudança; substitua a compreensão fragmentária pela unitária do ser humano e da sociedade; e ainda, supere a dicotomia ensino-pesquisa (SÁ, 2010, p. 51-52).

Sabe-se que as pesquisas de caráter efetivamente interdisciplinar ainda são escassas, privilegiando-se o caráter disciplinar por tanto tempo alimentado nas cadeiras acadêmicas, mais cômodo e confortável, ao qual docentes e discentes muitas vezes se agarram, fornecendo seu olhar parcial e fragmentado, em prejuízo de novos olhares complementares, que poderiam ser lançados sobre o objeto de pesquisa.

O que está se querendo dizer, não é que todas as pesquisas científicas devam ser necessariamente interdisciplinares, sendo essa uma nova exigência para toda e qualquer produção científica. Assuntos e objetos que necessitem de colaboração entre disciplinas devem surgir da própria percepção dos pesquisadores envolvidos, os quais concordem ser a interdisciplinaridade uma necessidade.

Na prática, a identificação inicial de objetos e assuntos de pesquisa interdisciplinar nasce de uma relação com o mundo que não é a mesma da que a ciência estabelece, não podendo, portanto, se satisfazer com o trabalho de um segmento da realidade isolado por razões apenas conceituais e metodológicas. Esses objetos e assuntos “híbridos”¹³ são geralmente reconhecidos a partir de uma posição social que obriga a considerar a realidade tal como se apresenta na experiência comum, ou seja, como um conjunto de relações que não pode ser reduzido *a priori* ao recorte instituído pelas disciplinas (RAYNAUT, 2011, p. 88).

Muitos são os problemas ligados à experiência coletiva ou individual que não se deixam encerrar no quadro de uma única abordagem científica, e para os quais se impõe a necessidade de colaboração entre especialidades oriundas tanto das ciências sociais quanto das ciências da matéria e da vida (RAYNAUT, 2011, p. 96). Entre tais problemas, encontra-se exatamente aquele que se constitui enquanto objeto de pesquisa deste estudo, a violência sexual. Isso porque, tal objeto possui condicionantes diversos que levam a sua concretização, bem como, por esse motivo, inúmeras disciplinas que necessitam trabalhar intimamente articuladas para a sua superação, da onde não se exclui a Sociologia, Psicologia, Pedagogia, Medicina, Direito, dentre outras.

Importa, em qualquer programa interdisciplinar inclusive neste, que os profissionais (professores e acadêmicos) realizem uma revisão em sua postura profissional frente à questão da interdisciplinaridade, apresentem interesse, valorização e comprometimento gradativo com as ações interdisciplinares, incluindo tais ações em seu currículo. Cabe ao pesquisador assumir a atitude interdisciplinar¹⁴ apontada por Fazenda (1994), a qual lhe dará condições mais efetivas de realizar a crítica a esse modo de produção que constrange o pleno desenvolvimento da própria interdisciplinaridade. Essa atitude possibilita o avanço para um modelo em rede, onde as hierarquias deixam de existir (POMBO, 2008) e a interdisciplinaridade pode, de fato, realizar-se.

¹³ Segundo o autor, uma realidade híbrida se daria no contato entre materialidade, o campo das relações físicas e biológicas, e imaterialidade, “conjunto de processos cuja articulação participa na organização, na reprodução, e na transformação das representações mentais do mundo e dos modos de estruturação das relações sociais” (RAYNAUT, 2011, p. 91).

¹⁴ “Entendemos por atitude interdisciplinar uma atitude diante de alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de espera ante os atos consumados, atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo – ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo – atitude de humildade diante da limitação do próprio saber, atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes, atitude de desafio – desafio perante o novo, desafio em redimensionar o velho – atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas neles envolvidas, atitude, pois, de compromisso em construir sempre da melhor forma possível, atitude de responsabilidade, mas, sobretudo, de alegria, de revelação, de encontro, de vida” (FAZENDA, 1994, p.82).

1.4 INTERDISCIPLINA E INTERSETORIALIDADE

É possível afirmar a respeito da estreita ligação existente entre o conceito de intersectorialidade e de interdisciplina, dado que o primeiro trata de uma inter-relação entre setores, órgãos de atendimento, os quais necessariamente são compostos por profissionais de disciplinas diversas. Logo, não haverá intersectorialidade sem interdisciplinaridade, sendo aquela apenas consequência e derivação desta. A respeito do conceito de intersectorialidade é possível afirmar que:

A intersectorialidade pressupõe uma forma de gestão das políticas públicas que visa superar a fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais para produzir efeitos mais significativos na vida da população. Representa a articulação de poderes, setores e saberes para enfrentar e responder, de forma integrada e com objetivos comuns, as questões sociais, considerando suas complexidades e expressões nos diferentes territórios. O processo de construção da intersectorialidade exige um contínuo diálogo entre as diferentes áreas e pactuações de caráter coletivo, que devem considerar a diversidade, as particularidades, os limites e as especificidades de cada área, visando estabelecer nexos de interdependência e complementaridade. Para tanto, é necessário criar espaços de comunicação, negociação, mediação e estratégias, no sentido de estabelecer convergência nas ações e nos resultados esperados (BRASIL, 2011b, p. 65-66).

Sendo assim, para além de uma articulação ou coordenação de ações entre setores de determinada instituição que trabalhem em torno de uma problemática comum, a intersectorialidade “envolveria alterações nas dinâmicas e processos institucionais e nos conteúdos das políticas setoriais [...]. Ela aponta para uma *visão integradora* do problema da exclusão [...]” (BRONZO; VEIGA, 2007, p. 11, grifos do autor). O modelo em rede, utilizado aqui como sinônimo para o termo intersectorialidade, pressupõe trocas de experiências que vão do local ao global, e do global ao local, num movimento dialético.

Projetar uma intervenção sobre determinados aspectos da realidade social a partir da ideia de redes implica considerar a existência de pontos de contato e conexões. Essas são necessárias para que ocorram as trocas entre os saberes e alimentem-se os fluxos dos atendimentos provenientes das múltiplas intervenções profissionais. É primordial assegurar que essas conexões expressem o fluxo das intervenções, uma rotina que indica/direciona o sentido do movimento. A observância dessa direção é imprescindível para que se possa alcançar a resolutividade do que foi demandado (BIDARRA, 2009, p. 492).

O trabalho em rede tem como objetivo integrar as políticas sociais, na sua elaboração, execução, monitoramento e avaliação, de modo a proporcionar a integração das ações, resguardadas as especificidades e competências de cada área. Nessa direção, o trabalho em rede pode ser compreendido como um processo que cria e mantém conexões entre diferentes organizações, a partir da compreensão do seu funcionamento, dinâmicas e papel desempenhado, de modo a coordenar interesses distintos e fortalecer os comuns. Para “manter vivo o trabalho coordenado e complementar, é importante que exista um processo contínuo de circulação de informação, com abertura para o diálogo permanente, capacidade para rever processos e fluxos de trabalho, compromisso com o fazer coletivo e postura de cooperação individual e institucional e de superação de vaidades” (BRASIL, 2011b, p.36-37).

Além dos aspectos apontados, o desenvolvimento de ações integradas em rede requer respeito ao trabalho de cada componente da rede, conquista de legitimidade, respeito ao ritmo e ao tempo histórico de cada instituição e da rede, instrumentos operacionais que possam facilitar as conexões, tais como: reuniões, encontros, contatos periódicos, fluxos e protocolos pactuados, entre outros (BRASIL, 2011b, p. 37).

Intersetorialidade não deve ser confundida com mero encaminhamento que não prevê a continuidade do acompanhamento, com articulação apenas para fins de repasse das informações referentes à determinada situação (muitas vezes realizada através de contato telefônico). Não é, nem de longe, um livrar-se. Pressupõe sim trabalho conjunto e contínuo, envolvendo dois ou mais órgãos de tal forma, que, para determinada situação ou para determinado sujeito, não se possa mais pensar ações isoladamente. As ações passam a ter efetividade apenas de maneira composta por aqueles órgãos imprescindíveis para ofertar respostas.

Para facilitar a intersetorialidade, é importante que as equipes conheçam efetivamente a rede existente no seu território de atuação, realizando, por exemplo, visitas para conhecer o funcionamento dos serviços e Unidades que a compõem, colhendo informações que permitam estabelecer e fortalecer o desenvolvimento de ações articuladas e complementares. Para qualificar o trabalho realizado, a articulação em rede pode comportar, ainda, o planejamento e desenvolvimento de atividades em parceria, como ações voltadas à prevenção e ao enfrentamento de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos. Estas podem se materializar, por exemplo, em campanhas organizadas pelos órgãos gestores das diferentes áreas (BRASIL, 2011b, p. 61).

Na área social, é muito comum se invocar o trabalho em rede como solução para problemas complexos, os quais agentes isolados não conseguem resolver. Isso porque, “por

meio da intersectorialidade, é possível abordar de maneira mais ampla as problemáticas sociais em seu caráter complexo e multidimensional” (DEGENSZAJN, 2008, p. 212). Contudo, o trabalho em rede, assim como a interdisciplinaridade, é algo muito mais almejado do que de fato concretizado pelos diferentes órgãos de atendimento. Esse conceito seria então um ideal buscado a fim de consolidar, através de uma articulação de saberes e experiências, um atendimento de qualidade, que realmente fornecesse respostas consistentes às demandas populacionais.

Esse objetivo, no entanto, é muitas vezes desviado no processo de implementação das políticas públicas, pois a intersectorialidade tem servido, nestes casos, para dar cobertura a uma alegada escassez de recursos físicos e humanos por parte do Estado (BIDARRA, 2009, p. 486). Nesse contexto, a intersectorialidade seria utilizada como justificativa para a redução da cobertura estatal no que se refere à composição de seus órgãos e a capacitação de recursos humanos, fragmentando seus serviços entre órgãos e equipes já existentes através de parcerias e convênios com instituições, principalmente não governamentais.

Contudo, numa lógica inversa e atrelada ao conceito de democracia, a intersectorialidade considera o cidadão como sujeito de direitos, e procura superar a fragmentação das políticas sociais pelas quais ele é atendido, investindo ainda na superação de dificuldades advindas de diferentes olhares sobre um mesmo objeto, os quais necessitam negociar e fornecer uma resposta partilhada aos problemas que lhe são comuns, numa perspectiva de complementaridade (BIDARRA, 2009, p. 489).

Na intervenção social, deve-se ter como pressuposto a complementaridade de todos os envolvidos, tomando como fundamento uma concepção articulada, construída mediante a contribuição de conhecimentos empíricos e teóricos. Toda prática social, “atravessada pela análise científica e pela reflexão filosófica, é uma *práxis*¹⁵ e, portanto, integra as exigências de eficácia do agir tanto quanto aquelas de elucidação do pensar. Por isso mesmo, ela necessita da contribuição múltipla e complementar dos subsídios fornecidos pelas várias Ciências” (SEVERINO, 2010, p. 19).

A intersectorialidade propicia o diálogo interdisciplinar entre os diferentes especialistas e impulsiona-os a compartilhar seus conhecimentos. Requer o esforço destes a fim de trabalhar de modo integrado e construir outro patamar de gestão do social. “O modelo de gestão intersectorial tem se mostrado mais factível quando [...] construído para a integração

¹⁵ “A *práxis* de que se trata neste contexto é historicamente determinada e unilateral, é a *práxis* fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições sociais que sobre ela se ergue” (KOSIK, 1926, p. 14).

e/ou complementação de uma ação em determinada área físico-territorial de abrangência” (SPOSATI *apud* BIDARRA, 2009, p. 491).

Degenszajn, afirma a respeito da importância de uma prática que vá ao encontro da perspectiva intersetorial:

A articulação entre políticas públicas, possibilita melhor utilização de recursos, sejam humanos, financeiros ou materiais, alcance de patamares qualificados de intervenção em menor tempo, com completude entre as especificidades, ganhos de escala e de resultados com impacto nas condições de vida da população (DEGENSZAJN, 2008, p.213).

No contato cotidiano junto a diferentes órgãos de atendimento, o que se percebe é que a intersetorialidade muitas vezes não se efetiva por falta de interdisciplinaridade. Há uma falta de compreensão, diálogo e disposição para a troca e para mudança entre profissionais que trabalham com objetos e sujeitos comuns, e que muitas vezes possuem inclusive a mesma formação disciplinar.

Para os profissionais que atuam na execução de serviços, programas e projetos no âmbito das políticas públicas, o trabalho intersetorial se apresenta como uma necessidade, seja na simples coleta e troca de informações sobre usuários, as quais fundamentam a intervenção, seja na construção e consolidação de uma proposta de atuação conjunta. Ressalta-se que o processo de troca fluiria melhor se houvesse disposição profissional, de partilha de conhecimentos, de postura interdisciplinar ante o objeto de intervenção. No modelo em rede, deixam de existir hierarquias e ligações privilegiadas. A responsabilidade pelas análises e sugestões de alternativas é compartilhada.

Isso requer que cada vez mais se recuse um modelo de interação verticalizada e se conduza a um modelo de interação horizontal, que pressupõe atuação simultânea e complementar onde todos os sujeitos a integram numa clara mudança de atitude do que hoje se tem vivenciado. Diante da impossibilidade de se assegurar uma ação intersetorial,

acentuam-se os prejuízos de cobertura e de proteção social, pois permanece a precarização do atendimento, principalmente para as crianças e os adolescentes em condições de vulnerabilidade ou mesmo vitimizados pelas diferentes formas de violações de direitos e de violências (BIDARRA, 2009, p. 494-495).

Conforme se verá a seguir, o presente trabalho busca fazer a análise de um recorte do atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no município de Foz do

Iguaçu, análise essa que será efetuada a luz dos conceitos apresentados, por entender-se que tal atendimento possui caráter eminentemente interdisciplinar e intersetorial. Contudo, este caráter ainda se encontra basicamente inexplorado, sofrendo seus usuários com as consequências que daí advém.

2 POLÍTICA SOCIAL E O ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NOS PARÂMETROS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Política social e violação de direitos são duas faces de uma mesma moeda. Não podem existir separadamente. A primeira só existe porque a segunda, em determinado momento histórico, chegou ao seu limite, e os sujeitos cujos direitos foram cerceados tencionaram para que tais políticas, estratégias de sobrevivência para a classe trabalhadora, fossem criadas pelo Estado. Com estas estratégias, sobrevive não apenas a referida classe, mas todo um sistema econômico e político que, hora garante direitos de forma paliativa, restritiva e fragmentada, hora nega-os, hora contém as massas pela via da repressão. Eis a fantástica invenção.

A análise das políticas sociais sob o enfoque dialético precisa considerar alguns elementos essenciais para explicar seu surgimento e desenvolvimento. O primeiro é a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevalentes. O segundo é o papel do Estado na regulamentação e implementação das políticas sociais, e o terceiro é o papel das classes sociais. Nessa direção, não se pode explicar a gênese e desenvolvimento das políticas sociais sem compreender sua articulação com a política econômica e com a luta de classes (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 44).

A situação da política social hoje reflete a opção pelo desenvolvimento de um Estado mínimo, que não prevê estratégias para a superação das violações, mas tão somente para a manutenção do sistema econômico vigente. Sendo assim, a interdisciplinaridade certamente não se encontra na pauta do dia. Desregulamentação e flexibilização exercem sua influência no sentido de políticas cada vez mais focalizadas que não deem conta da resolução da “questão social” em sua totalidade.

Na breve análise a respeito da política social que aqui será realizada, procurar-se-á compreendê-la de igual maneira como se procurou compreender a interdisciplinaridade no primeiro capítulo, ou seja, dentro do conceito de totalidade, de um conjunto complexo de determinações históricas, econômicas, políticas e culturais.

Analisar as políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, implica em recusar a utilização de enfoques restritivos ou unilaterais. A partir de tal abordagem, é possível esclarecer que tais políticas têm limites e possibilidades em seu papel de produção de bem-estar nas sociedades capitalistas (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 36-37).

Abordar as políticas sociais em sua complexidade histórico-estrutural é supor que existe algo suscetível de ser conhecido como essência do fenômeno, e que existe uma verdade oculta em suas manifestações mais imediatas (KOSIK, 1986). Descobrir a essência dos fenômenos, na perspectiva crítico-dialética, pressupõe situá-los na realidade social sob o ponto de vista da totalidade concreta. “Uma dimensão fundamental e orientadora da análise é a ideia de que a produção é o núcleo central da vida social e é inseparável do processo de reprodução, no qual se insere a política social” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 43).

A despeito de ser a política social uma conquista civilizatória, construída para dar respostas às violações de direitos, ela não se constitui em solução para tais violações, sendo impotente para a sua superação. A desigualdade entre sujeitos é intrínseca a exploração do capital sobre o trabalho, sendo a própria política condição para que se torne possível viver numa sociedade vitimizadora, expressando assim seu caráter eminentemente contraditório.

Neste capítulo, quer-se falar um pouco a esse respeito. Relembrar um pouco da história da construção da política social, bem como dos mecanismos de proteção à Infância. Diante disso e mediante a compreensão do conceito de interdisciplinaridade anteriormente apresentado, se quer lançar os fundamentos de um pensamento claro a respeito da permanência da violência sexual na vida de crianças e adolescentes apesar da execução de políticas direcionadas a combatê-la. Isso conduzirá as seguintes reflexões: há estratégias a serem desenvolvidas no âmbito das políticas sociais a fim de oferecer efetivo atendimento às vítimas? O que impede que tais estratégias sejam operacionalizadas? A política tem condições de sair da abstração e materializar-se na vida dos sujeitos ao qual se destina? O interdisciplinar pode contribuir neste sentido?

2.1 POLÍTICA SOCIAL: ALGUNS FUNDAMENTOS PARA A ANÁLISE

Quanto ao conceito de política social Pereira (2008, p. 163 - 164) afirma a respeito de sua imprecisão e da falta de clareza a respeito de seu significado e suas características particulares. “A tendência é empregá-lo de forma genérica sem a devida mediação teórico-conceitual”. A autora segue afirmando que conceituar a política social implica reconhecer a existência de perspectivas teóricas competitivas, com suas ideologias e valores, havendo a necessidade de eleição de uma delas, dado que, afinal, não há política neutra, nem mesmo a social (p. 165).

Dessa maneira, seguindo a linha teórica adotada ao longo de todo o trabalho, a política é também compreendida como produto da relação dialeticamente contraditória entre capital e trabalho.

Sendo assim, a política social se apresenta como um conceito complexo que não condiz com a ideia pragmática de mera provisão ou alocação de decisões tomadas pelo Estado e aplicadas verticalmente na sociedade (como entendem as teorias funcionalistas). Por isso, tal política jamais poderá ser compreendida como um processo linear, de conotação exclusivamente *positiva* ou *negativa*, ou a serviço exclusivo desta ou daquela classe. Na realidade, ela tem se mostrado simultaneamente positiva e negativa e beneficiado interesses contrários de acordo com a correlação de forças prevalecente. É isso que torna a política social dialeticamente contraditória. E é essa contradição que permite à classe trabalhadora e aos pobres em geral também utilizá-la a seu favor (PEREIRA, 2008, p. 166).

A política social se configura como política pública, ou seja, um tipo, dentre outros de política pública. Fazem parte deste gênero todas as políticas, inclusive a econômica, que requerem a participação ativa do Estado, sob o controle da sociedade, no planejamento e execução de medidas e formas de ação voltadas para a satisfação de necessidades sociais (e não individuais) (PEREIRA, 2008, p. 173). As “políticas públicas e, conseqüentemente a política social, têm como uma de suas principais funções a concretização de direitos de cidadania conquistados pela sociedade e amparados por lei” (PEREIRA, 2009, p. 101).

Segundo Abranches (1994), a política social é parte do processo estatal de alocação e distribuição de valores, refletindo, dessa maneira, a direção política das relações econômicas. Intervém no hiato derivado dos desequilíbrios na distribuição em favor da acumulação e em detrimento da satisfação de necessidades sociais básicas, assim como na promoção da igualdade. Assim sendo, o padrão de acumulação impõe restrições a política social.

De acordo com Evaldo Vieira (1992, p. 15-17), a política econômica e a política social vinculam-se intimamente à acumulação do capital, sendo que a acumulação primitiva se fundamenta na transferência da propriedade dos pequenos produtores para a burguesia em expansão, em meados dos anos 1800, com o conseqüente empobrecimento daqueles produtores. O capitalismo concorrencial se desenvolveu com base nessa acumulação acelerada do capital, e nesta etapa as bases teóricas se encontram no liberalismo, onde preponderam as leis de mercado e o Estado não interfere nas relações econômicas. Conforme se intensificavam os processos de industrialização e exploração, surge uma série de situações inesperadas como a crescente urbanização das cidades, a necessidade de organização dos

serviços sanitários, o auxílio aos desempregados e a estruturação das atividades educacionais, cuja solução só poderia se concretizar através da intervenção do governo central.

Não se sabe indicar ao certo o período histórico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecidas como políticas sociais, dado que as políticas se gestaram na dialética dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, a das correlações de força no âmbito do Estado, o que ocorreu a seu próprio ritmo nos diferentes países. “Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais amplas, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 64), isso dado à eclosão da relação contraditória entre capital e trabalho, da chamada “questão social”.

Como se verá adiante, da mesma forma como ocorreu com os marcos regulatórios de proteção à infância, as protoformas das políticas sociais (caridade privada, ações filantrópicas e iniciativas pontuais com características assistenciais) não objetivavam a resolução de problemas sociais, mas sim manter a ordem social e punir a “vagabundagem”. A Lei de *Speenhamland*, instituída no ano de 1795, trouxe uma tímida inovação na medida em que estabelecia “o pagamento de um abono financeiro, em complementação aos salários, cujo valor se baseava no preço do pão. [...] garantia assistência social a empregados ou desempregados que recebessem abaixo de determinado rendimento, e exigia como contrapartida a fixação do trabalhador, pois proibia a mobilidade geográfica da mão-de-obra” (CASTEL, 1998, p.178). Pode-se dizer que foi o primeiro direito assegurado em lei, contudo, revogado em 1834, com a Nova Lei dos Pobres.

Se as legislações sociais construídas nas sociedades pré-capitalistas eram punitivas e restritas, as mesmas passam a ser praticamente inexistentes no auge da Revolução Industrial, provocando situações de pauperismo extremo, passando os trabalhadores a manifestar sua indignação e revolta em prol da redução da jornada de trabalho e melhoria dos salários, fazendo com que gradativamente houvesse regulamentação pelo Estado. Neste momento, denominado capitalismo monopolista, passa-se a aceitar a intervenção do Estado na economia, com o objetivo de assegurar a acumulação (VIEIRA, 1992, P. 19).

O Estado, sob direção do capital, de um lado reprimia duramente os trabalhadores, e de outro, iniciava a regulamentação das relações de produção, por meio da legislação fabril. Dessa maneira, a legislação fabril pode ser compreendida como precursora do papel do Estado em relação aos direitos sociais no século XX. A luta dos trabalhadores permaneceu ao longo do século XX, pressionando pela ampliação de direitos, apesar das resistências da

classe burguesa, o que condicionou o desenvolvimento das políticas públicas que viabilizam o acesso aos direitos pelo menos até a década de 1930. Isso porque a proposta burguesa foi e ainda é a de um Estado mínimo, sob forte controle dos indivíduos que compõem a sociedade civil (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 55-60).

Dessa forma, apenas algumas demandas da classe trabalhadora foram incorporadas pelo Estado, alcançando pequenas melhorias nas condições desses sujeitos. Nesse diapasão, as primeiras iniciativas de políticas sociais podem ser entendidas na relação de continuidade entre o Estado liberal predominante no século XIX e Estado social capitalista do século XX. Não houve ruptura radical, apenas uma “mudança profunda na perspectiva do Estado, que abrandou seus princípios liberais e incorporou orientações social-democratas num novo contexto socioeconômico e da luta de classes, assumindo um caráter mais social, com investimento em políticas sociais” (PISÓN *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 63). As autoras (2007, p. 63) ressaltam o fato de que, diante disso, ambos os modelos têm algo em comum que vem a ser o “reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo”.

O Estado europeu liberal do século XIX reconheceu direitos civis tais como a vida, à liberdade individual e os direitos de segurança e propriedade, buscando a manutenção da propriedade privada. A mobilização da classe trabalhadora foi fundamental para que mudanças na natureza do Estado ocorressem, isso no final do século XIX e início do século XX. A generalização dos direitos políticos foi resultado de sua luta, a qual contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 63-64).

Neste mesmo século, os trabalhadores organizaram caixas de poupança e previdência enquanto estratégia para o fortalecimento de seu movimento, visando sua organização e manutenção dos trabalhadores em greve. Os seguros tiveram seu início sob a ótica privada e destinavam-se a um número reduzido de categorias profissionais. Apesar de terem se generalizado no final do século XIX e início do século XX, tal modalidade de proteção social não possuía caráter universal (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 63-64).

O enfraquecimento da ideologia liberal ocorreu durante a segunda metade do século XIX e no início do século XX, como resultados de processos político-econômicos, dentre os quais o crescimento do movimento operário, obrigando a burguesia a reconhecer direitos de cidadania política e social, e a concentração e monopolização do capital, destruindo a ilusão do “indivíduo empreendedor orientado por sentimentos morais”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 67-68).

Um acontecimento marcante e decisivo para que as elites político-econômicas começassem a reconhecer os limites do mercado se deixado a mercê da “mão invisível”, foi a crise de 1929-1932, também conhecida como Grande Depressão. “Com ela instaura-se a desconfiança de que os pressupostos no liberalismo econômico poderiam estar errados” (SANDRONI *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 68). Nesse momento, instaura-se, além da crise econômica e como resultado dela, o desemprego em massa.

As políticas sociais se lentamente ao longo deste período, o qual se estende de 1914 a 1939, e se generalizam após a Segunda Guerra Mundial, até a década de 1960. Sua popularização tem que ver com medidas para amortecer a crise, na esperança de se exercer algum controle sobre os ciclos econômicos. Foram ainda resultado de acordos estabelecidos durante os anos subsequentes com o movimento operário (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 69-71).

No Brasil, a acumulação originária, o colonialismo e o imperialismo de sua formação, constituíram-no numa sociedade e economia organizada para o mercado externo. O escravismo também deixou sua marca sobre a sociedade brasileira, sobre sua cultura, valores, ideias, ética, estética, e os ritmos de mudança. O trabalho livre se constituiu como se fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo. Com a Independência em 1822, o país passa a organizar-se a partir de dentro, sem deixar de ser marcado pela dependência externa. Outra marca característica brasileira e que ao longo dos anos tem dificultado a compreensão e o estabelecimento dos direitos sociais é a lógica do favor. A crise do poder oligárquico-escravista inaugura um processo de transição para a consolidação do poder burguês no país, o qual optará por mudanças graduais e conservadoras (FERNANDES, 1987).

Tais situações retardaram a tomada de consciência e a ação política operárias no Brasil, cujas primeiras expressões se deram apenas no início do século XX, com as manifestações de pauperismo e iniquidade pós-escravidão. Surge aí as primeiras legislações voltadas ao mundo do trabalho. Dessa maneira, é possível afirmar que a política social no Brasil não acompanha o mesmo tempo histórico dos países de capitalismo central. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.77-78).

Apesar disso, a criação dos direitos sociais no Brasil resulta também da luta de classes, a qual se desenrola num cenário complexo especialmente até a década de 1930 por conta do legado histórico deixado pelo escravismo, pela informalidade, pela fragmentação/cooptação e pelo fato de que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e de distribuição de renda (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.79).

Até 1887, dois anos antes da proclamação da República, não se registra nenhuma legislação social no Brasil. Em 1888 cria-se uma caixa de socorro para a burocracia pública, “inaugurando uma dinâmica categorial de instituição de direitos que será a tônica da proteção social brasileira até os anos 60 do século XX. Em 1889, os funcionários da Imprensa Nacional e os ferroviários conquistam o direito a pensão e a 15 dias de férias, o que irá se estender aos funcionários do Ministério da Fazenda no ano seguinte”. No ano de 1891 cria-se a primeira legislação de proteção à Infância, regulamentando o trabalho infantil, a qual nunca chegou a ser executada, sinalizando a distância entre intenção e ação quando se trata à legislação social brasileira (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.79-80).

A partir de 1903 surgem os primeiros sindicatos, e em 1907 reconheceu-se o direito de organização sindical. A presença de imigrantes que traziam ideologias dos movimentos anarquistas e socialistas europeus para o país promove mudanças na correlação de forças, influenciando para que, em 1911 se reduza legalmente a jornada de trabalho para 12 horas diárias. Contudo, essa lei também não foi cumprida. Em 1919, os acidentes de trabalho são regulamentados, no entanto, com ênfase na responsabilidade individual em detrimento das condições coletivas de trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.80).

Em 1923 aprova-se a lei Eloy Chaves que preconiza a respeito da obrigatoriedade da criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAP's) para algumas categorias de trabalhadores como a dos ferroviários e marítimos, dentre outros. Essa foi a primeira forma de previdência social no Brasil, juntamente com os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP's), sendo o primeiro fundado em 1926, direcionado aos funcionários públicos (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.80). Em 1927 aprova-se o Código de Menores com o objetivo de punir a Infância, o qual só se concretizará de fato numa legislação protetiva em 1990 com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conforme poderá ser observado no tópico subsequente.

A partir de 1930, o Estado começa a se antecipar às necessidades e reivindicações trabalhistas, garantindo alguns direitos (é a política social que traz a relação necessidade/direito expressa na Lei) com o intuito de desmobilizar e imobilizar os segmentos subalternizados. A cada segmento (criança, idoso, entre outros) são construídas políticas sociais como um paliativo, com caráter focal e seletista, desviando o olhar da contradição capital/trabalho e colocando-o sobre uma falsa ilusão moralizante do homem, como sendo ele o responsável por seu fracasso individual. Uma política social não possuiria um caráter universalizante e coletivista, com igualdade de acesso a todos os segmentos. Isso, no entanto, implicaria alteração no processo de acumulação capitalista.

2.2 CONSTRUÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA DA PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

As práticas de vitimização sexual contra a Infância são extremamente recorrentes ao longo da história da humanidade, principalmente nos tempos antigos, em que as legislações para a proteção a esses sujeitos eram, até então, inexistentes. Na Grécia Antiga, meninas-escravas eram comercializadas e exploradas sexualmente, desde muito cedo. Seus “proprietários” visavam, dessa forma, compensar os gastos financeiros despendidos com o seu sustento. O coito anal na relação professor/aluno também era frequente. E tanto na Grécia quanto em Roma, havia bordéis de meninos, em várias cidades, nos quais era possível que homens adultos obtivessem satisfação sexual com a aprovação da comunidade (ARIÈS, 1981).

A marginalização e a discriminação da Infância davam-se em função da compreensão de sua “insuficiência” perante o mundo adulto. Isso serviu para justificar um exercício de poder ilimitado sobre a criança, a qual não era reconhecida como sujeito e sim como objeto submetido à dominação, prática que era legitimada socialmente. Essa forma de poder abusivo do adulto, que se afirmou ao longo de vários séculos, e que costumou ultrapassar limites que conferem à condição de dignidade a uma pessoa, é o que tem designado a presença da violência perpetrada contra crianças e adolescentes (ARIÈS, 1981).

Modificações nessa história ocorreram apenas a partir do século XVI, em fins da Idade Média, momento em que a Infância passou a ser gradativamente considerada como etapa diferenciada de desenvolvimento, a qual agregava especificidades. Contudo, foi somente no século XIX que muitas sociedades passaram a refletir sobre a necessidade de se prover proteção às crianças, reconhecendo-as como ‘pessoas’ (PEBBLE PROJECT *apud* BIDARRA; OLIVEIRA, 2007, p. 164).

No contexto internacional, a Declaração de Genebra de 1924 foi o primeiro documento de caráter universal a reconhecer o dever das sociedades em relação à proteção infantil, reconhecendo que “[...] a Humanidade deve à criança o melhor que tem a dar [...]” (DOLINGER *apud* BIDARRA; OLIVEIRA, 2007, p. 168).

No século XX, se protagonizou a elaboração e a disseminação de documentos que contribuíram decisivamente para delimitar alguns avanços no sistema de proteção à Infância, nos quais estão inscritos e reconhecidos direitos específicos inerentes ao segmento infantil. Um deles é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), a qual prevê em seu artigo V que: “ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel,

desumano ou degradante” e outro é a Declaração dos Direitos da Criança (ONU, 1959), que em seu Princípio Nono, estipula que: “a criança gozará proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma”.

Compatibilizando-se com as determinações do contexto internacional, no século XIX timidamente os caminhos da regulação estatal brasileira para a Infância começaram a ser traçados, objetivando construir formas de lidar com o “menor vagabundo ou delinquente”, conforme eram chamados. A “proteção” à Infância se dava na perspectiva de punição/repressão daqueles que se encontravam em estado de privação material ou moral, compreendidos como ameaça à vida em sociedade. Com essa mudança, a criança deixa de ser propriedade privada da família, a qual passou a compartilhar suas responsabilidades com o Estado (RIZZINI, 2008).

No século XX, a “preocupação” com essa parcela específica da Infância (“os menores”) redundou no desenvolvimento de um complexo jurídico-assistencial de repressão à pobreza, pautado por um discurso de elite que, em 1906, propôs um Projeto de Lei, uma legislação protetiva para esse segmento. No entanto, foi somente em 1927 que tal legislação se concretizou, com a construção do primeiro Código de Menores, o qual tinha por objetivo a vigilância pública (RIZZINI, 2008).

Nem no Código de Menores de 1927 e nem em sua reformulação em 1979, foram previstas medidas de proteção para as vítimas de violência sexual. A intervenção permaneceu discriminatória e repressiva, sendo que a vítima desse tipo de violência era acusada, inclusive, de ser co-autora dessa prática. Foi o Código Penal, de 1940, que trouxe avanços nesse sentido, dispondo sobre o estupro cometido contra a mulher (incluída a criança e a adolescente do sexo feminino) e o atentado violento ao pudor, enquanto ato libidinoso diverso da conjunção carnal (categoria na qual poderiam estar enquadrados os crimes contra os meninos) (BRASIL, 1940).

O Brasil passou a ratificar os compromissos internacionais de proteção integral ao segmento infantil somente a partir da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, o qual preconiza que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de **colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.** § 4º - **A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente** (BRASIL, 2006a, grifo nosso).

A partir de então, o governo do país se comprometeu a ser signatário da Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989), documento aprovado pela ONU. Dentre as diretrizes e os artigos dessa Convenção destaca-se o seguinte:

I - Os Estados Partes adotarão todas as medidas [...] para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual [...]. II - Estas medidas de proteção deveriam incluir [...] formas de prevenção [...] a maus-tratos à criança [...] (ONU, 1989).

A Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, intitulada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal e materializa o compromisso com a Convenção de 1989. O ECA está referenciado pela doutrina da “proteção integral”, a qual define que crianças e adolescentes brasileiros passam a ser considerados como pessoas em peculiar situação de desenvolvimento psicossocial, sujeitos de direitos e portadores de prioridade absoluta, sendo de responsabilidade do Estado, da sociedade e da família prover meios para que eles usufruam de condições dignas de existência.

Dentre os Direitos Fundamentais preconizados por esse Estatuto, encontra-se, o “Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade” o qual preconiza que:

Art. 17 - O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente [...] Art. 18 - É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (BRASIL, 1990, p. 8).

Nesse contexto, é preciso destacar o papel da sociedade civil como protagonista no processo de mobilização social para a inclusão do tema violência sexual contra crianças e adolescentes na agenda pública brasileira, o que significou um marco histórico na garantia de direitos para esse segmento. No Brasil, esse tema ganhou relevo em 1996, quando se realizou o Seminário sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas. Esse Seminário constituiu-se em etapa preparatória para que, no ano de 1998, fosse realizado o I Congresso Mundial sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em Estocolmo, do qual resultou a construção da “Declaração de Estocolmo” e de uma “Agenda de Ação” para o combate a todas as formas de exploração e abuso sexual.

Visando atender ao compromisso político firmado nesse Congresso Mundial, o governo brasileiro lançou em 2002 o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infante – Juvenil, o qual teve por objetivo principal “estabelecer um conjunto de ações

articuladas que permita a intervenção técnico – política e financeira para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes” (BRASIL, 2002, p.14). Para tornar o Plano Nacional uma prática concreta, traduzindo-o em políticas públicas, foi constituído, nesse mesmo ano, o Comitê Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, como instância nacional para o monitoramento das ações.

O desdobramento desse Plano Nacional no âmbito do Estado do Paraná se concretizou em 2004, com a aprovação do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, buscando, igualmente, a construção de frentes de mobilização e articulação, prevendo iniciativas para que ações de proteção, responsabilização, prevenção e atendimento pudessem ser desenvolvidas no estado do Paraná (PARANÁ, 2006) ¹⁶.

Mais recentemente, se somam a esses instrumentos de garantia de direitos os ganhos obtidos com a promulgação da Lei 12.015/2009, que altera alguns dos artigos do Código Penal Brasileiro, entre eles àqueles do Título VI que correspondem aos “Crimes contra a Dignidade Sexual”. Com as alterações, o crime de estupro passa a contemplar pessoas de ambos os sexos e o Capítulo II, antes tipificado “Da sedução e da Corrupção de Menores”, passou a tratar “Dos Crimes Sexuais contra Vulnerável” (menor de 14 anos) (BRASIL, 1940 - atualizado pela Lei 12.015 de 07.08.2009).

Também foi dada nova redação ao Capítulo V “Do lenocínio e do tráfico de pessoas”, o qual passou a nominar-se: “Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual”, sendo incluída na redação de todo o Capítulo a exploração sexual. Apesar de parecerem simples mudanças de terminologia, sua importância se dá na medida em que reconhecem a exploração sexual e a criança enquanto sujeito vulnerável, que não se prostitui, mas que é explorado sexualmente por um adulto (BRASIL, 1940 - atualizado pela Lei 12.015 de 07/08/2009).

É nesse momento histórico que a proteção contra a violência sexual vem se estendendo a crianças e adolescentes, construindo-se subsídios para que se possam pensar mecanismos de atendimento, de responsabilização e, também, de prevenção, como estratégias para a discussão e diminuição dessas práticas.

¹⁶ Os planos nacionais e estaduais de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes permanecem sendo formulados periodicamente, sendo que as últimas versões foram construídas em 2013 e 2010, respectivamente. Em Foz do Iguaçu, a versão municipal do plano ainda não se concretizou.

2.3 VIOLÊNCIA SEXUAL E A REPERCUSSÃO NA VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

No modo de sociabilidade vigente a violência se expressa primeiramente de modo estrutural, o qual tem por fundamento a exploração do homem pelo homem e a profunda desigualdade da divisão da riqueza social. Importa ressaltar ainda as raízes culturais que a permeiam, variando conforme as concepções encontradas nas diferentes sociedades. Para Odália (1983, p.14), o viver em sociedade foi sempre um viver violento. No entanto, ao longo do desenvolvimento histórico, a violência deixa de ser uma forma de agressividade necessária para a sobrevivência, perdendo sua particularidade de mecanismo de defesa, e se assume enquanto modo pelo qual os homens passam a organizar o viver em sociedade.

Dessa modalidade decorre toda sorte de violências a ela adjacentes, como aquela denominada por violência interpessoal. Sua manifestação dá-se nas relações mais pessoais e diretas travadas pelos diferentes sujeitos sociais, entre os quais se estabelecem processos de hierarquização, subordinação e exploração do mais forte sobre o mais fraco. A violência interpessoal permeia todas as classes sociais, expressando-se em uma transformação da diferença em desigualdade¹⁷, em uma coisificação e negação da condição humana aos sujeitos que por ela padecem. Acerca de tais relações, é necessário considerar que são profundamente marcadas pela influência que o poder exerce sobre elas¹⁸ (LAVORATTI; COSTA, 2007, p. 210). Quando se considera o caráter abusivo que permeia essas relações, é possível afirmar que esse “[...] domínio através da violência pura vem à baila quando o poder está em vias de ser perdido” (ARENDDT, 1994, p. 29).

Neste sentido, Adorno define o conceito de violência como:

[...] uma forma de relação social; está inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência. Sob essa ótica a violência expressa padrões de sociabilidade, modos de vida, modelos atualizados de comportamento vigentes em uma sociedade em um momento determinado de seu processo histórico. Ao

¹⁷ “É preciso ter clara a distinção entre diferença e desigualdade. Pois considerando a diversidade humana, não podemos supor uma sociedade homogeneizada, mas composta de singularidades que expressão (sic) a riqueza cultural da diversidade humana. No entanto, a desigualdade expressa a transformação das diferenças em situações de poder, onde o mais forte se sobressai, o mais rico, o adulto frente à criança e o idoso” (LAVORATTI; COSTA, 2007, p. 210).

¹⁸ “Definimos as relações de poder como uma relação social onde se exercita a força, legitimada ou não, para se manter ou também resistir à dominação em suas diferentes formas. Esse exercício depende tanto do lugar onde é exercido como dos movimentos das forças em presença, que reforçam ou desgastam as relações estruturadas/estruturantes” (FALEIROS; FALEIROS, 2006, p.16).

mesmo tempo em que ela expressa relações entre classes sociais, expressa também relações interpessoais [...] está presente nas relações intersubjetivas que se verificam entre homens e mulheres, entre adultos e crianças [...] Seu resultado mais visível é a **conversão de sujeitos em objeto, sua coisificação** (ADORNO *apud* GUERRA, 2005, p. 31, grifo nosso).

As relações adulto/criança-adolescente, especialmente, costumam apresentar traços característicos de violência interpessoal, pois, em função do estágio de desenvolvimento psicossocial mais avançado da pessoa adulta, esta tem a possibilidade de subjugar, mais facilmente, aquele sujeito que se encontra em situação de desvantagem física, psíquica e sexual. A violência interpessoal contra a Infância¹⁹ entra em cena tanto em ambiente familiar como fora dele, caracterizando-se como intra e extrafamiliar. No entanto, é no ambiente familiar que a violência interpessoal encontra o seu *locus* privilegiado de desenvolvimento, onde o “silêncio” e a cumplicidade entre os envolvidos perpetua tais práticas e dificulta as formas de denúncia.

A violência intrafamiliar contra a Infância, apesar de relacionar-se com a violência estrutural (pois, quanto maiores forem as desigualdades presentes nas relações sociais, maior a possibilidade de violência), possui elementos que a caracterizam como uma violência de caráter interpessoal, intersubjetivo, pois pode ser compreendida como:

[...] todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (GUERRA, 2005, p. 32).

As denúncias são motivadas, principalmente, por aquelas que a literatura aponta como sendo as formas privilegiadas de vitimização, sendo elas: a violência física²⁰, a psicológica²¹ e

¹⁹ O termo Infância, utilizado aqui com letra maiúscula, se refere ao período de tempo compreendido entre 0 a 18 anos, conforme consenso internacional constante na Convenção Internacional de 1989 – ONU, mas desde o século XIX utilizado como marco para a minoridade (ARIEËS, 1981; RIZZINI, 2008).

²⁰ Guerra, Junior e Azevedo (s/d, p. 4) apontam que a violência física “deve se relacionar a qualquer ato disciplinar que atinja o corpo de uma criança ou de um adolescente”, conceituando-a como o “uso de força física no relacionamento com a criança ou o adolescente por parte de seus pais ou por quem exerce a autoridade no âmbito familiar. Esta relação de força baseia-se no poder disciplinador do adulto e na desigualdade adulto-criança.” (AZEVEDO; GUERRA *apud* BRAUN, 2002, p. 20). A violência física compreende o “uso da força física de forma intencional, não-acidental, por um agente agressor adulto [...]” (ABRÁPIA; A REDE; CLAVES; CRAMI *apud* Brasil, 2004, p.36).

²¹ Por violência psicológica compreende-se “[...] um conjunto de atitudes, palavras e ações para envergonhar, censurar e pressionar a criança de modo permanente” (ABRÁPIA; A REDE; CLAVES; CRAMI *apud* BRASIL, 2004, p.36). Azevedo e Guerra (2000, p. 41, grifos das autoras) apontam que tal violência assume basicamente

a sexual, bem como a negligência e o abandono (AZEVEDO; GUERRA, 2000, p. 36). Tais modalidades de violência podem aparecer de maneira isolada ou associadas, podendo ser praticadas pela omissão, supressão ou transgressão dos direitos de crianças e adolescentes definidos por meio de leis ou por padrões morais e culturais (SBP/FIOCRUZ/MJ, 2001, p. 11).

A violência sexual contra crianças e adolescentes se apresenta como uma das manifestações da violência intrafamiliar e extrafamiliar que tem acometido inúmeras vítimas ao longo de todo o processo histórico de desenvolvimento da humanidade. No entanto, não foi sempre que discussões a respeito dessa forma de vitimização estiveram presentes no espaço social, familiar e científico. Sonego (2006, p. 91) aponta que até o início da década de 1970, raras eram as notificações – e ainda são – e mesmo as discussões sobre a violência dessa natureza, pois o tema era e ainda é considerado um tabu, e se buscava proteger a estrutura familiar patriarcal de escândalos. Para a autora, a partir desta década tais discussões passam a assumir um caráter mais consistente, com o movimento feminista nos Estados Unidos, o qual procurou dar visibilidade as denúncias e depoimentos das vítimas de violência sexual, e com os estudos iniciados no campo médico. Especialmente a partir de 1980, as discussões norte-americanas passaram a nortear os estudos no cenário brasileiro.

A partir do conhecimento que se construiu a respeito da temática, a violência sexual pôde ser definida como “todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa” (AZEVEDO; GUERRA, 2000, p. 42).

A violência sexual possui modalidades distintas, sendo necessário distingui-las para sua correta compreensão e enfrentamento. Duas podem ser apontadas como sendo as principais: o abuso e a exploração sexual. O abuso sexual constitui-se de

[...] situação em que o adulto submete a criança ou adolescente, com ou sem seu consentimento, a atos ou jogo sexuais com a finalidade de estimular-se ou satisfazer-se, impondo-se pela força física, pela ameaça ou pela sedução, com palavras ou com a oferta de presentes (ANDI, 2003, p. 27).

duas formas: “a de *negligência afetiva* e a de *rejeição afetiva*”. A *negligência afetiva* caracteriza-se pela falta de responsabilidade e cuidado por parte dos pais ou “responsáveis” para com as necessidades da criança/adolescente, a qual se dá de modo passivo e se expressa em relações de negligência e abandono emocional. Já a *rejeição afetiva* consiste em manifestações de comportamento depreciativo e agressivo, onde o agressor, de maneira ativa, expressa (de maneira verbal ou por meio de atitudes) ameaças, críticas, insultos, rejeição, culpabilização, entre outros.

Quando perpetrado nas relações familiares, o abuso sexual assume um caráter incestuoso, pois, o incesto caracteriza-se por “[...] toda a atividade de caráter sexual, implicando uma criança de 0 a 18 anos e um adulto que tenha para com ela, seja uma relação de consangüinidade, seja de afinidade ou de mera responsabilidade” (AZEVEDO; GUERRA, 2000, p. 42). O uso indevido do poder conferido ao adulto, caracterizando uma assimetria entre abusador e abusado, é o que mais caracteriza esta situação de violência, pois o abusador aproveita-se do fato de que a criança/adolescente tem sua sexualidade despertada, para então torná-la “cúmplice” em um “pacto de silenciamento” (BRASIL, 2004).

Na exploração sexual, não é suficiente que a criança ou adolescente vivencie apenas a experiência cruel e opressora do abuso. Além da satisfação sexual que proporciona aos usuários de seus serviços, esta prática prevê uma gratificação financeira, da qual se beneficiam principalmente os aliciadores dessas crianças e adolescentes. A exploração sexual pode ser compreendida como o “ato ou jogo sexual em que a criança ou o adolescente é utilizado para fins comerciais por meio de relação sexual, indução à participação em *shows* eróticos, fotografias, filmes [e sites] pornográficos e prostituição” (ANDI, 2003, p. 27).

Com a inserção das vítimas nas redes de exploração, os aliciadores obtêm lucros a partir de uma escolha alheia a essas crianças e adolescentes, pois não têm condição de realizar uma escolha consciente entre alternativas. Como tal, a exploração sexual também pode ser entendida a partir da perspectiva de “uma violação fundamental de direitos [...] A criança ou adolescente é tratada como objeto sexual ou mercadoria” (OIT/IPEC, 2008, p. 20).

Guerra, Junior e Azevedo (s/d, p. 4) apontam que a violência sexual inclui atos com contato físico²²; sem contato físico (incluindo assédio sexual²³, abuso sexual verbal²⁴, telefonemas obscenos²⁵, exibicionismo²⁶, voyeurismo²⁷, e pornografia²⁸); com força física (incluindo agressões e até assassinato); e sem emprego da força física (corrupção).

²² São atos físico-genitais que incluem carícias nos órgãos genitais, tentativas de relações sexuais, masturbação, sexo oral, penetração vaginal e anal. Podem ser tipificados em: corrupção de menores e estupro.

²³ **Assédio sexual:** “caracteriza-se por propostas de relações sexuais. Baseia-se, na maioria das vezes, na posição de poder do agente sobre a vítima, que é chantageada e ameaçada pelo autor da agressão” (BRASIL, 2004, p.38).

²⁴ **Abuso sexual verbal:** “pode ser definido por conversas abertas sobre atividades sexuais destinadas a despertar o interesse da criança ou do adolescente ou a chocá-los” (BRASIL, 2004, p.38).

²⁵ **Telefonemas obscenos:** “são também uma modalidade de abuso sexual verbal. A maioria deles é feita por adultos, especialmente do sexo masculino” (BRASIL, 2004, p.38).

²⁶ **Exibicionismo:** “é o ato de mostrar os órgãos genitais ou se masturbar diante da criança ou do adolescente ou no campo de visão deles” (BRASIL, 2004, p.38).

²⁷ **Voyeurismo:** “é o ato de observar fixamente atos ou órgãos sexuais de outras pessoas, quando elas não desejam serem vistas e obter satisfação com essa prática” (BRASIL, 2004, p.38).

²⁸ **Pornografia:** “é exposição de imagens eróticas de pessoas ou de partes ou de práticas sexuais [...] em revistas, livros, filmes e [...] na internet. A pornografia envolvendo crianças e adolescentes é considerada crime, tanto de

Contudo, a violência sexual não afeta apenas a criança/adolescentes e seu processo não é estanque. Suas consequências se reproduzem e tendem a afetar o conjunto da sociedade. A criança vitimizada tende a reproduzir os modos de vida que experimenta, as experiências de violência que vivencia, tornando-se, assim, um vitimizador em potencial. Assume esse papel com mais propriedade à medida que o tempo passa e dispõe de maiores recursos para a utilização do poder, da força, e da coerção.

É nesse processo cíclico que a transgressão pela via violenta parece se naturalizar e se expressar nos “padrões de sociabilidade, modos de vida, modelos atualizados de comportamento vigentes em uma sociedade em um momento determinado de seu processo histórico” (ADORNO *apud* GUERRA, 2005, p. 31). A diferença torna-se justificativa para a desigualdade, exclusão e preconceito. O outro não é mais o sujeito com o qual se trocam ideias divergentes em espaço plural, e sim alguém que precisa ser anulado, ignorado ou até mesmo eliminado. Ao considerar a repercussão dessa forma de violência, não restam dúvidas a respeito da necessidade sempre iminente de construção e manutenção de um atendimento em rede qualificado para suas vítimas.

2.4 FLUXO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

Em Foz do Iguaçu, as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual iniciam seu “ciclo” de atendimento passando primeiramente pelo Hospital Municipal Ministro Costa Cavalcanti (HMCC) ²⁹ após serem encaminhadas pela 6ª Subdivisão Policial (SDP) ou Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIA) ³⁰, Conselho Tutelar (CT) ou quando buscam atendimento espontaneamente ³¹.

No hospital, os atendimentos são classificados como de urgência (atendimento imediato: quando há laceração, hemorragias, entre outros, com necessidade de reparo

quem fotografa crianças nuas ou expõe suas imagens em posições sedutoras com objetivos sexuais, como de quem mostra a crianças fotos, vídeos ou cenas pornográficas” (BRASIL, 2004, p.38).

²⁹ Situações de violência física e psicológica apenas são atendidas por este serviço quando vêm acompanhadas da violência sexual. Os casos que dizem respeito exclusivamente à violência física são atendidos diretamente no Instituto Médico Legal (IML).

³⁰ Importa esclarecer que o NUCRIA constitui-se em uma delegacia da Polícia Civil especializada em crimes cometidos contra crianças e adolescentes.

³¹ Em grande parte das situações, as vítimas dirigem-se a delegacia num primeiro momento. Quando isto não ocorre, a vítima ou o responsável por ela são orientados para que se dirijam à delegacia para o registro de boletim de ocorrência.

imediate de tecidos lesionados), emergência (agendamento em até 24 horas: quando a violência sexual ocorreu há menos de 72 horas e a vítima encontra-se sem lesão corporal grave) ou eletivos (agendamento para o horário disponível mais próximo: quando a violência sexual ocorreu a mais de 72 horas). A demanda atinge uma média de 12 atendimentos/mês.

No momento em que a vítima aciona este serviço, abre-se ficha de atendimento eletrônica e realiza-se a avaliação de enfermagem, médica, psicológica e/ou social (a depender da presença do profissional no hospital no momento do atendimento). A ocorrência é registrada ainda no “Livro de Registro de Atendimentos Médicos”, no qual consta o nome do paciente a data do atendimento, as medicações prescritas, data e horário da consulta de retorno e o médico responsável. O “Livro de Anotações Multidisciplinar”, além de outras informações, conta com um pequeno parecer psicossocial. Os registros do atendimento são guardados sob sigilo.

Realizados os registros, há a prescrição da profilaxia DST/AIDS, da contracepção de emergência, e se procede à reparação das lesões sofridas, quando necessário. É realizada a primeira coleta de exames. A coleta direciona-se em partes para o laboratório do próprio HMCC (exames de possível material do agressor) e em partes para o Laboratório Municipal (exames de sangue da vítima).

Quando há registro de boletim de ocorrência na delegacia com o pedido de exame de corpo de delito, o médico encaminha a cópia do relatório de atendimento junto com a solicitação ao IML. O IML atua no reconhecimento do exame realizado pelo médico ginecologista de plantão, na condição legal de perito *ad-hoc*, assinando em conjunto o laudo pericial. Em nenhuma situação a vítima é encaminhada para que realize a coleta no IML. Em casos de urgência ou em que a vítima encontra-se muito fragilizada, não tendo esta se dirigido até a delegacia, delegado e escrivão dirigem-se até o hospital (seja da 6ª SDP ou NUCRIA).

Após o atendimento preenche-se a ficha de notificação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde (MS), mesmo que o caso seja apenas suspeito, isso quando esta não vem preenchida por outro serviço de saúde que tenha realizado atendimento prévio. Após o preenchimento a ficha é remetida ao Serviço de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde, sendo que as informações consolidadas são encaminhadas à Secretaria de Estado de Saúde e, posteriormente, à Secretaria de Vigilância em Saúde/MS.

Após o primeiro atendimento e exames realizados pelo HMCC o retorno médico é agendado no Serviço de Assistência Especializada em DST/AIDS (SAE), 30 dias após a ocorrência, para onde são encaminhados a cópia do atendimento e o resultado dos exames

realizados. Os atendimentos posteriores são realizados junto as Unidades Básicas de Saúde (UBS).

A 9ª Regional de Saúde tem prestado sua contrapartida no fornecimento da medicação necessária para a realização dos atendimentos. A respeito do fornecimento de capacitação aos profissionais por esta regional de saúde, esta ocorre esporadicamente, com uma média de três ao ano.

Em relação à contrapartida da Secretaria Municipal de Saúde, esta se daria na continuidade dos atendimentos junto ao SAE e às UBS, bem como na realização de exames junto ao Hospital Municipal. Contudo, há uma única UBS na Vila Iolanda que realiza acompanhamento psicológico a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Há ainda uma contrapartida da Secretaria Municipal de Assistência Social, em relação ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) enquanto locais de referência para a continuidade dos atendimentos, sendo o primeiro apontado para os casos não confirmados em que a maior necessidade é o atendimento familiar, e o segundo como local para onde são encaminhados os casos mais graves, que necessitam do apoio da rede no sentido de ofertar outros encaminhamentos.

A partir de contatos telefônicos realizados com esses equipamentos no período de setembro e outubro de 2012, foi possível a construção do seguinte quadro:

Órgão	Especialidade	Especificidade do atendimento	Quantidade de casos em atendimento	Data de início dos atendimentos	Periodicidade dos atendimentos	Número de atendimentos já realizados a uma mesma vítima
SAE	Ginecologia	Exame físico, sorologia e avaliação da prescrição medicamentosa.	Não há casos em atendimento. A média de atendimentos é de um caso por semana.	-----	O serviço realiza apenas um atendimento à vítima, o qual é agendado pelo HMCC 30 dias após prestar o atendimento inicial.	-----
UBS Vila Iolanda	Psicologia	Psicoterapia	A unidade encontra-se atendendo quatro casos, sendo: duas crianças do sexo feminino (03 e 08 anos), uma criança do sexo masculino (10 anos), e uma adolescente do sexo feminino (13 anos).	A criança de 03 anos iniciou os atendimentos no final de setembro. Já a criança de oito anos encontra-se há 03 meses em atendimento. O menino de 10 anos iniciou as sessões em setembro. E a adolescente é atendida desde o mês de junho.	Semanalmente	Criança 03 anos: um atendimento. Criança 08 anos: 10 atendimentos Criança 10 anos: 03 atendimentos Adolescente: 15 atendimentos.
CRAS Norte	-----	-----	Este serviço não tem recebido casos de violência encaminhados pelo HMCC.	-----	-----	-----
CRAS Leste	-----	-----	Este serviço não tem recebido casos de violência encaminhados pelo HMCC.	-----	-----	-----

CREAS	Psicologia	Acompanhamento familiar, casos sem situação clínica.	O Centro de Referência encontra-se atendendo dois casos, sendo uma adolescente (14 anos) e uma criança (06 anos).	Um dos atendimentos teve início em 24/09/2012 e outro em 17/09/2012.	Os atendimentos têm sido realizados mensalmente. A psicóloga afirma que não vê melhora nas situações atendidas pois a demanda do CREAS impossibilita o acompanhamento dos casos.	Apenas um atendimento foi realizado com essas vítimas até o presente momento.
-------	------------	--	---	--	--	---

Quadro 1 – Casos em atendimento nos órgãos municipais
Fonte: Dados coletados pela autora

Analisando as informações contidas no quadro, é clara a dificuldade de prestação de um atendimento contínuo e eficaz, prejudicando a superação das situações de violência vivenciadas pelas vítimas. A psicóloga da UBS Vila Iolanda, no mesmo contato telefônico, afirmou que muitas crianças não comparecem ao atendimento. A equipe da unidade não têm condições de se apropriar dos motivos pelos quais essas vítimas não têm comparecido, sendo que não conseguem nem ao menos preencher um relatório de não comparecimento em função do fluxo intenso de atendimentos. Afirma ainda que, mesmo com encaminhamento médico, não dispõe de mais vagas para o atendimento.

Em relação à continuidade do atendimento médico, a gerente da UBS Vila Iolanda afirmou que não recebe encaminhamentos com esta finalidade, e nem busca espontânea da parte das vítimas de violência. O que ocorre é a percepção da assistente social referenciada a UBS, a partir de visita domiciliar, da necessidade da vítima em receber atendimento médico. Consta no Termo de Cooperação Técnica firmado entre o HMCC (Fundação Itaipu) e o município, a continuidade do atendimento médico por parte do primeiro em até 180 dias da ocorrência. Contudo, o mesmo também não vem ocorrendo. Sendo assim, o acompanhamento médico se perde entre os órgãos da rede de serviços, pois não é executado nem pelo HMCC, nem pelo SAE e tampouco pelas UBS.

Importa salientar que o número de vítimas efetivamente atendidas junto às unidades de saúde, conforme dispõe o Quadro 1, não condiz com o número repassado, na época, pelo Departamento de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde, o qual encaminha os casos e coordena as atividades das UBS. Segundo esse departamento, duas vítimas (10 e 04 anos) estariam sendo atendidas na UBS do bairro Vila Iolanda. A contradição entre tais informações demonstra a dificuldade de interlocução entre os órgãos prestadores do atendimento, na forma fragmentada como se encontra. Cada órgão executa seu papel de maneira isolada, não havendo articulação entre os profissionais envolvidos. O HMCC não detém nenhuma informação a respeito da continuidade do atendimento junto à rede municipal de Saúde ou de Assistência Social.

Diante do exposto, ao observar o modo como este serviço vem se desenvolvendo em Foz do Iguaçu, é nítida a dificuldade que ele tem de ofertar práticas articuladas, refletidas, que tenham condições de fornecer uma referência e contrarreferência à vítima. Boa parte das atividades médicas, psicológicas e sociais que não conseguem ser desenvolvidas num atendimento inicial e que deveriam ter continuidade junto aos demais órgãos do município não têm se efetivado.

Por esse motivo, buscaram-se dados em um desses equipamentos que realizam o atendimento às vítimas, o CREAS, considerado a porta de entrada para as situações de violência sexual dentro da política de Assistência Social, no intuito de mensurar o acompanhamento realizado a crianças e adolescentes no ano de 2012. O objetivo é conhecer, a partir dos registros do CREAS, a especificidade, a periodicidade e a duração desses atendimentos, bem como outros órgãos que tenham atuado nos casos, dentre outros dados. A partir das informações coletadas, acredita-se ser possível construir um entendimento concreto a respeito das deficiências na política de Assistência Social, e, de maneira mais ampla, na rede de atendimento, apontando para a urgente necessidade de reestruturação.

2.5 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS NÍVEIS DE PROTEÇÃO SOCIAL

A Constituição Federal de 1988 traz o fundamento para se pensar as diversas políticas, bem como lança um olhar diferenciado aos sujeitos aos quais estas políticas se dirigem. Incluída no âmbito da Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social, a Assistência Social passa, a partir de então, a integrar o campo dos direitos.

A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993) - ratificou e regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, assegurando a primazia da responsabilidade do Estado na gestão, financiamento e execução da política de Assistência Social e não predominantemente de instituições de caráter filantrópico, como houvera ocorrido historicamente (BRASIL, 2005, p. 32). De acordo com esta Lei, em seu artigo primeiro: “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993).

Com certeza há algo de singular na integração das políticas de Seguridade Social, integração essa que por si só aponta o estreito vínculo que deveria existir entre elas. Vínculo esse que pressupõe interlocução, troca de informações e construção coletiva de propostas de intervenção. Segundo a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2005, p. 31) “a inserção na Seguridade Social aponta, também, para seu caráter de política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida”.

Por Proteção Social, a Política Nacional entende as formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros em decorrência de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. Integram este conceito tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social, entre outros (DI GIOVANNI *apud* BRASIL, 2005, p. 31).

No âmbito do financiamento das ações, a LOAS previu os fundos de assistência social, os quais tem sua gestão realizada pelos responsáveis da política de assistência social em cada uma das esferas de governo. Assegurou, ainda, o direito da participação direta e/ou representativa da população na elaboração, controle e avaliação da política de assistência social, por meio dos Conselhos de Assistência Social e das Conferências, espaços democráticos e deliberativos (BRASIL, 2011b, p. 12).

Como resultado de um processo democrático e participativo de âmbito nacional, que envolveu amplo debate com representações de diversos segmentos da sociedade, foi aprovada, em 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), baseada nos dispositivos da Constituição Federal e da LOAS. A PNAS reorganiza projetos, programas, serviços e benefícios de assistência social, consolidando no país, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com estrutura descentralizada, participativa e articulada com as políticas públicas setoriais. Nesse sentido, demarca as particularidades e especificidades, campo de ação, objetivos, usuários e formas de operacionalização da Assistência Social, como política pública de proteção social (BRASIL, 2011b, p. 12-13).

Em 2005 foi aprovada a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), que regulou a organização SUAS, fornecendo diretrizes para a sua operacionalização. Tal sistema, o qual possui modelo de gestão descentralizado e participativo, regula e organiza as ações socioassistenciais em todo território nacional, e expressa um marco histórico para a política de Assistência Social. Em 2011, a Lei nº 12.435

(Lei do SUAS), assegurou a institucionalidade do SUAS, garantindo avanços significativos, dentre os quais se podem destacar o cofinanciamento federal operacionalizado por meio de transferência automática e o aprimoramento da gestão, serviços, programas e projetos de assistência social. A Lei do SUAS também autoriza, que os recursos do cofinanciamento federal sejam aplicados no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais (BRASIL, 2011b, p. 13).

O SUAS organiza-se em dois níveis de proteção, sendo eles: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Os níveis têm como objetivo direcionar o atendimento a demandas específicas dos usuários, a fim de alcançar maiores resultados em relação ao protagonismo e ao reestabelecimento de vínculos afetivos.

A Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de risco³² por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em vulnerabilidade social, a qual é decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização. Os benefícios, tanto de prestação continuada como os eventuais, compõem a proteção social básica (BRASIL, 2005, p. 33)

A oferta desta modalidade de proteção é realizada no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), unidade pública estatal localizada em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano (BRASIL, 2005, p. 33-34). Todo CRAS oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, além de outros serviços descritos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Já a Proteção Social Especial (PSE) é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras violações de direitos. São serviços que requerem acompanhamento

³² O conceito de risco social relaciona-se com a probabilidade de um evento acontecer no percurso de vida de um indivíduo e/ou grupo, podendo, portanto atingir qualquer cidadão (ã). Contudo, as situações de vulnerabilidades sociais podem culminar em riscos pessoais e sociais, devido às dificuldades de reunir condições para preveni-los ou enfrentá-los, assim, “as seqüelas podem ser mais ampliadas para uns do que para outros” (SPOSATI *apud* BRASIL, 2011, p. 14).

individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade e efetividade na reinserção almejada (BRASIL, 2005, p. 37).

Os serviços de PSE têm estreita interface com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. As situações de risco demandarão intervenções em problemas heterogêneos e complexos. Nesse sentido, é preciso desencadear estratégias de atenção que visem o apoio ao grupo familiar e a elaboração de novas referências morais e afetivas, no sentido de fortalecê-lo para o exercício de suas funções de proteção básica e de sua autonomia (BRASIL, 2005, p. 37).

Dentro deste nível de proteção, são considerados serviços de Média Complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário ainda não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e de acompanhamento sistemático e monitorado.

Neste âmbito, entre as unidades de referência para a oferta de serviços se encontra o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), unidade pública e estatal de abrangência municipal ou regional. Oferta, obrigatoriamente, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Difere-se da proteção básica por se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos (BRASIL, 2005, p. 38).

Por fim, a PSE de Alta Complexidade tem como o objetivo garantir a proteção integral (moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido) a indivíduos e/ou famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou comunitários de origem. Os serviços que a integram devem primar pela preservação, fortalecimento ou resgate da convivência familiar e comunitária - ou construção de novas referências, quando for o caso - adotando, para tanto, metodologias de atendimento e acompanhamento condizente com esta finalidade (BRASIL, 2011b, p. 21).

2.6 O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)

Com base na definição apresentada na Lei nº 12.435/2011, O CREAS é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em lócus de referência, nos territórios³³, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias³⁴ e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos. Presta atendimento e acompanhamento individualizado, especializado e continuado, o qual pressupõe acolhida, escuta qualificada e compreensão da situação vivenciada por cada família/indivíduo, considerando seu contexto de vida familiar, social, histórico, econômico e cultural (BRASIL, 2011b).

Diante das situações vivenciadas, cada família/indivíduo atendido no CREAS demandará um conjunto de atenções específicas, o que deverá orientar a construção do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar, com a participação conjunta da família/indivíduo na escolha de metodologias de trabalho que mais se adequem a situação, reconhecendo seu protagonismo e autonomia nas decisões que possam repercutir sobre sua trajetória de vida individual e familiar (BRASIL, 2011b).

O CREAS deverá organizar e desenvolver procedimentos e metodologias que contribuam para a efetividade da função protetiva da família. Para que seja garantida a qualidade dos serviços prestados, é fundamental o planejamento de sua implementação e funcionamento, o que pressupõe, dentre outros procedimentos: elaboração de diagnósticos socioterritoriais da incidência e complexidade das situações de violação de direitos³⁵; articulações e vínculos interinstitucionais; garantia de condições técnico-operacionais; capacitação dos profissionais; definição de fluxos, competências e procedimentos, além da

³³ “O território é um espaço contraditório, pois ao mesmo tempo é o lugar onde se produz e reproduz exclusão e violência e também onde se viabilizam oportunidades, onde as famílias e comunidade aglutinam forças e sinergia para o exercício da cidadania, na busca da efetivação dos seus direitos políticos e sociais. Esta visão plural de território permite compreendê-lo como espaço que conjuga vulnerabilidades e riscos - aos quais a comunidade está exposta - e potencialidades, cultura, história e valores; onde se configuram, por um lado, exclusão, perdas e isolamentos e, por outro, oportunidades, redes de solidariedade, movimentos sociais e organizações de defesa da cidadania oriundas das iniciativas populares. É também nos territórios que se aportam serviços públicos de atenção que operam na proteção social e na garantia de direitos dos cidadãos(ãs). Essas realidades locais possuem uma relação dialética com as bases organizacionais, estruturais e culturais da própria sociedade brasileira. Nessa direção, os territórios são microsistemas que retratam, em variações e intensidades distintas, a realidade do contexto brasileiro, seja nos aspectos de violação e/ou de promoção dos direitos aos cidadãos.” (BRASIL, 2011, p. 29).

³⁴ “O conceito de família refere-se não apenas ao grupo formado pelos pais ou qualquer um deles e seus dependentes, mas, aos diferentes arranjos familiares resultantes de agregados sociais por relações consanguíneas ou afetivas, ou de subsistência e que assumem a função de cuidar dos membros” (BRASIL, s/d, p. 4).

³⁵ O diagnóstico prevê ainda o levantamento das demandas e o mapeamento dos serviços, programas e projetos existentes no território. [...] é determinante para a definição do número de CREAS necessários para atender as demandas observadas em cada município/DF, bem como da abrangência de cada Unidade, e das áreas para sua implantação (BRASIL, 2011, p. 73-74).

incorporação de formas de gestão participativa com envolvimento de gestores, profissionais, usuários, parceiros (BRASIL, s/d, p. 9).

As instalações físicas do CREAS devem propiciar o atendimento qualificado e especializado ao usuário. Devem dispor de ambientes reservados para recepção; atendimento individual e familiar; trabalho em grupos e reuniões; atividades orientadas para o desenvolvimento de sociabilidades das famílias³⁶, além das áreas convencionais de serviços. Nesses espaços, a acessibilidade das pessoas com dificuldade de locomoção deve ser garantida (BRASIL, s/d, p. 17).

Os serviços a serem ofertados no CREAS são os seguintes, os quais podem ser ofertados em equipamentos diferenciados, conforme necessidade: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e Serviço Especializado em Abordagem Social³⁷ (BRASIL, 2001, p. 48-49).

A Portaria Nº 843, de 28 de dezembro de 2010, ao dispor sobre a composição das equipes de referência do CREAS, passou a considerar, para além do nível de gestão, disposto na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS), o porte dos municípios como um elemento fundamental no planejamento da capacidade de atendimento e da definição das equipes do CREAS. Para municípios de grande porte, como é o caso de Foz do Iguaçu, o atendimento para até 80 casos (famílias/indivíduos) deve contar com 1 coordenador, 2 assistentes sociais, 2 psicólogos, 1 advogado, 4 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) e 2 auxiliares administrativos. Estes, devem se constituir em servidores públicos efetivos, diminuindo assim a rotatividade profissional e potencializando o investimento de recursos em capacitação.

Essa equipe de referência, indicada na NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2011a), deverá ser ampliada em número e em especialidades de acordo com a realidade do município, considerando os índices de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, e a capacidade de atendimento de cada Unidade. O atendimento prestado deverá possibilitar a

³⁶ “A centralidade das ações na família visa compreender, em um determinado contexto, como se constroem e se expressam as relações familiares entre seus membros. Essa perspectiva não visa responsabilizar a família e seus componentes no tocante às vicissitudes que vivenciam no seu cotidiano, mas contextualizar a situação vivida e recolocar o papel do Estado como provedor de direitos por meio das políticas sociais, fornecendo instrumentos de apoio e sustentação necessários para a proteção social das famílias” (BRASIL, 2011, p. 33-34).

³⁷ Para maiores especificações sobre os serviços do CREAS, ver Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009).

superação das situações de violação de direitos inicialmente detectados, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a inserção autônoma das famílias na sociedade (BRASIL, 2011b, p. 34).

Ações de capacitação e educação permanente, momentos de integração em equipe, trocas de experiência, estudos de caso e assessoria de profissional externo, dentre outras estratégias, são fundamentais para a qualificação crescente da atenção especializada e dos atendimentos ofertados nos CREAS. É fundamental a construção de uma política de recursos humanos, na qual essas características estejam presentes.

Num momento posterior à intervenção junto às famílias, faz-se de suma importância a implantação de mecanismos de monitoramento e avaliação dos impactos dos serviços ofertados pelo CREAS, visando o seu constante aprimoramento e a superação das dificuldades apresentadas. A avaliação do conjunto de atividades e tarefas permite aferir a dimensão quantitativa e qualitativa dos serviços prestados no âmbito do CREAS, na medida em que identifica se os objetivos estão sendo cumpridos. No processo de monitoramento e avaliação dos serviços, faz-se necessário a padronização dos instrumentais de registro, utilizando sempre que possível a via digital (BRASIL, s/d, p. 22).

Na proposta do SUAS, é fundamental a reciprocidade das ações da rede de proteção social básica e especial, sendo consenso o estabelecimento de fluxo, referência e retaguarda entre as modalidades e as complexidades de atendimento (BRASIL, 2005, p. 47). Em relação à interlocução com outras políticas e órgãos o órgão gestor de assistência social tem papel importante na institucionalização da articulação do CREAS com a rede, inclusive, por meio da construção e pactuação de fluxos de articulação e protocolos intersetoriais de atendimento (BRASIL, 2011b, p.61-62).

Lançados os fundamentos, no capítulo seguinte discorrer-se-á a respeito da pesquisa realizada nesse espaço de atendimento da política de Assistência Social. Como se verá, tais especificidades do CREAS, em contraste com a realidade encontrada no município de Foz do Iguaçu, auxiliarão a compreender as dificuldades na oferta de um atendimento efetivo e resolutivo às vítimas de violência sexual.

3 CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL ATENDIDAS PELO CREAS EM FOZ DO IGUAÇU

Uma política de Assistência Social foi construída e materializada em serviços socioassistenciais. Paralelamente a isso, com as históricas e recorrentes violações de direito à Infância, toda uma legislação e uma política de proteção foram criadas. O município de Foz do Iguaçu, a sua maneira, também procurou aderir às estratégias nacionais de proteção à Infância dentro da política de Assistência Social. Contudo, a violação de direitos permanece, e deixa o seu rastro de destruição na vida de crianças e adolescentes. Por quê? Onde está o entrave que faz com que o atendimento prestado não chegue de fato aos seus destinatários?

Tendo iniciado a pesquisa de campo junto ao CREAS, após levantamento inicial, foi possível perceber o grande número de crianças e adolescentes atendidos, vítimas de violência sexual neste município no ano de 2012. A contagem inicial somou 94, abrangendo situações de violência ou de suspeita desta, bem como de vítimas das quais não se mencionava a idade. Dos 94 casos levantados inicialmente, verificou-se que 07 não se tratavam de crianças/adolescentes vítimas de violência sexual. Outras 57 foram encontrados e para os 30 restantes não foram encontradas pastas. Desta maneira, procedeu-se uma busca nos arquivos de encaminhamento, os quais contêm casos que chegaram ao CREAS e não foram atendidos, apenas encaminhados para outros órgãos. Dos 30 nomes, apenas 06 foram encontrados nestes arquivos. Em relação aos outros 24 não se encontrou nenhuma forma de registro do atendimento realizado. É como se os mesmos não tivessem sequer passado pelo CREAS apesar de seus nomes constarem no levantamento inicial.

Algumas dessas 57 crianças/adolescentes que apresentaram informações suficientes para a coleta de dados, das quais se preencheu a ficha de pesquisa, também não foram encontradas no levantamento inicial, e sim nas pastas de outras vítimas que continham relatórios que mencionavam seus nomes. Isso porque há vários casos atendidos que se inter-relacionam, principalmente no que diz respeito à exploração sexual de adolescentes, os quais muitas vezes têm um aliciador em comum.

Em relação ao número de vítimas encontrado no período pesquisado, importa tecer uma consideração importante. Considerando um CREAS com uma equipe completa, a qual foi descrita no capítulo 2, o acompanhamento destinar-se-ia a até 80 famílias. Sendo 57 famílias de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, apenas outras 23 famílias poderiam estar referenciadas ao órgão para atendimento. Contudo, não é isso o que ocorre. Os atendidos no CREAS, pela sua imensidão, nem ao menos puderam ser quantificados por

oportunidade da pesquisa. O limite de atendimentos não é respeitado e, como se verá, os prejuízos em face disso são inúmeros.

As “pastas de atendimento” as quais se constituíram em objeto de pesquisa, agrupam o conjunto de informações levantadas ao longo de todo o acompanhamento prestado à criança/adolescente e sua família, a partir dos atendimentos realizados pela equipe do CREAS, contando seja com documentos produzidos pela própria equipe, seja com documentos produzidos pelos demais órgãos da “rede”, os quais são direcionados ao CREAS diretamente (ao solicitar a realização de diligências) ou de maneira indireta (relatórios e ofícios de outros órgãos encaminhados ao CREAS a fim de fornecer maiores informações para atuação no caso).

Diante do significativo número de vítimas encontradas no ano de 2012, bem como em face de dados de atendimento de outros órgãos encontrados nas pastas, optou-se, a fim de poder avaliar os dados com melhor qualidade e em função do limitado tempo disponível, pelo redirecionamento da pesquisa, passando a avaliar a interdisciplinaridade existente entre os equipamentos da “rede” de atendimento às vítimas a partir das próprias pastas de atendimento do CREAS, e não a partir do levantamento em cada um desses equipamentos, como havia sido proposto inicialmente.

O levantamento inicial consistiu em encontrar nas agendas do ano de 2012 das quatro técnicas que ali atuam (duas psicólogas e duas assistentes sociais) as crianças e adolescentes vítimas de violência neste ano, dado que tal informação não se encontrava sistematizada. No órgão investigado, não há banco de dados ou controle rigoroso dos atendimentos realizados. As profissionais contam apenas com planilhas mensais, nas quais os atendimentos são divididos por violações.

Após tal identificação, verificou-se que, em alguns casos, não havia menção da idade da vítima. Nesses casos, todas as pastas de nome semelhante ao encontrado nas agendas foram verificadas a fim de confirmar tal informação, isso porque nem sempre estava disponível o sobrenome da vítima, ou o mesmo se encontrava equivocado. Importa informar ainda que, em alguns casos, não havia menção do tipo de violência sofrida. Nesses casos, as pastas não foram consultadas, apenas quando a criança/adolescente já houvesse sido anteriormente citada como vítima de violência sexual. Em vários meses, na agenda de profissionais alternadas, não foram encontrados registros de atendimentos. Por esses e por outros motivos que se perceberão ao longo da descrição da pesquisa, acredita-se que esse estudo não revele com exatidão a totalidade dos casos atendidos neste equipamento. Contudo,

a partir da coleta realizada, é possível obter um panorama que dá condições de visualizar, ao menos de maneira geral, a realidade enfrentada.

3.1 INTERDISCIPLINARIDADE E INTERSETORIALIDADE NO ATENDIMENTO

Para que os conceitos de interdisciplinaridade e intersetorialidade sejam materializados no trabalho de determinado equipamento, antes de tudo é necessário que sua equipe conheça a rede na qual deverá emaranhar-se. Conheça seu território, com os significados que ele carrega. Na prevenção, atendimento e enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes, mais esforço será necessário nesse sentido, dada a complexidade e as especificidades do fenômeno, tais como os tabus que ainda o envolvem e fazem que, por vezes, não seja descoberto.

Assim, fundamental é que os órgãos públicos de atendimento estejam envolvidos entre si e com outras instituições que fazem parte do cotidiano dessas crianças/adolescentes. Escola, família, igreja, serviços de convivência são um exemplo disso, pois, por certo será nesses espaços que, quando não atendida pela política social, a criança/adolescente manifestará seus sinais de sofrimento. Bem como, esses espaços podem e devem servir como poderosos aliados a fim de cessar as práticas violentas.

Contudo, para fins da pesquisa, procurou-se delimitar àqueles órgãos de atendimento que pareceram mais importantes para um primeiro e emergencial atendimento à vítima de violência, a fim de compreender, se, ao menos estes, entre si, estariam estabelecendo ações coordenadas, com fluxos de referência e contra-referência. Os órgãos elencados foram: HMCC, NUCRIA, CT, UBS e CREAS, pelos quais imprescindivelmente a criança/adolescente vítima deveriam passar, proporcionando atendimentos emergenciais e continuados de Saúde e Assistência Social, garantindo o pleno exercício de todos os seus direitos fundamentais e adotando medidas para a sua segurança e responsabilização de seu agressor.

No gráfico abaixo, no entanto, percebe-se que, por algum motivo, nem todas as vítimas estão usufruindo desse sistema de garantias assegurado por lei, o que, entende-se, torna impossível abordar uma situação de violência sexual de maneira adequada. Um dos aspectos de atendimento citados acima não se concretizará, tornando ineficaz, por assim dizer, uma abordagem dos demais órgãos, que em questões como essa só podem apresentar respostas concretas de maneira conjunta.

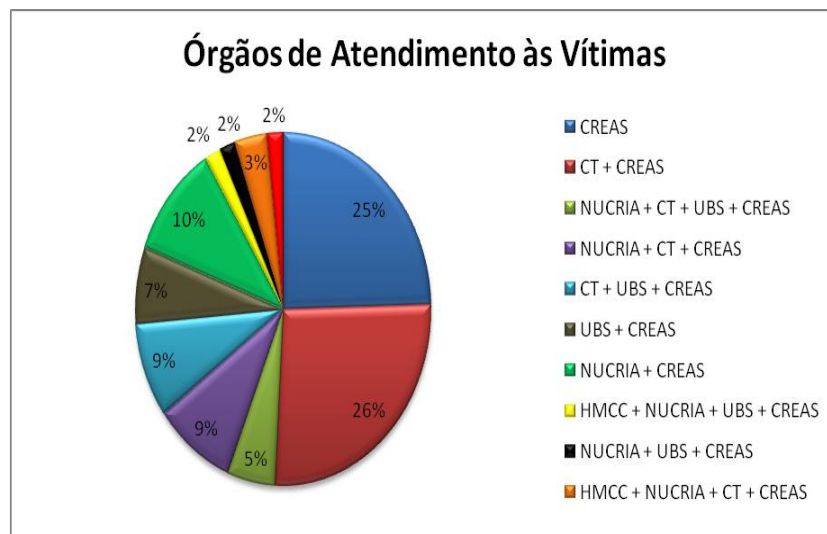


Gráfico 1 – Órgãos de Atendimento às Vítimas
 Fonte: Dados coletados pela autora

Como é possível observar, em mais de 50% dos casos atendidos os responsáveis são o CREAS e o CT. É possível, e bom seria, que essa fosse apenas uma falha de registro do CREAS, não mencionando os demais órgãos participantes do atendimento dessas vítimas. Contudo, isso nem mesmo o CREAS poderia saber, dado sua dificuldade de acompanhamento dos casos, a qual se verá no tópico seguinte. Porém, mesmo se a necessidade real por atendimento, nesses casos, fosse única e exclusivamente desses dois órgãos, seria de se supor que entre eles houvesse uma séria e estreita articulação. Não há. Tal como o CREAS, o CT atende situações para além de sua capacidade, num município onde as políticas estão desconexas e desestruturadas e, por esse motivo, as violações de direito de crianças e adolescentes tornou-se algo corriqueiro.

É frustrante observar que em nenhum dos casos verificados houve a menção dos cinco órgãos atuando de maneira conjunta, e que os casos em que quatro desses órgãos participaram perfazem apenas 10% do total. Se isso não se caracteriza em falta de intersectorialidade, é difícil saber o que é. Mesmo assim é importante observar que outros órgãos/programas esporadicamente foram mencionados nos atendimentos tais como: Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas (CAPS ad)³⁸, Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, Vira-Vida³⁹, Guarda-Mirim⁴⁰, Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu

³⁸ Os CAPS oferecem atendimento em saúde mental, e no caso de CAPS ad, o acompanhamento é voltado especificamente para usuários com dependência de substâncias psicoativas. Apesar de não ter sido mencionado nas fichas pesquisadas por ter sido inaugurado em fevereiro de 2013, Foz do Iguaçu conta com CAPS ad específico para o atendimento de crianças e adolescentes, chamado CAPS i. Esse equipamento contudo ainda não se encontra em efetivo funcionamento.

³⁹ O programa Vira-Vida é uma iniciativa do Serviço Social da Indústria (SESI), para a qualificação e inserção no mercado de trabalho de adolescentes vítimas de exploração sexual, procurando fortalecer a autonomia juvenil.

(FOZHABITA), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ⁴¹, e Programa Construindo a Cidadania ⁴².

Já no gráfico abaixo, sistematizou-se as áreas de atuação envolvidas no atendimento das vítimas e presentes nos órgãos apontados como referência. As especialidades foram abreviadas para que fosse possível organizá-las em gráfico, mas trata-se de Medicina, Enfermagem, Serviço Social, Direito e Psicologia, individualmente ou combinadas entre si.

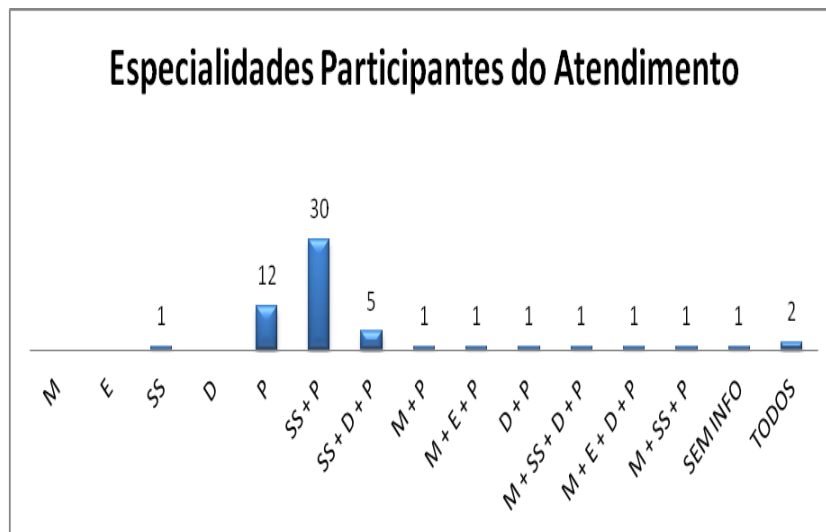


Gráfico 2 – Especialidades Participantes do Atendimento
Fonte: Dados coletados pela autora

Em dois casos, houve a participação de todas as especialidades elencadas como prioritárias para o atendimento às vítimas. Contudo, alguns desses especialistas pertencem a um mesmo órgão, dado que em um dos casos não houve atendimento pela UBS, e, em outro, não atenderam o NUCRIA e o CT. Deste levantamento, o que é possível apreender é que a maior parte das atuações têm se dado mediante articulação de profissionais de Serviço Social e Psicologia, devido à equipe técnica do CREAS ser formada basicamente por estes profissionais, considerando a pouca intersetorialidade. Contudo, importa lembrar que a legislação preconiza a presença de um advogado nesta equipe, necessitando que as especialidades se adaptem para um trabalho em conjunto, tal como foi o processo de inserção do profissional de Psicologia aos CRAS e CREAS. O Direito, mais acostumado a trabalhar

⁴⁰ Tem como principal objetivo o fornecimento de cursos de aprendizagem e inserção de adolescentes no mercado de trabalho.

⁴¹ O PETI articula um conjunto de ações para retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto quando na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. O programa compreende transferência de renda – prioritariamente por meio do Programa Bolsa Família –, acompanhamento familiar e oferta de serviços socioassistenciais.

⁴² Consiste em estratégia da Secretaria Municipal de Educação (SME) para acompanhamento psicológico, social e fonoaudiológico nas escolas municipais, visando prevenir casos de evasão escolar.

entre seus pares, necessitará repensar sua formação a fim de assumir uma postura de igualdade frente às demais especialidades em espaços plurais como esses criados pela política de Assistência Social.

Uma menor incidência, mas ainda significativa, são de atendimentos realizados exclusivamente por profissionais de Psicologia. Conforme foi possível observar nos casos atendidos, o que ocorre é que várias das vítimas que chegam ao CREAS acabam sendo atendidas apenas por esse profissional, alegando-se a sua exclusiva necessidade. Contudo, não é o que demonstram os dados e não é o que orienta a Política. Os dados são de crianças e adolescentes em situação de pobreza, beneficiários de programas sociais, em sua grande maioria. São de famílias em conflito e com vínculos extremamente fragilizados. Já a política orienta ao psicólogo um trabalho que é essencialmente psicossocial e não de acompanhamento terapêutico, ao qual muitas vezes tem se prestado, mesmo em função da escassez de profissionais junto às UBS para realizar esse trabalho. Mas o acompanhamento em saúde deve ser prestado pela política de Saúde. É difícil cobrir as lacunas de outra política quando as próprias lacunas não se encontram preenchidas.

Nesse aspecto, é importante apontar para a falta de intersetorialidade entre as ações de proteção básica nas políticas de Assistência Social e Saúde. Tal interlocução era de se esperar através da atuação conjunta do CRAS e Programa Saúde da Família (PSF) por exemplo. Não poderiam essas duas equipes trabalhar em conjunto para a prevenção dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes? Não é esse o objetivo comum, o elo na atenção básica dessas duas políticas? Como isso não vem ocorrendo, os casos surgem com mais frequência e intensidade, pois não há dúvida em relação aos efeitos de um trabalho de mobilização comunitária realizado de maneira programada.

Registradas as violações, os acompanhamentos a médio e longo prazo ficariam ao encargo da UBS, através de seus atendimentos psicológicos e médicos, sempre que necessário, e do CREAS, através dos atendimentos psicossociais e jurídicos. Só que quase nunca ficam. No levantamento realizado, encontramos a informação de apenas uma vítima que vinha sendo acompanhada juntamente com sua mãe por psicólogo em UBS. A maior relação existente entre essas duas políticas, nos casos acompanhados, são encaminhamentos emergenciais de vítimas do HMCC para o CREAS. Há um protocolo simples para isso, esse é o fluxo de encaminhamento. Mas o depois, o resultado das ações, não se mede e nem se avalia, e a vítima permanece sendo vitimizada, antes pela ação de um sujeito, e após pela omissão do Estado.

Dessa maneira, a intenção é de que os serviços especializados ofertados pelos CREAS somem-se às ações das demais políticas públicas (saúde, educação, trabalho e outras), na perspectiva de ampliar a capacidade das famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, contudo, sem se sobrepor ou confundindo-se com os serviços de competência das outras políticas (BRASIL, 2011b, p.62).

Foram verificadas também algumas situações de violência sexual relacionadas com a suspensão do poder familiar⁴³, as quais culminaram em acolhimento institucional⁴⁴ das vítimas. Na maioria dos casos, a violência sexual não foi o único fator preponderante para a decisão do juiz pelo acolhimento, a qual vem acompanhada de toda a sorte de violações de direito. Em alguns desses casos, por iniciativa da instituição de acolhimento, ocorreram articulações para estudos com a equipe do CREAS. Contudo, na maior parte deles, pela grande demanda por atendimento, o CREAS acaba por se desresponsabilizar pelo trabalho a ser realizado com a família para o reestabelecimento de vínculos, em função dessa outra instituição que fará trabalho semelhante, mas que não é igual e não deve ser confundido.

Identificou-se ainda a dificuldade do CREAS na realização dos acompanhamentos e na confecção de relatórios informativos para outros órgãos (dificuldade de interlocução, diálogo, troca de informações). Esta interlocução formal ocorre apenas dentro do limite burocrático. Os acompanhamentos são realizados e os relatórios enviados quase que exclusivamente nos casos em que há atuação do Ministério Público ou da Vara da Infância e Juventude, órgãos que ainda são encarados como de cunho coercitivo, pois tem o “poder” de exigir o cumprimento da lei. Esses órgãos obtém êxito em seus questionamentos ao CREAS, dado o receio dos profissionais em serem responsabilizados pelo não atendimento.

Se fosse questionado a respeito da solução para a falta de interdisciplinaridade e intersetorialidade seja no CREAS, seja em outros órgãos das políticas de atendimento em Foz do Iguaçu, a resposta seria simples e direta, e a ação seria realizada em duas frentes. A primeira delas seria a adequação de recursos humanos e físicos conforme preconiza a legislação e conforme necessidade apresentada pela realidade local. A segunda seria uma intensa e continuada capacitação dos profissionais em “rede”, todos juntos, advindos de diferentes políticas, mas aprendendo a construir uma única, com um só direcionamento e objetivo: o atendimento integral e efetivo aos usuários de seus serviços. Será assim mesmo algo tão difícil de realizar?

⁴³ Art. 129, inciso X da Lei 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.

⁴⁴ Art. 101, inciso VII da Lei 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.2 QUANTIDADE, PERIODICIDADE E DURABILIDADE DOS ATENDIMENTOS

No levantamento de dados realizado, também se procurou mensurar, ainda que de maneira quantitativa, a qualidade dos atendimentos prestados às 57 vítimas encontradas no ano de 2012. Para isso, uma das estratégias formuladas foi levantar as datas dos atendimentos direcionados a cada vítima individualmente, somando-as ao final a fim de saber por quantas vezes uma mesma criança/adolescente fora atendida no ano. Eis abaixo o resultado encontrado.

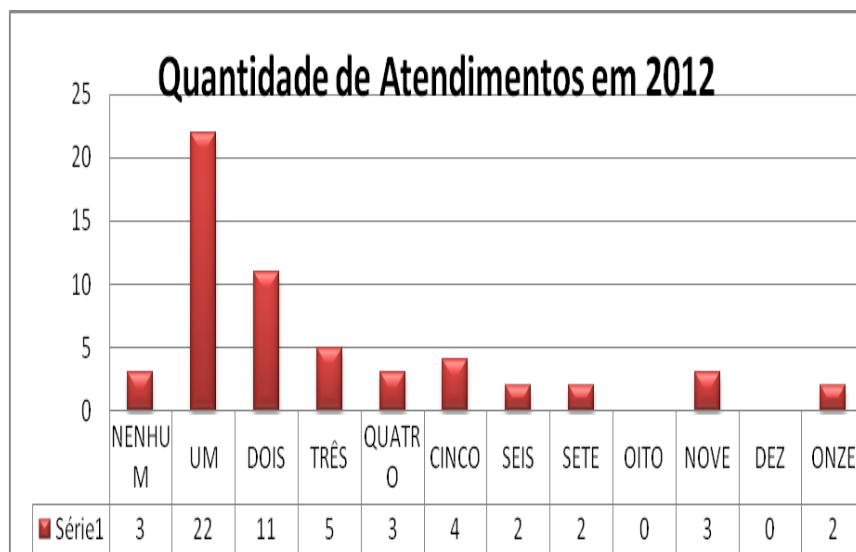


Gráfico 3 – Quantidade de Atendimentos em 2012

Fonte: Dados coletados pela autora

Dos 57 casos, 22 ou 39% obtiveram apenas um único atendimento. Três casos (5%) não contaram com nenhum atendimento e se referem a situações em que o atendimento foi agendado, sendo preenchida ficha de cadastro da criança/adolescente (não se sabe se mediante contato telefônico ou se a partir de informações de relatórios encaminhados por outros órgãos), mas não houve comparecimento da vítima e de seus familiares, tampouco houve procura por parte do CREAS a fim de agendar novo atendimento. Aconteça o que acontecer, uma coisa é fato: uma situação de violência, seja ela suspeita ou confirmada, merece mais atenção que se possa dar em um ou em nenhum atendimento!

Uma criança/adolescente vítima de violência sexual precisa, com toda a certeza, de constância e continuidade em seu atendimento, que seja ao menos maior do que a violência que a assola. No entanto, o que se percebe é que em 84% dos casos as vítimas de violência sexual não desfrutaram de mais de 5 atendimentos no CREAS. É possível chamar quantidade

tão ínfima de acompanhamento? Não. Um acompanhamento persegue a situação até que a mesma seja solucionada, e nos casos analisados não é isso o que acontece. **As situações não são resolvidas, elas simplesmente deixam de ser atendidas.** As pastas são arquivadas de acordo com o ano do atendimento, e não consideram a resolução ou não dos casos.

Em algumas situações a continuidade do atendimento é dificultada pela falta de adesão da família. Não há busca ativa por parte do serviço, e então o caso se perde em meio à demanda do serviço. Alguns atendimentos não persistem por falta de organização, dado que pastas são guardadas por engano sem as devidas solicitações de visita domiciliar, por exemplo, caindo o usuário do serviço no esquecimento.

Para uma possibilidade concreta de interferir na dinâmica das situações vivenciadas, haveria necessidade de atendimentos semanais. Afinal quer-se acompanhar a repercussão da violência sobre a vida da criança/adolescente e sua família, minimizando suas consequências. Se considerássemos que todos os casos acima tivessem tido início em janeiro de 2012 e término em dezembro do mesmo ano, nenhum dos casos contaria sequer com atendimentos mensais, tendo em vista que o número máximo de atendimentos foi onze. Importa pontuar que os dois casos que contaram com onze atendimentos são de famílias atendidas há muitos anos pela “rede” as quais demandam atendimentos de maneira frequente, em função da grave situação de pobreza e fragilização de vínculos em que se encontram. Contudo, para uma melhor análise da questão da frequência, é possível observar os dados abaixo.

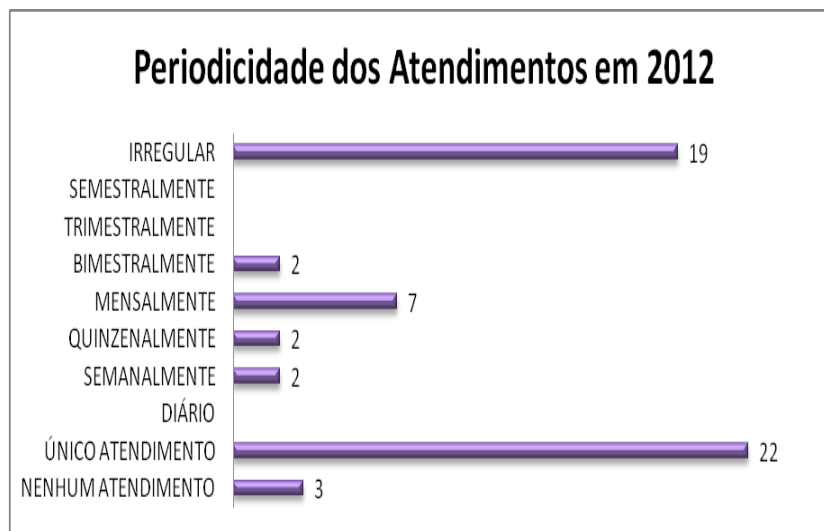


Gráfico 4 – Periodicidade dos Atendimentos em 2012

Fonte: Dados coletados pela autora

Como é possível constatar, apenas quatro dos 57 casos contaram com frequência semanal ou quinzenal, e nenhum deles contou com mais do que três atendimentos. Na grande

maioria dos casos que contaram com mais de um atendimento, não foi possível encontrar regularidade em sua frequência, deixando margem para a constatação de que os atendimentos ocorrem muito mais quando há procura espontânea por parte da família (que está ligada ao seu processo de aceitação/negação da violência sofrida, sendo por isso mesmo irregular) do que por parte do órgão que as atende. É preciso ter em vista também que, 14 dos 57 casos já se encontravam em atendimento em 2011 e 20 continuaram a ser atendidos em 2013. Mesmo assim a regularidade não conseguiu ser estabelecida.

Diante de tais informações, teve-se a curiosidade de obter conhecimento a respeito do período total de atendimento. Sendo assim, a data inicial e final⁴⁵ dos atendimentos foi considerada, independentemente da periodicidade, a qual já foi analisada e considerada a sua fragilidade. Importa dizer que esta foi uma aproximação, dado que em algumas fichas de pesquisa, por não ser objeto inicial da análise, não foram considerados os meses de início do atendimento, apenas os anos. Alguns valores também foram arredondados a fim de materializá-los no gráfico. Os longos períodos se devem a casos que vinham sendo atendidos desde 2008. Nesses casos, pela baixa frequência de atendimentos, as situações não se resolvem e vez ou outra as vítimas acabam retornando ao CREAS. Assim, se comparado aos gráficos 3 e 4, este dado expressa, em sua maioria, o período sem adequado atendimento às vítimas desde o seu primeiro comparecimento ao CREAS.

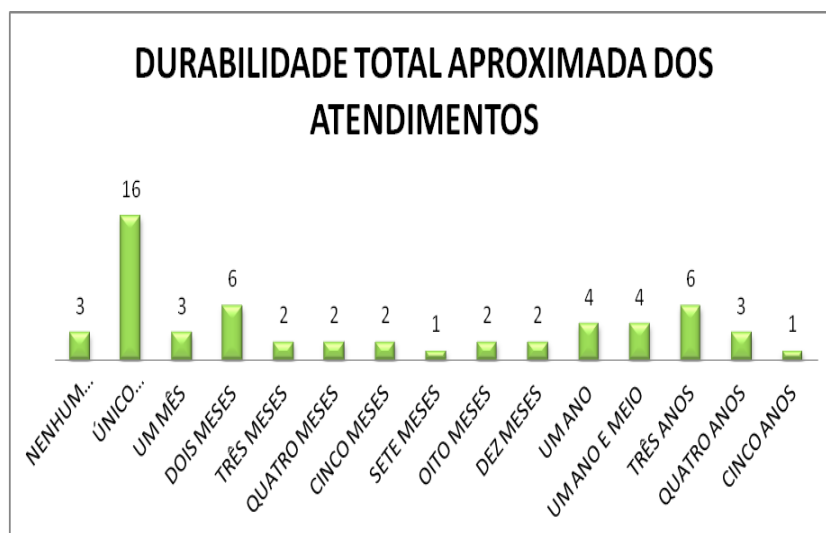


Gráfico 5 – Durabilidade Total Aproximada dos Atendimentos
Fonte: Dados coletados pela autora

⁴⁵ A data final limite foi outubro de 2013, quando do encerramento da pesquisa no CREAS.

O índice de nenhum atendimento registrado manteve-se em três, enquanto o de único atendimento foi reduzido de 22 para 16, se considerado o ano de 2012. Isso porque, por incrível que pareça, houve casos de um único atendimento em 2012 que vinham sendo atendidos desde anos anteriores, também de forma esporádica, ou então casos que, além do atendimento prestado em 2012, foram atendidos no ano de 2013.

Nesse gráfico, quer-se chamar a atenção para duas situações: para os atendimentos realizados num período inferior a um ano, e para aqueles com período superior ha três anos. Na primeira situação, tem-se um total de 20 casos, os quais representam 35% do total. Como já dito anteriormente ao se analisar a baixa frequência dos atendimentos, esta nova constatação referente a curta durabilidade destes apenas corrobora na sua não resolutividade. Na segunda situação, tem-se um quantitativo de 10 casos, representando 17,5% do total. Nesta já é possível inferir a respeito de um descaso das políticas públicas - voltando o olhar aqui mais especificamente para a política de Assistência Social a qual se constitui em objeto de análise deste estudo - no atendimento das vítimas. Se houvesse frequência na realização dos atendimentos, caracterizando de fato um acompanhamento, e fosse avaliada a necessidade de que estes sujeitos permanecessem sendo acompanhados por até cinco anos, seria uma coisa. Agora estender um atendimento supérfluo, fragmentado e paliativo por todo esse período de tempo não pode consistir em outra coisa que não a revitimização dessas crianças e adolescentes, uma naturalização, uma banalização da violência.

É claro que os atendimentos realizados pelo CREAS não se resumem exclusivamente à abordagem da questão da violência sexual, mas sim a uma abordagem mais ampla de questões outras que se inserem em todo um contexto de pobreza e de suas consequências vivenciado pelas famílias atendidas. Contudo, se o trabalho em rede funcionasse, haveria a necessidade de um período tão longo de tempo que culmina no vazio de situações que não tem nem ao menos previsão de serem resolvidas? A proposta da política não é de resolução? Se as situações permanecerem apenas de passagem pelo CREAS, tal qual é possível observar aqui, faz sentido o dispêndio de recursos públicos? O que está errado, a política ou sua execução?

Em várias situações alarmantes, quando se acabou por questionar as técnicas do CREAS a respeito da continuidade do atendimento nos casos analisados, uma delas respondeu: “não conseguimos mesmo dar conta dos atendimentos. É a triste realidade”. Neste ponto cabe a seguinte reflexão: onde está o outro na política pública? Um ser coletivo é exposto à violência. Contudo, ao invés dessa coletividade ser invocada a fim de criar estratégias que aliviem um sofrimento coletivo, é invocada para se desviar o olhar do sujeito.

Não há uma vítima em sofrimento. O olhar é desfocado para aliviar o sofrimento físico e psíquico de outros sujeitos que atendem a essas crianças e adolescentes, e que, caso não aderissem a esse conformismo, não suportariam a dor emocional advinda da frustração profissional de situações não resolvidas e de crianças/adolescentes que, possivelmente, permanecem sendo vítimas de violência sexual, mesmo após sua intervenção.

3.3 MODALIDADE DE VIOLÊNCIA SEXUAL PERPETRADA E RELAÇÃO ENTRE OS ENVOLVIDOS

Entre as modalidades de violência sexual já previamente apresentadas no capítulo 2, procurou-se constatar através da pesquisa, aquelas de maior incidência dentre as vítimas atendidas pelo CREAS. Para isso, foram consideradas as seguintes categorias: abuso sexual com contato físico intrafamiliar, abuso sexual sem contato físico intrafamiliar, abuso sexual com contato físico extrafamiliar, abuso sexual sem contato físico extrafamiliar e exploração sexual, conforme é possível observar no gráfico abaixo.

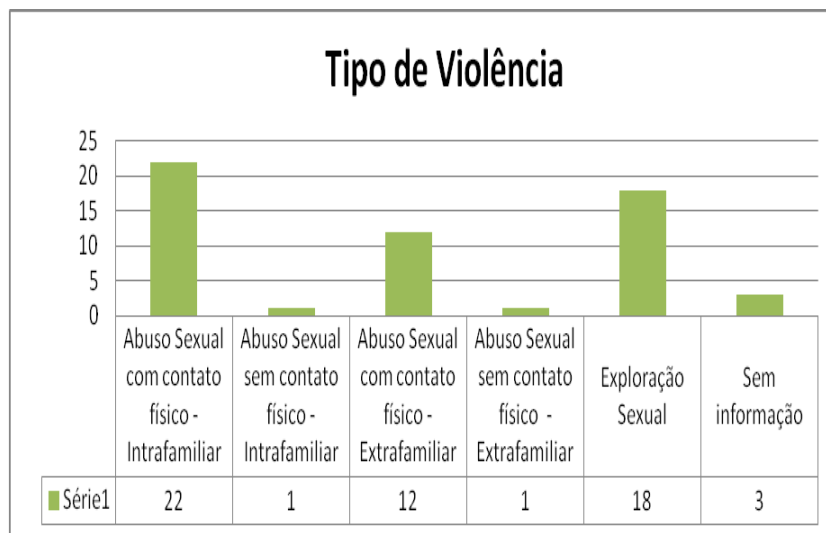


Gráfico 6 – Tipo de Violência

Fonte: Dados coletados pela autora

O resultado obtido, apesar de ser assustador, não surpreende. Pesquisas já realizadas apontam que em grande parte dos casos o agressor se relaciona íntima e afetivamente com a vítima e goza de sua confiança, quando na condição de parente ou de alguém próximo à família (MALTA, 2002, p. 35). Nisso, se pode inferir que a família ocupa um espaço central

nas situações violadoras, assim como é central o seu papel na denúncia e na superação de tais situações, pela proximidade que tem para com a vítima.

Os casos de abuso sexual dentro da família totalizaram 23 (representando 40,5% dos casos pesquisados), contra 13 ocorridos fora dela (com 22% do total), praticamente o dobro. Próximo ao número de situações intrafamiliares estão às situações de exploração sexual, as quais têm atingido majoritariamente adolescentes e alcançaram 31,5% dos casos, facilitadas pela situação de fronteira do município com o Paraguai.

Quando da análise desse quadro, logo vem à mente a indagação a respeito da relação entre agressor e vítima, principalmente nos casos de abuso sexual intrafamiliar. Na pesquisa realizada, a informação encontrada a esse respeito foi a seguinte:

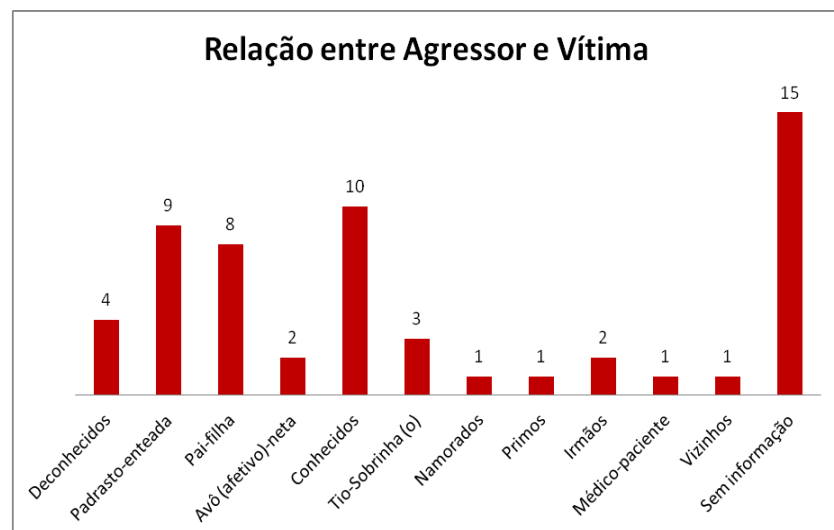


Gráfico 7 – Relação entre Agressor e Vítima
Fonte: Dados coletados pela autora

Como se verá a partir de agora, a dificuldade de registro das informações junto ao CREAS começa a aparecer nos dados pesquisados e a dificultar uma análise mais precisa. Na grande maioria das pastas não há nem ao menos um documento de identificação da criança/adolescente. No gráfico acima, a categoria “sem informação” ocupa o índice mais alto, com 26%. Mas isso porque as análises relacionadas ao agressor contam ainda com muito menos informação. Não há dúvida de que, nesse sentido, falta de informação, “pacto de silenciamento” e dificuldade de responsabilização do agressor sejam questões intimamente relacionadas.

O segundo lugar é ocupado pela categoria “conhecidos”, com 17,5% do total. Nesta, pelo que foi possível apreender nas pastas de atendimento, estão inseridas pessoas que não possuem vínculo de consanguinidade, responsabilidade ou afetividade com a vítima, mas que

já haviam feito parte de seu cotidiano de maneira esporádica. Logo após se encontram duas relações muito recorrentes entre agressor e vítima que são a relação entre padrasto/enteada (16%) e pai/filha (14%), respectivamente. Tais relações abalam mitos como o da bondade natural dos pais e da família como espaço sagrado. Em igualdade com as demais instituições construídas socialmente, a família não deixa de ser permeada por desigualdades e conflitos. As relações de consanguinidade, responsabilidade e/ou afetividade não impedem a presença de atos violentos.

Entretanto, inúmeras vezes, as relações de poder e de violência que estão presentes no espaço privado da família costumam ser escamoteadas por esse dito “amor natural”, e pela crença no caráter protecionista do adulto em relação à criança/adolescente. Tal interpretação parte de uma concepção idealista e a-histórica de família, que não leva em consideração a história pessoal dos indivíduos inseridos na dinâmica dos diferentes arranjos familiares, os quais são constantemente (re)construídos na sociedade capitalista, e cuja dinâmica se relaciona com as mudanças socioeconômicas, políticas e culturais, produzidas pela mesma. Ademais, a cultura patriarcal e adultocêntrica continua a ser disseminada, materializando-se na transgressão do poder disciplinador do adulto, usado de maneira inconsequente em relação ao segmento infantil. (LAVORATTI; COSTA, 2007, p. 211).

Gabel (1997 *apud* ROMERO, 2007, p. 03) realizou um levantamento de dados a respeito dos autores de violência sexual, o qual detectou que: dentre 92 casos de abuso pesquisados, 37% foram praticados por indivíduos desconhecidos contra 63% cometidos por indivíduos conhecidos da vítima. Lynch, pesquisador citado por Gabel, apresenta uma estatística de 74% de situações de violência perpetradas por autor conhecido, sendo que em 43% destes casos tratava-se de alguém da família e outros 31% tratavam-se de pessoas apenas conhecidas. Nos casos intrafamiliares, o pai estava implicado em 48%. Apesar da falta de informação, é possível perceber que a pesquisa realizada no CREAS caminhou no mesmo sentido em relação à proporção de cada uma dessas categorias.

Sofrer uma ação de violência sexual é uma experiência extremamente traumática na vida de crianças e adolescentes. O desgaste provocado em nível orgânico e psicológico é intenso e deixa marcas (mais ou menos visíveis) que acompanham o indivíduo por toda vida, as quais têm influência sobre suas formas de comportamento e relacionamento intra e extrafamiliar. Os efeitos podem ser devastadores e perpétuos, dificultando a formação de vínculos interpessoais e do estabelecimento de relações de confiança. Segundo Furniss e Farinatti (*apud* BRASIL, 2004, p. 53-54), as consequências dessas marcas sobre crianças e adolescentes podem variar segundo: a idade do início do abuso; a duração do abuso; o grau de

violência ou ameaça de violência; a diferença de idade entre a pessoa que cometeu o abuso e a criança que o sofreu; o grau de proximidade da pessoa que cometeu o abuso e a criança; a presença e ausência de figuras parentais protetoras; o grau de sigilo sobre o fato ocorrido; a percepção da criança sobre os atos sexuais realizados contra ela; **a existência de serviços e de sua organização em rede, bem como o grau de eficiência e eficácia dessa rede.** Contudo, os efeitos da violência sexual não podem ser generalizados para todas as crianças, pois a gravidade das consequências depende da singularidade da experiência de cada vítima (AMAZARRAY; KOLLER *apud* ROMERO, 2007, p. 15 – grifo nosso).

3.4 DADOS DA VÍTIMA

Quando levantados dados específicos a respeito das vítimas, constatou-se que o maior número refere-se a adolescentes (38), sendo as demais, em número de 19, crianças. O gráfico abaixo apresenta um panorama por faixa etária.

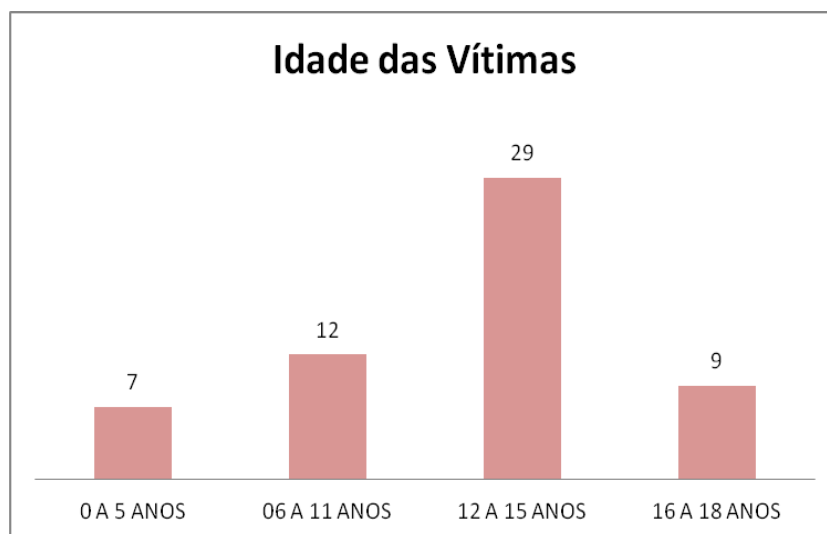


Gráfico 8 – Idade das Vítimas
Fonte: Dados coletados pela autora

Uma parcela significativa dos casos (51%) ocorreu durante o início da adolescência, na faixa etária entre 12 e 15 anos. É importante lembrar que esta é a fase em que os sujeitos estão passando a compreender o mundo a partir de uma perspectiva própria, a qual é permeada por questionamentos e novas opiniões que lhe são inerentes. A violência vem prejudicar esse processo que é saudável, aumentando as possibilidades de que o adolescente envolva-se com a transgressão de regras sociais tais como a evasão escolar e a dependência

química, conforme se verá adiante. E o que dizer das faixas etárias inferiores a esta? Sem sombra de dúvida as marcas da violência irão perpassar todo o desenvolvimento psicossocial dessas crianças, e refletirão na fase adulta, especialmente se não obtiverem adequado atendimento profissional. Os adolescentes entre 16 a 18 anos foram, em sua maioria, vítimas de exploração sexual. Nos casos analisados, essa modalidade de violência atingiu exclusivamente adolescentes.

É importante ressaltar aqui que a criança, ou mesmo o adolescente, não se encontram, pelo seu processo natural de desenvolvimento, amadurecidos o suficiente para exercer atividades sexuais, sendo incapazes de dar ou não seu consentimento. Deve-se ter em vista, portanto, o papel de vítima independentemente das circunstâncias, mesmo sob a acusação de provocar a situação. Cabe ao adulto estabelecer limites, não permitindo que a relação assuma um clima erótico (MALTA, 2002, p. 35).

A maioria esmagadora das vítimas apresentou ser do sexo feminino, conforme demonstra o gráfico 9. Os oito casos do sexo masculino foram tanto de abuso como de exploração sexual, lembrando que esta última esteve relacionada a casos de adolescentes, enquanto a primeira apresentou uma maior incidência em crianças. Assim, é possível ir delineando o perfil das situações ocorridas e de suas vítimas. Até agora, os casos são majoritariamente de abuso sexual intrafamiliar em adolescentes entre 12 e 15 anos do sexo feminino.

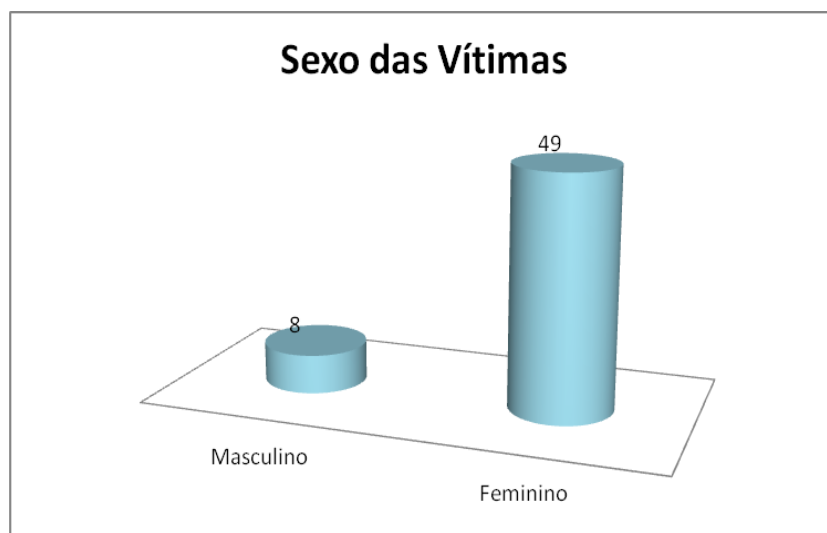


Gráfico 9 – Sexo das Vítimas
Fonte: Dados coletados pela autora

A violência contra crianças e adolescentes costuma ser reincidente e, por vezes, passam-se anos até que o “pacto de silenciamento” seja rompido e ela seja revelada. Há

situações, em que o fenômeno nem sequer chega ao alcance da cena pública, entretanto, cedo ou tarde, as consequências orgânicas, psicológicas e sociais afloram, com maior ou menor intensidade, causando prejuízos de diversas ordens (GUERRA; JUNIOR; AZEVEDO, s/d, p. 11). Tais prejuízos se revelam no ambiente familiar, escolar e comunitário, espaços onde a criança e o adolescente vivenciam suas experiências cotidianas. A princípio a vítima pode apresentar comportamentos como o de falta de atenção, de agitação, de apatia excessiva, ou hematomas. A importância do conhecimento e identificação por familiares, educadores e profissionais que atuam nas políticas de atendimento à criança e ao adolescente, torna-se vital para se intervir e fazer cessar esse ciclo de violência.

No levantamento de dados, procurou-se associar a violência sexual a algumas dessas questões, quais sejam: a evasão escolar e a dependência química. Comparando o gráfico 10, o qual aborda a respeito da escolaridade das vítimas, com o gráfico 8, e com base nas informações sobre evasão escolar coletadas nas pastas de atendimento, foi possível tirar algumas conclusões.

Sete crianças deveriam estar frequentando a Educação Infantil, contudo, para apenas três houve menção de matrícula. As outras quatro podem estar fora da escola, ou então estar integrando o índice das 19 das quais não se possui informação. Ao menos nove adolescentes, que possuem idade acima de 16 anos, deveriam estar cursando o Ensino Médio. Contudo, a informação que se têm é de apenas 04. Nesse caso, diante das análises realizadas, possivelmente se trate de evasão ou atraso no período escolar. Também se observou uma quantidade significativa de crianças e adolescentes nessa situação, mas com idade para frequentar o Ensino Fundamental. Conforme se percebe, o número de crianças entre 06 e 11 anos e adolescentes entre 12 e 15 anos que, em sua maioria estariam neste nível de ensino, somam número muito superior (41) a aqueles de fato matriculados (31). É possível que a falta de informação esteja influenciando também neste dado, contudo isso não modifica um fato constatado: a evasão e o atraso escolar são variáveis que devem ser consideradas nos casos de violência sexual.

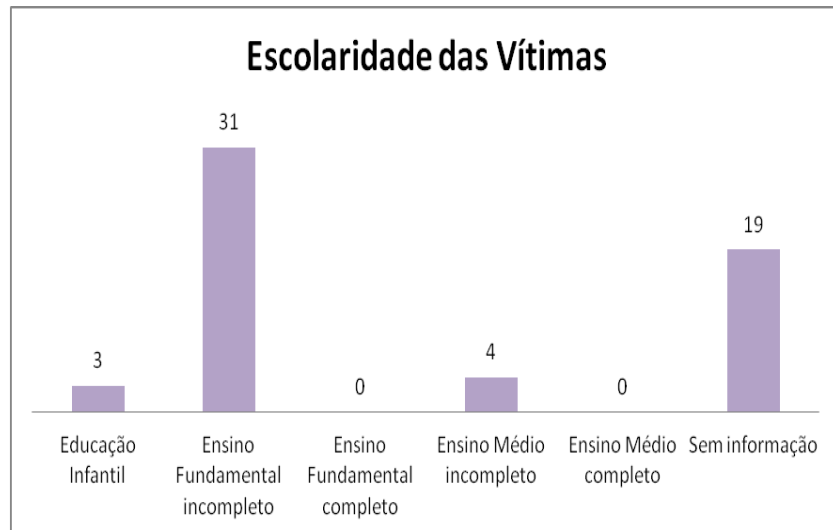


Gráfico 10 – Escolaridade das Vítimas
Fonte: Dados coletados pela autora

Quanto ao uso de substâncias psicoativas, dos 57 casos pesquisados, 25 deles são apresentavam essa informação. Ressalta-se a importância desse dado que terá influência direta na metodologia de atendimento da criança/adolescente, bem como nos encaminhamentos e articulações a serem realizadas com a rede, especialmente no que diz respeito à política de Saúde. Sem dados como esse, realmente é difícil considerar de maneira real a demanda por interdisciplinaridade junto às demais políticas. Além disso, 18 vítimas foram apontadas como usuárias de substâncias psicoativas, ao tempo em que 14 foram apontadas como não usuárias.

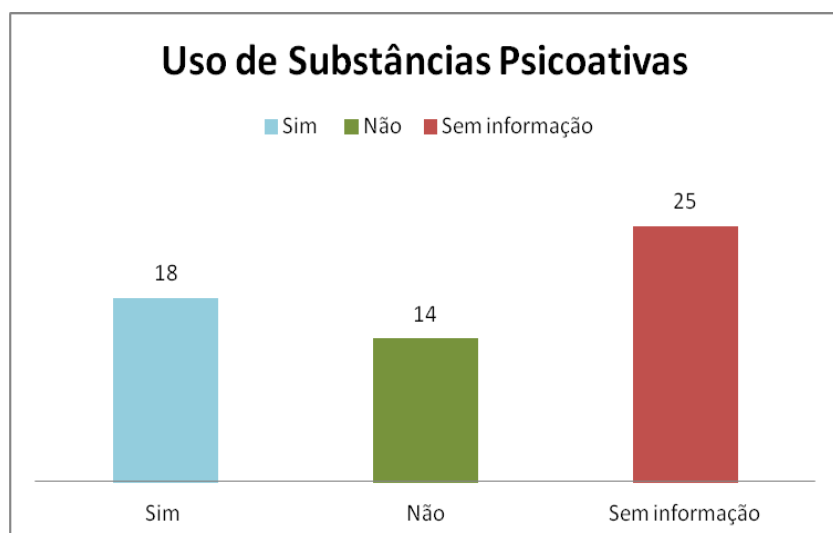


Gráfico 11 – Uso de Substâncias Psicoativas
Fonte: Dados coletados pela autora

As substâncias utilizadas foram diferenciadas, mas as de maior incidência foram o álcool e a cocaína com a mesma proporção (26%), seguidas da maconha (18%), crack (15%),

cigarro (7%), arguile (4%) e cola de sapateiro (4%). Importa considerar que, para alguns usuários, não foi especificado o tipo de substância utilizada.

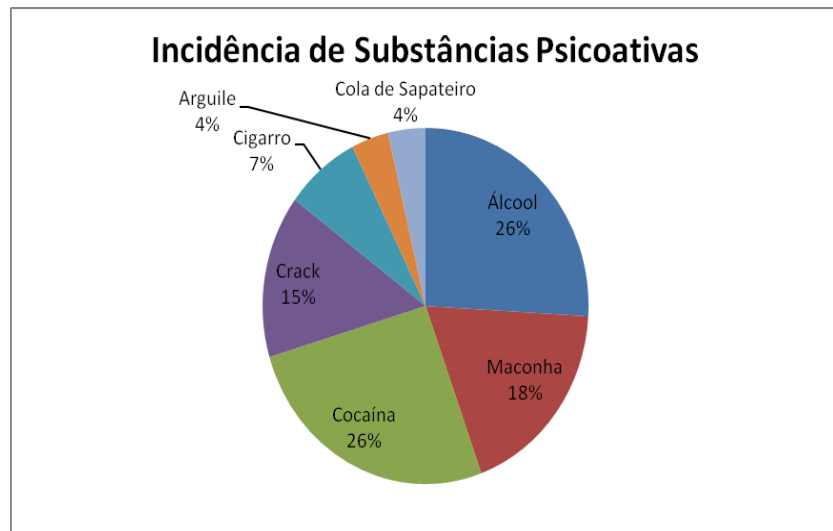


Gráfico 12 – Incidência de Substâncias Psicoativas
Fonte: Dados coletados pela autora

Acredita-se na relação entre violência sexual, situação de pobreza e uso de substâncias psicoativas, variáveis essas que compuseram boa parte dos casos analisados de adolescentes. Não há regras, a não ser uma: a pobreza torna o sujeito vulnerável a toda série de violação de direitos. Diante disso, é possível afirmar que os processos violentos têm um custo para a vida em sociedade. As marcas deixadas nos sujeitos projetam-se para suas relações sociais presentes e futuras, adquirindo formatos como os de desrespeito, evasão escolar, desequilíbrio emocional e afetivo, criminalidade, dependência química, prostituição e a reprodução da própria violência.

Em relação ao local de residência das vítimas, os dados levantados apontaram para três bairros de maior incidência (7% em cada um deles), sendo eles: Centro, Morumbi III e Cidade Nova II. Dessa maneira, esses três bairros serviriam de moradia para 21% das vítimas. Nestes bairros, é possível observar algumas regiões de maior vulnerabilidade social, o que, como já mencionado, pode, tornar às vítimas mais suscetíveis, principalmente à exploração sexual. É interessante comparar o gráfico abaixo com o gráfico 18, no qual se verá que, diferentemente do bairro das vítimas, o bairro predominante de residência dos agressores é de classe média. Outra questão interessante para fins de comparação é que em apenas um caso não há informação sobre o bairro da vítima. O mesmo não ocorre em relação aos agressores, onde o que prevalece é a falta de informação.

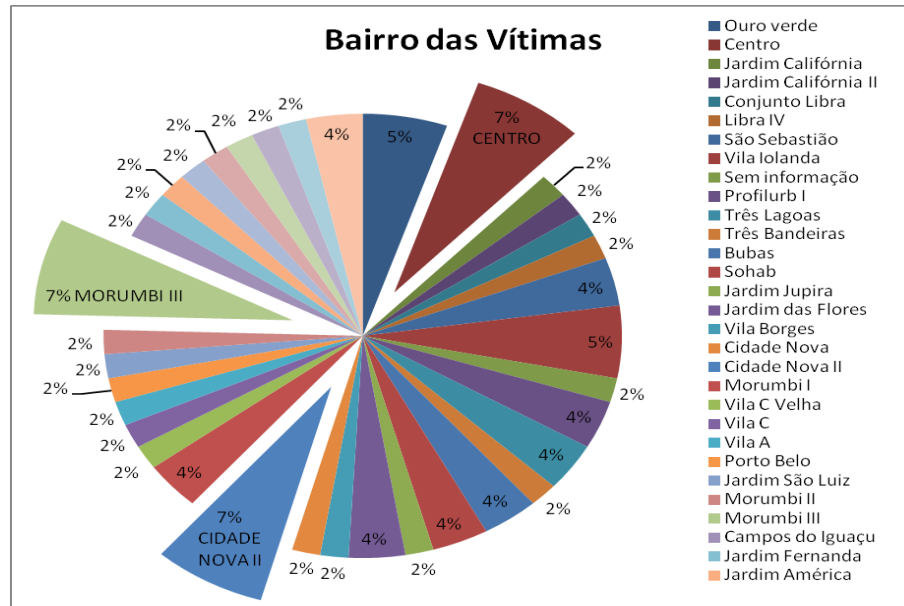


Gráfico 13 – Bairro das Vítimas
Fonte: Dados coletados pela autora

Outro dado levantado foi em relação ao arranjo familiar das vítimas, dado sua importância enquanto espaço primeiro de socialização da criança/adolescente. A sistematização dos dados foi realizada considerando seis tipos de arranjos, quais sejam: família nuclear⁴⁶, família monoparental⁴⁷, família ampliada⁴⁸, família afetiva⁴⁹, família extensa⁵⁰ e família reconstituída⁵¹. Neste caso, constatou-se um número expressivo de vítimas de violência sexual com família monoparental materna, nas quais as mães apresentam dificuldades em, sozinhas, impor limites e deveres principalmente no caso de vítimas adolescentes. Mesmo assim, tal dificuldade foi constatada também em famílias nucleares. Aqui o índice de falta de informação ocupa o segundo lugar, seguido pelas famílias reconstituídas. No levantamento deste dado, identificou-se ainda nos casos analisados, dificuldade de compreensão e confusão a respeito dos papéis parentais.

⁴⁶ Este tipo de família é composto por um pai, uma mãe e pelos filhos advindos dessa união.

⁴⁷ Composta por um dos pais e os filhos.

⁴⁸ Composta por sujeitos com vínculos cosanguíneos e sujeitos com vínculos exclusivos de afetividade, os quais foram agregados a esta.

⁴⁹ Composta por sujeitos que tenham entre si apenas vínculos de afetividade.

⁵⁰ Expande a família nuclear vertical ou horizontalmente, podendo agregar avós e tios, por exemplo.

⁵¹ Composta por pais separados que casaram novamente, constituindo uma nova composição familiar.

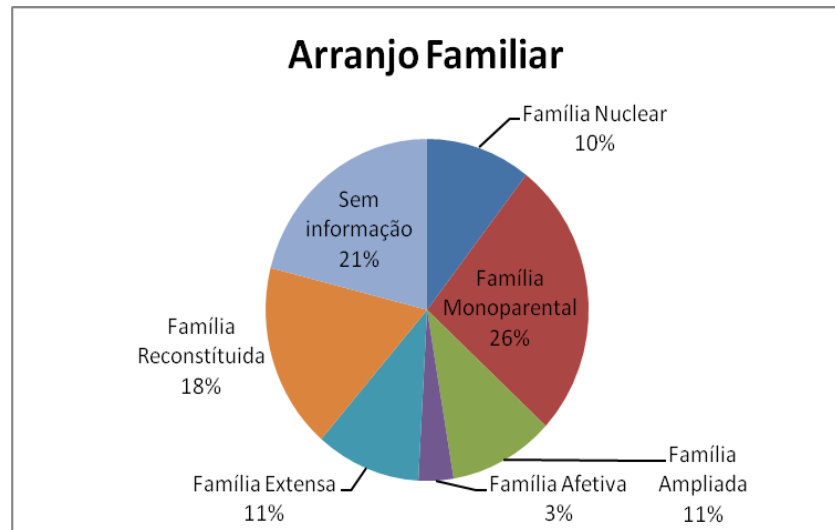


Gráfico 14 – Arranjo Familiar das Vítimas
Fonte: Dados coletados pela autora

Considerando que as vítimas, em sua maioria, se encontram em situação de dificuldade de acesso à renda, houve o interesse em saber se elas vinham sendo atendidas por programas sociais ofertados pelo município de Foz do Iguaçu. Apesar da significativa falta de informação (33%), foi informado através das pastas de atendimento que 55% delas são beneficiárias de algum programa social.

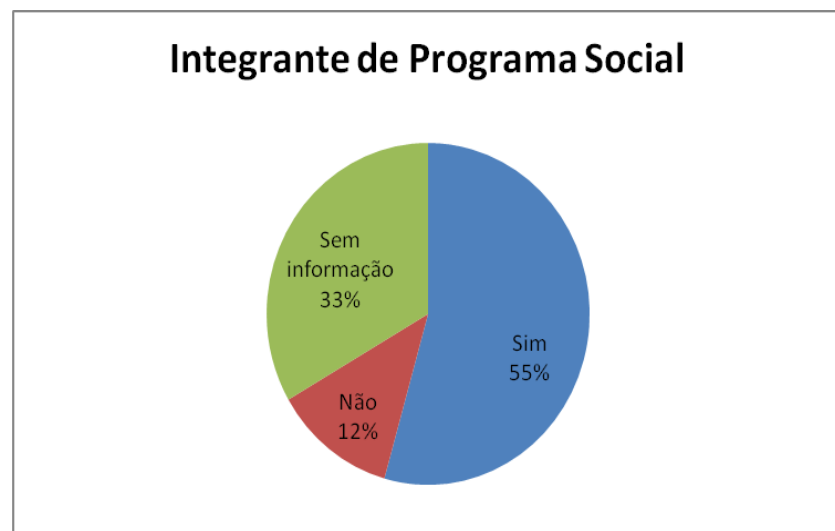


Gráfico 15 – Integrante de Programa Social
Fonte: Dados coletados pela autora

Do total de vítimas das quais houve informação, chamou a atenção o fato de que, dentre outros programas aos quais estão vinculadas, 55% delas são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), do Governo Federal. Fora um número daquelas que se encontram sem informação, que, acredita-se, também devem integrar o programa. O PBF é um programa de transferência direta de renda destinado a alcançar famílias em situação de pobreza e extrema

pobreza, com renda familiar *per capita* inferior a 70 reais mensais. Para a manutenção do usuário no programa, faz-se necessário o cumprimento de condicionalidades que reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social.

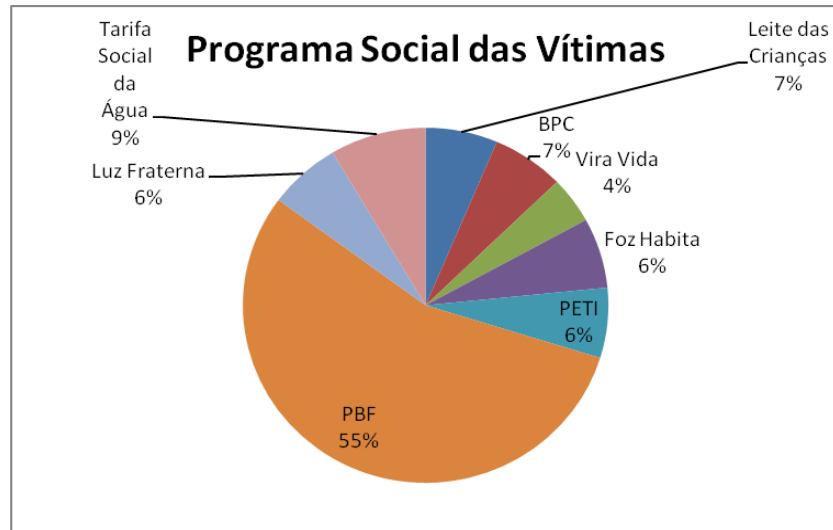


Gráfico 16 – Programa Social das Vítimas
Fonte: Dados coletados pela autora

Quem acompanha de maneira periódica o cumprimento das condicionalidades são os CRAS. Dessa maneira, entende-se que deveria ocorrer o inverso do que de fato tem ocorrido: às crianças e adolescentes participantes do programa deveriam estar mais protegidas e menos vulneráveis às situações de violência do que àquelas que não integram o mesmo. É sabido que a falta de infraestrutura física e de recursos humanos na política de Assistência Social em Foz do Iguaçu não se limita apenas ao CREAS, estendo-se também aos equipamentos de proteção social básica, como os CREAS. Apesar da complexidade do motivo que faz com que o PBF não auxilie no combate a violência, tem-se a nítida impressão de que este fator venha a estar nele imbricado.

3.5 DADOS DO AGRESSOR

Antes de tudo, importa esclarecer que os casos de violência em análise podem ser confirmados ou apenas suspeitos, ou seja, o agressor, termo que está a se utilizar, pode figurar apenas como acusado. A pesquisa materializou uma dificuldade real nos casos de violência sexual: a de identificação do agressor. Isso acontece especialmente nos casos de exploração sexual. Quando identificado o agressor, não se verificou nas pastas, contudo, cópias de

documentos referentes à sua responsabilização. Foi possível conhecer de maneira consistente o sexo, bairro e idade das vítimas, mas não do agressor. O pacto de silenciamento ainda impera.

Tendo a vítima sua ação e reação cerceadas pelo medo das ameaças do adulto, resta-lhe permanecer calada diante do poder de seu opressor. O silenciamento ocorre, ainda, pelo medo de que ao revelar sua história esta não obtenha a credibilidade, e pela vergonha e culpa sentidas. A libertação do domínio estabelecido por meio dessa violência só costuma ser alcançada quando a vítima percebe que o comportamento deste adulto não é normal, revelando o fato para alguém que lhe inspire a confiança (RIBEIRO; MARTINS, 2008, p. 76). Assim, o processo de contenção dessa violência tende a ser concretizado quando a denúncia sai do espaço privado, tornando-se pública (AZEVEDO; GUERRA, 2000, p. 35). Contudo, estima-se que a proporção de casos não denunciados seja muito maior que os denunciados, proporção essa que recebe o nome de subnotificação ou cifra negra (ROMERO, 2001, p. 01).

Em relação à idade do agressor, 12% contaram com uma faixa etária que variou entre 41 e 50 anos. Contudo, o que se considerou mais interessante foi a segunda faixa etária de maior incidência, a da adolescência (entre 12 e 18 anos), contando com 11%. São adolescentes que vêm, cada vez de maneira mais intensa, reproduzindo contra seus pares as mazelas do universo adulto.

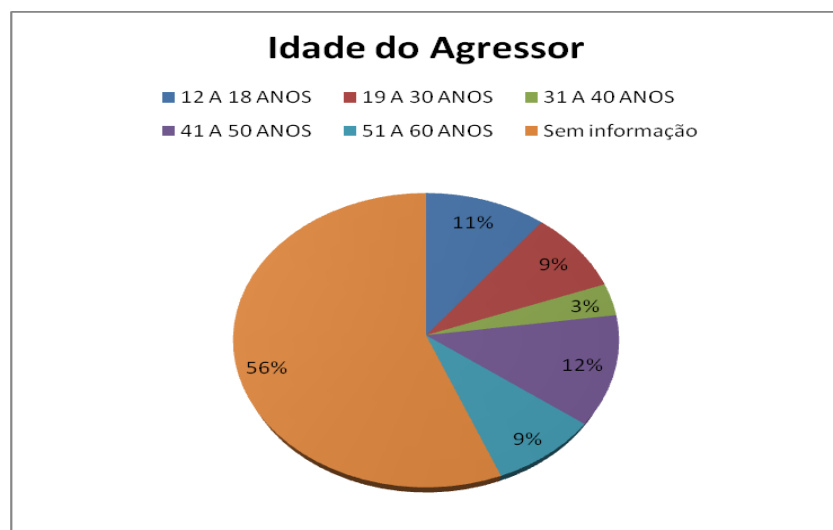


Gráfico 17 – Idade do Agressor
Fonte: Dados coletados pela autora

No tocante ao sexo, em contraste com as vítimas, os agressores dos quais se obteve informação foram, em sua maioria, do sexo masculino. Aqui é possível afirmar que a relação

abusador/abusado na violência sexual contém uma forte característica de gênero, pois grande parte das vítimas são do sexo feminino, e entre os abusadores impera os do sexo masculino (MALTA, 2002, p. 35). Quando se fala em gênero, refere-se às diferenças culturais e sociais construídas para diferenciar homens e mulheres. É diferente do sexo, pois este se restringe a explicar a questão do ponto de vista anatômico.



Gráfico 18 – Sexo do Agressor
Fonte: Dados coletados pela autora

Analisando o dado do sexo da vítima e do agressor, bem como refletindo a respeito da questão de gênero, surgiram os seguintes questionamentos: Que tipo de educação está a se fornecer para os nossos meninos? Será que o aprendizado das relações de força e poder está sendo a eles fornecido de maneira saudável, não implicando na dominação e subalternização do outro, daquele que é mais frágil? Reproduzindo geração após geração os fundamentos de uma sociedade patriarcal e machista, que espécie de “epidemia” está a se desenvolver? Dentro da lógica da violência como um ciclo que tende a se reproduzir, se as maiores vítimas de violência sexual são do sexo feminino, porque os maiores agressores são justamente do sexo oposto? A reprodução desse ciclo não será menos “culpa” da violência e mais culpa nossa enquanto sociedade, a partir dos valores que estamos desenvolvendo? Nesse contexto de uma sociedade machista, é preciso lembrar também a respeito do baixo número de denúncias entre às violências perpetradas contra vítimas do sexo masculino.

A informação a respeito da escolaridade do agressor foi muito pequena, não sendo representativa. Por esse motivo, destaca-se aqui um dos casos analisados, em que o agressor se utilizou de sua formação acadêmica a fim de facilitar o contato e conseqüentemente a violência perpetrada contra a vítima. O agressor era médico, prestador de serviço público, e

muito provavelmente continua a desempenhar seus serviços, obtendo através deles o contato com outras crianças e adolescentes.

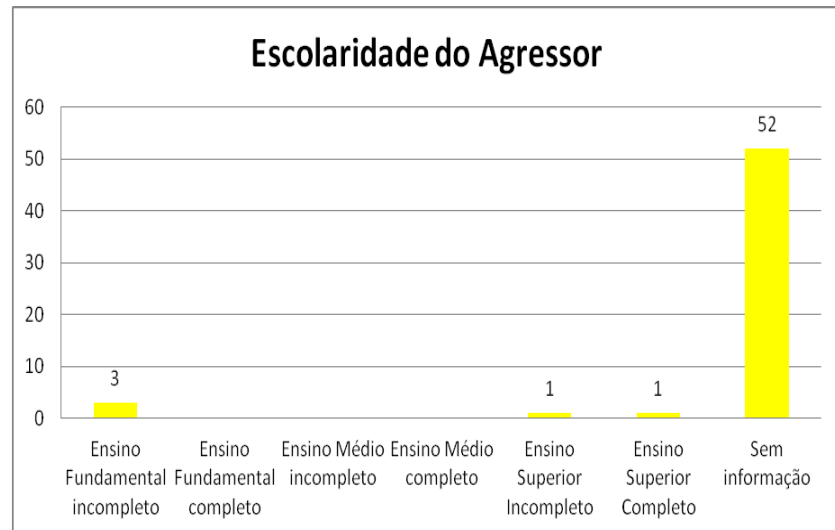


Gráfico 19 – Escolaridade do Agressor

Fonte: Dados coletados pela autora

Quanto ao local de residência do agressor, como já mencionado, o bairro que obteve um maior número de registros foi um bairro de classe média no município, a Vila A (7%). Acredita-se que este possa estar ligado mais intimamente aos casos de exploração sexual. Logo após, com um índice de 5% dos casos, se encontra o bairro de Três Lagoas, localizado mais à margem da cidade e com uma população mais empobrecida.

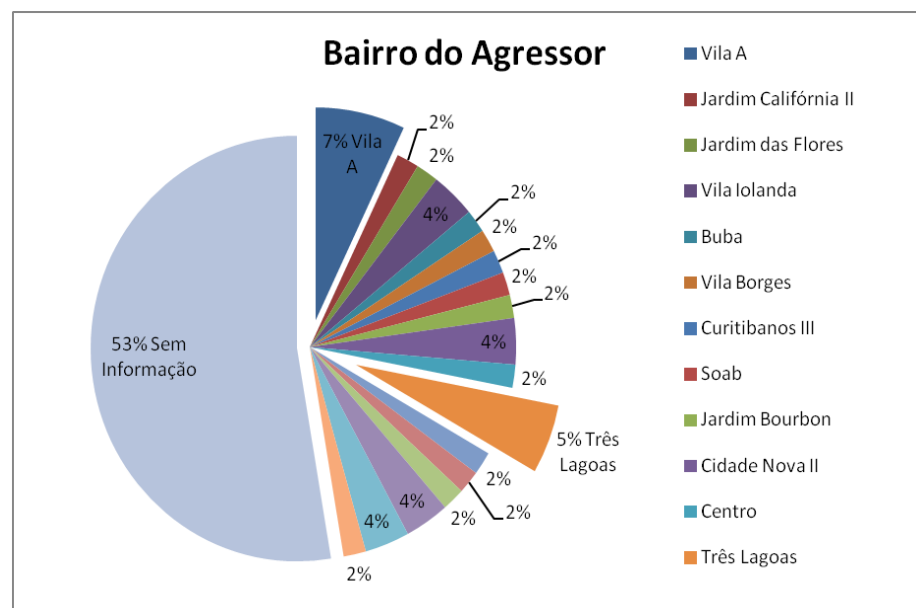


Gráfico 20 – Bairro do Agressor

Fonte: Dados coletados pela autora

No levantamento da profissão do agressor obteve-se o dado abaixo, com as mais variadas ocupações.



Gráfico 21 – Profissão do Agressor
Fonte: Pesquisa de Campo

Será que esses dados demonstram que entre os agressores predominam aqueles de baixa escolaridade com profissões sem uma maior necessidade de especialização? Não. O que está claro é o predomínio do silêncio, da falta de informação, da ausência de responsabilização. Agressores econômica e academicamente mais privilegiados dispõem de maiores recursos para escamotear a violência, e de maior poder de coerção e convencimento que atuam em favor de sua inocência. Se a responsabilização não chega até aqueles, que se dirá destes?

A falta de responsabilização se constitui num grande entrave ao combate à violência. Os profissionais que prestam atendimento passam a desacreditar e a ficar desacreditados, quando, para incentivar a vítima a denunciar, fazem a falsa promessa de que a Justiça responsabilizará o agressor por seus atos. Muitas das vítimas, como observado, residem num mesmo bairro ou em bairros próximos, ou mesmo através do acesso à mídia acabam descobrindo que grande parte dos agressores permanecem impunes. E então decidem se calar. De acordo com os profissionais da “rede” de atendimento, é bem verdade que, em campanhas de combate ao abuso e à exploração sexual como é o caso do dia 18 de maio, o número de denúncias aumenta. Dessa maneira, a cobrança da “rede” quanto à responsabilização dos casos por parte do Poder Judiciário necessita ser fiel e constante. E os desfechos de sucesso necessitam ser adequadamente divulgados.

CONCLUSÃO

Quando se fala a respeito de questões históricas, complexas e de múltiplas causas, como é o caso da interdisciplinaridade e da violência sexual perpetrada contra crianças e adolescentes, as quais possuem ainda consequências de longo prazo e de difícil resolução (no primeiro caso, a ausência de interdisciplinaridade), tecer uma conclusão não é tarefa fácil. Por isso, preferível e menos ariscado é tecer algumas considerações finais, apontar alguns caminhos após a trajetória percorrida ao longo desses três capítulos. E é o que se fará a seguir.

Nesta trajetória, a autora teve a oportunidade de inter-relacionar conceitos como os mencionados acima, procurando, nesse diapasão, inserir a interdisciplinaridade dentro de uma política social que pudesse dar atendimento à violência contra a Infância. Como se viu, a política elencada para o estudo foi a política de Assistência Social, que contextualizada no município de Foz do Iguaçu, demonstrou não dar conta de tal atendimento com a qualidade e efetividade necessárias a fim de ofertar alguma chance de resolução aos casos. Na introdução, questionou-se acerca do motivo da ineficácia da política e do entrave que faz com que o atendimento prestado não chegue de fato aos seus destinatários.

No capítulo 2, viu-se que a situação da política social hoje reflete a opção pelo desenvolvimento de um Estado mínimo, que não prevê estratégias para a superação das violações, mas tão somente para a manutenção de um sistema econômico vigente. Desregulamentação e flexibilização exercem sua influência no sentido de políticas cada vez mais focalizadas. Ao contemplar a materialização de tal assertiva na coleta e análise dos dados da pesquisa, dispostos no capítulo 3, percebe-se que essa é a razão essencial, o cerne da questão do não atendimento adequado por parte da política pública. Em sua gênese, ela não foi criada para atender de fato, mas sim para escamotear relações desiguais, para tal como é, servir como paliativo para uma classe que vive do trabalho. O que estaria então equivocado: a política ou sua execução?

A depender dos interesses políticos em jogo, foi possível perceber, também no capítulo 2, que: apesar de não resolver a questão da violência sexual, a política de Assistência Social, juntamente com as legislações de proteção à Infância, construiu-se ao longo dos anos e hoje se encontra estruturada e com diretrizes claras a fim de, ao menos, minimizar o número de crianças/adolescentes expostos a violência sexual, bem como servir de referência às vítimas num atendimento e acompanhamento qualificados através dos CREAS.

Contudo, como apontou o capítulo 3, isso não tem sido realidade no município de Foz do Iguaçu. As vítimas não têm sido acolhidas pelo conjunto de órgãos necessários ao seu

atendimento inicial e acompanhamento posterior. O atendimento termina já nas “portas de entrada” da “rede”. No atendimento realizado, a interdisciplinaridade não é preconizada. Um único atendimento à vítima é suficiente, dado que assim ela deixará de solicitar o serviço. Não há preocupação que esse sujeito seja de fato avaliado em suas necessidades por uma equipe interdisciplinar ou ao menos multidisciplinar. Um profissional do órgão já é suficiente para fazer “cessar” essa demanda, e o serviço pode prosseguir para o atendimento à próxima vítima.

No entanto, espera-se que chegue o momento em que, levantando números e fazendo a análise qualitativa dos casos que estiveram ou que ainda estão em atendimento, os gestores das políticas sociais coloquem em questionamento sua atuação. Mas, devido à escassez de recursos financeiros e humanos, e mesmo pela falta de interesse e apoio no aprimoramento da gestão, acredita-se que este momento ainda esteja longe de se concretizar. Mesmo pesquisas já sistematizadas como essa, por esses e outros motivos, podem não causar o efeito necessário na realidade.

Os atendimentos não são periódicos ou duráveis, considerando que a grande maioria das vítimas conta com apenas um atendimento. Na verdade, alguns atendimentos são extremamente duráveis, mas durabilidade sem frequência, sem atuação planejada, é procrastinar a resolução do problema. E assim, as situações permanecem inalteradas. Nos casos analisados, em apenas um houve alteração significativa do quadro inicial, com a prisão preventiva do agressor e a proteção da vítima. Infelizmente esse foi um caso chocante de uma criança de três anos a qual foi levada a uma condição de quase morte. É de se pensar: que tipo de atendimento nosso “Sistema de Garantia de Direitos” está fornecendo às nossas crianças e adolescentes? Será que ainda sofremos com os resquícios de uma sociedade meritocrática em que esses sujeitos precisariam provar que realmente carecem da atenção e intervenção do Estado?

É preciso lembrar que não é somente na falta de atendimento à violência sexual sofrida que a política social falha. Como visto no capítulo 3, as vítimas, em grande parte, são crianças e adolescentes do sexo feminino, em situação de evasão escolar, dependência química, moradoras de regiões empobrecidas, filhas de famílias monoparentais materna e beneficiárias de programas sociais, principalmente do PBF. Será que as políticas de Educação, Saúde e Assistência Social não poderiam fazer nada antes da vitimização destes sujeitos? Não há dúvida de que sim. Todas essas três políticas possuem em sua estrutura mecanismos de prevenção a situações como as descritas. Investimento, articulação e planejamento poderiam facilmente reduzir de maneira significativa os casos de violações de direito.

Do outro lado da violação tem-se o agressor. É aí que a situação se complica ainda mais. Sabemos o perfil da vítima, mas não do agressor. Como direcionar políticas públicas para um sujeito que não tem cara? Quais as metodologias mais adequadas para atender suas necessidades? Essas perguntas permanecerão sem respostas até que se dê a atenção necessária a esse agressor. É preciso conhecê-lo, compreender suas motivações, traçar seu perfil. Já se tem experiências no Brasil de programas especificamente voltados para esse público, e o município, cedo ou tarde precisará aderir a essa necessária modalidade de atendimento. Com relação ao supracitado destaca-se: o repúdio ao agressor tende a minimizar sua necessidade por intervenção qualificada. E isso de maneira nenhuma contribui para o fim da cultura da violência.

Assim, em todos esses aspectos, o Estado abandona, deixa descoberto e é inócuo em suas políticas. E a questão que se levanta diante desse quadro é: o que fazer? Que postura deve assumir o Estado, a sociedade, a academia? O que fazer com a vítima que futuramente se tornará um agressor? A vítima, para não se tornar agressor precisa ser atendida. É pouco interessante, seja para o Estado, seja para a sociedade, que essa violência se torne intergeracional. Ao invés de atender duas vítimas, hoje e amanhã, é possível atender apenas uma hoje, com menos dispêndio de recurso público e sem “re-trabalho”. Trata-se de um planejamento a longo prazo, no mínimo, inteligente. Mais ainda ao se considerar os casos não denunciados.

O Estado necessita estruturar suas políticas, seus equipamentos. Os recursos públicos precisam ser geridos a fim de, prioritariamente, subsidiar recursos humanos suficientes e habilitados para um atendimento com tal complexidade. Essa seria uma resposta provisória à questão, e relativamente simples. A nova forma de conceber e gerir a política de Assistência Social, estabelecida pela Constituição Federal de 1988 e pela LOAS, exige alterações no processo de trabalho de modo que a prática profissional esteja em consonância com os avanços da legislação. A concepção da Assistência Social como direito impõe aos trabalhadores da política que estes superem a atuação na vertente de viabilizadores de programas para a de viabilizadores de direitos.

Contudo, isso só pode ser realizado com a capacitação desses profissionais, e aqui se aponta para uma capacitação na perspectiva interdisciplinar, de forma sistemática e continuada. Mesmo sendo grande o desafio de trabalhar recursos humanos em um contexto de reforma do Estado na perspectiva de seu encolhimento, de sua desresponsabilização social, esta deve ser a direção.

Uma equipe capacitada e em número suficiente poderá realizar a importante tarefa de estudar e acompanhar as famílias. Muitas vezes a não adesão da família é utilizada como justificativa para a não continuidade do atendimento. Contudo, é necessário compreender o comprometimento emocional gerado pela própria violência. De qualquer maneira, essa equipe teria condições de proceder a busca ativa das famílias, bem como acompanhar o desenrolar do seu atendimento nos demais órgãos da rede de políticas sociais.

Há uma dificuldade de entendimento entre os profissionais que atuam junto ao atendimento às vítimas de violência sexual no município, no tocante às atribuições de cada órgão. Hospital, Atenção Básica em Saúde e Rede de Assistência Social, cada um tem uma visão diferenciada. Há uma confusão entre os papéis desenvolvidos pela UBS (atendimento clínico) e pelo CREAS (atendimento familiar), no tocante ao atendimento psicológico. Ou a vítima continua sendo atendida na rede de Saúde ou na rede de Assistência Social, mesmo que necessite de acompanhamento clínico, familiar e social concomitantemente, o que só poderia obter sendo atendida pelas duas políticas. A intervenção numa perspectiva interdisciplinar facilitaria a compreensão e possibilitaria a atuação conjunta desses equipamentos.

Há propostas que prezam pela integração dos procedimentos relacionados à assistência médica, jurídica, psicológica e social, criando-se centros de referência para atendimento às vítimas de violência sexual. Dessa forma, evitar-se-ia a necessidade constrangedora de repetidos relatos da agressão, expondo a vítima a diferentes profissionais. Com um local de referência específico para este tipo de atendimento, a equipe poderia acompanhar os casos do início ao fim, ofertando um suporte efetivo. Mas antes que se atinja esse patamar, já há subsídios suficientes para se iniciar a mudança.

A despeito das precárias condições de trabalho e de recursos humanos nos órgãos de atendimento, a interlocução entre as políticas precisa começar imediatamente. CRAS, CREAS, UBS, CT, entre outros órgãos já mencionados neste trabalho necessitam planejar, executar e avaliar ações conjuntamente. Desde ações preventivas até ações que visem minimizar os efeitos da violência.

A academia, enquanto responsável pelo processo de ensino-aprendizagem fornecido aos técnicos, sejam eles psicólogos, assistentes social, médicos, advogados, dentre outros, necessita começar a materializar a aludida “formação interdisciplinar para atuação em instituições públicas e privadas, no diagnóstico e acompanhamento de políticas públicas”. Pensar projetos mais exógenos e menos endógenos dentro das áreas de conhecimento. Assim, a contribuição para uma lógica baseada na coletividade dentro dos serviços públicos será evidente.

Avaliando a pesquisa realizada, destaca-se sua importância para a “rede” de atendimento às vítimas, especialmente para o CREAS, local de sua realização. A pesquisa, a partir dos dados sistematizados, fornece condições para o repensar de toda lógica de atendimento, no sentido de que esta passe a produzir impacto sobre a vida dos sujeitos atendidos. Acredita-se que as reflexões realizadas sobre interdisciplinaridade também podem contribuir para o seu processo de ensino-aprendizagem na academia, caso esta esteja aberta a essas contribuições.

Ressalta-se, no entanto, sua incompletude. A partir dos aspectos levantados, outras pesquisas poderão ser realizadas, a fim de melhor compreender a dinâmica de atendimento. O levantamento nos demais órgãos da “rede”, a fim de traçar uma possível conexão entre eles no que diz respeito ao atendimento dos casos é um exemplo disso. É sabido que, em função da dificuldade de sistematização das informações no CREAS, muitas informações podem ter permanecido ocultas.

Por fim, respondendo ao problema de pesquisa lançado inicialmente para este trabalho, a teoria que se quer sustentar é a de que há estratégias a serem desenvolvidas no âmbito das políticas sociais a fim de oferecer efetivo atendimento às vítimas, a despeito da impossibilidade de resolução do problema da violência. O que impede que tais estratégias sejam operacionalizadas é a falta de priorização política desse atendimento, o que reflete nas precárias condições de trabalho vivenciadas pelos serviços. Dessa maneira, a política tem condições sim de sair da abstração e materializar-se na vida dos sujeitos ao qual se destina, e o interdisciplinar tem papel central nesse sentido.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Política Social, Pobreza e Desigualdade: A Prática da Teoria. IN ABRANCHES, Sérgio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos Antônio. *Política Social e Combate à Pobreza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA - ANDI. *O Grito dos Inocentes; os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes*. São Paulo: Cortez, 2003.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Delume Dumará, 1994.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Traduzido por Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (org). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2000.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BIDARRA, Zelimar Soares. Pactuar a intersetorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantia de direitos. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, nº99, 2009.

BIDARRA, Zelimar Soares; OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Um capítulo especial na história da infância e da adolescência: o processo de construção do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. IN LAVORATTI, Cleide (org.) *Programa de capacitação permanente na área da infância e adolescência: o germinar de uma experiência coletiva*. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). *Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 25 de novembro de 2013.

BRASIL. NOB-RH/SUAS: Anotada e Comentada. *Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006*. Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 e Norma Operacional Básica NOB/SUAS*. Brasília, 2005.

BRASIL. *Protocolo de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência*. Disponível em: <http://www.mpdft.gov.br/pdf/unidades/promotorias/pdij/Protocolo%20Atend%20Saude%20Crianca%20Adolesc%20Vit%20Viol%20Unicef1.pdf>. Acesso em: 27 ago 2012.

BRASIL. *Guia Escolar: Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*. 2 ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS*. GUIA DE ORIENTAÇÃO N° 1. (1ª Versão). Brasília/DF: s/d.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011b.

BRASIL. *Código Penal*: 1940. Atualizado pela Lei 12.015 de 07.08.2009 Disponível em: http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp_DL2848.pdf. Acesso em: 22 set 2009a.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: 1988 – texto constitucional de 5 de outubro de 1988. 24. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006a.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990. IASP/CEDCA. Impresso na Imprensa Oficial do Estado. Curitiba – Paraná – fevereiro de 2006b.

BRASIL. *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*. Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: 2009b.

BRASIL. *Lei 12.435 de 6 de julho de 2011*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm. Acesso em: 19 fev 2014.

BRAUN, Suzana. *A Violência Sexual Infantil na Família: do silêncio à revelação do segredo*. Porto Alegre: AGE, 2002.

BRONZO, Carla; VEIGA, Laura da. Intersetorialidade de políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, nº92, 2007.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. *As novas ciências e as humanidades: da academia à política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Manual de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência*. Disponível em: <http://www.spsp.org.br/downloads/ATENDIMENTODOLESCENTES.pdf>. Acesso em: 03 set 2012.

D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação: Do conhecimento disciplinar ao transdisciplinar e a questão de valores. IN: *Ideação – Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste*. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2008.

DEGENSZAJN, Raquel Raichelis, Processos de articulação na perspectiva socio-territorial. IN: ARREGI, Carola Carbajal; BLANES, Denise Néri (orgs). *Metodologias do trabalho social*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2008, p. 209-216.

FALEIROS, Eva Terezinha Silveira; FALEIROS, Vicente de Paula (coord). *O Circuito e Curto – circuitos: atendimento, defesa e responsabilidade do abuso sexual contra crianças e adolescentes*. São Paulo: Veras Editora, 2006.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Integração e interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: Efetividade ou Ideologia?* São Paulo: Edições Loyola, 1992.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade na Formação de Professores. IN: *Ideação – Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste*. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2008.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: um projeto em parceria*. Campinas: Papyrus, 1994.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa*.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. IN: *Ideação – Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste*. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2008.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 4. ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2005.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo; JÚNIOR, Mario Santoro; AZEVEDO, Maria Amélia. *Violência doméstica contra crianças e adolescentes e políticas de atendimento: do silêncio ao compromisso*. s/d. Disponível em: <<http://www.abmp.org.br/textos/438.htm>>. Acesso em 02 de março de 2009.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAVORATTI, Cleide; COSTA, Lúcia Cortes da. Considerações sobre a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. IN LAVORATTI, Cleide (org.) *Programa de capacitação permanente na área da infância e adolescência: o germinar de uma experiência coletiva*. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

LEIS, Héctor Ricardo. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas. IN: PHILIPPI, Arlindo; NETO, Antonio J. Silva. *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação*. Barueri, SP: Manole, 2011.

MALTA, Sílvia Barreto Brito. *Violência na família: uma matriz da violência na sociedade*. Estado de Alagoas, 2002.

MARQUES, Maria Therezinha Corrêa; RAMALHO, Marilena Pinto. Os Movimentos Ecológicos e a Interdisciplinaridade. IN: SÁ, Jeanete Liasch Martins de (org). *Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários a Educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2005.

MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi. Da multi à interdisciplinaridade: a sabedoria no percurso da construção do conhecimento. IN: *Ideação – Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste*. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2008.

ODALIA, Nilo. *O Que é Violência?* Coleção Primeiros Passos, v. 85. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OIT/IPEC. Organização Internacional do Trabalho/Programa de prevenção e eliminação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira Argentina/Brasil/Paraguai. 2006. *Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes de A a Z*. Disponível em: <<http://white.oit.org.pe/ipec/pagina.php?pagina=284>>. Acesso em: 26 de junho de 2009.

ON, Maria Lúcia Rodrigues. O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar. IN: MARTINELLI, Maria Lúcia; ON, Maria Lúcia Rodrigues; MUCHAIL, Salma Tannus (orgs). *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948*. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 21 de setembro de 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração dos Direitos da Criança de 1959*. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/direitosdacrianca.htm>>. Acesso em: 21 de setembro de 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989*. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm>. Acesso em: 21 de setembro de 2009.

PARANÁ – Comissão Estadual Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes. *Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes*. 2 ed. Curitiba: Ciranda, 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. IN BOSCHETTI, Ivanete (org). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Potyara A. P. *Política Social: temas & questões*. São Paulo: Cortez, 2008.

PIMENTA, Carlos. Contributos para a elaboração de uma tese interdisciplinar. IN: *Ideação – Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste*. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2008.

POMBO, Olga. Epistemologia da Interdisciplinaridade. IN: *Ideação – Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste*. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2008.

RAYNAUT, Claude. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. IN: PHILIPPI, Arlindo; NETO, Antonio J. Silva. *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação*. Barueri, SP: Manole, 2011.

RAYNAUT, Claude; ZANONI, Magda. Reflexões sobre os princípios de uma prática interdisciplinar na pesquisa e no ensino superior. IN: PHILIPPI, Arlindo; NETO, Antonio J. Silva. *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação*. Barueri, SP: Manole, 2011.

RIBEIRO, Marisa Marques; MARTINS, Rosilda Baron. *Violência doméstica contra crianças e adolescentes: a realidade velada e desvelada no ambiente escolar*. Curitiba: 2008.

RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008.

ROMERO, Karen Richter Pereira dos Santos. *Criança vítimas de abuso sexual: aspectos psicológicos da dinâmica familiar*. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná, Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1988.

SÁ, Jeanete Liasch Martins de. Especialização Versus Interdisciplinaridade: Uma Proposta Alternativa. IN: SÁ, Jeanete Liasch Martins de (org). *Serviço Social e Interdisciplinaridade:*

dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão. - 8. ed.- São Paulo: Cortez, 2010.

SAMPAIO, Cláudia Cullen (*et al.*). Interdisciplinaridade em Questão: Análise de uma Política de Saúde voltada à Mulher. . IN: SÁ, Jeanete Liasch Martins de (org). *Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão.* - 8. ed.- São Paulo: Cortez, 2010.

SBP (Sociedade Brasileira de Pediatria)/FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz)/MJ (Ministério da Justiça). *Guia de Atuação frente a Maus-tratos na Infância e Adolescência.* Rio de Janeiro: SBP/FIOCRUZ/ML, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Subsídios para uma Reflexão sobre Novos Caminhos da Interdisciplinaridade IN: SÁ, Jeanete Liasch Martins de (org). *Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão.* - 8. ed.- São Paulo: Cortez, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O poder da verdade e a verdade do saber. IN: MARTINELLI, Maria Lúcia; ON, Maria Lúcia Rodrigues; MUCHAIL, Salma Tannus (orgs). *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber.* São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Maria de Fátima Gomes da. Múltiplos objetos, múltiplos olhares: perspectivas interdisciplinares da pesquisa em educação no ensino superior. IN: *Ideação – Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste.* Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2008.

SONEGO, Cristiane. *A violência familiar contra crianças e adolescentes e a intervenção das equipes de saúde da família do município de Ponta Grossa.* Dissertação (mestrado) Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE). *Projeto Político Pedagógico do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras.* ANEXO II – RESOLUÇÃO N 237/2007 – CEPE – UNIOESTE. UNIOESTE: 2007.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis.* 2 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

VIEIRA, Evaldo. *Democracia e Política Social.* Polêmicas do Nosso Tempo nº49. São Paulo: Cortez, 1992.